

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Deodoro José Moreira

Islã e terror: estratégias de construção na mídia impressa

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

SÃO PAULO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Deodoro José Moreira

Islã e terror: estratégias de construção na mídia impressa

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

Tese apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do
título de Doutor em Comunicação e
Semiótica pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, sob a orientação do
Prof. Doutor José Luiz Aidar Prado

SÃO PAULO
2009

Banca examinadora

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu orientador,
Prof. Doutor José Luiz Aidar Prado,
que, com sua presteza e dedicação, não mediu
esforços para orientar-me durante o percurso da pesquisa.

Resumo

Deodoro José Moreira

Islã e terror: estratégias de construção na mídia impressa

Esta pesquisa investiga os modos de construção do Outro islâmico em revistas semanais impressas de circulação nacional – *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja* -, tendo como "corpus" reportagens veiculadas em dois períodos distintos: 12 de setembro de 2001 a 31 de dezembro de 2001, meses que marcam o período compreendido entre o dia seguinte aos ataques aéreos contra os Estados Unidos e a posterior invasão do Afeganistão, que ocorreu em outubro de 2001; e 1 de março de 2003 a 30 de junho de 2003, meses que englobam períodos anterior e posterior à invasão do Iraque, que se deu em março de 2003. Investiga-se a diversidade de estratégias discursivas e/ou comunicativas utilizadas pela mídia impressa jornalística para construir esse acontecimento, ressignificando os fatos. Considerando-se que tais estratégias buscam “capturar” o leitor e fazer com que ele se identifique, a partir do contrato de enunciação, com determinadas interpretações dos fatos, torna-se essencial uma análise discursiva do texto (verbal e não-verbal) para entender que caminhos são trilhados para exercer essa “atração”. Além das teorias de análise crítica do discurso, nos apoiamos nas obras filosóficas/sociológicas de Laclau, de Baudrillard e de Žižek, para construir os fios condutores deste trabalho. Para a exame dos textos, adotamos a análise crítica de discurso, a partir de Norman Fairclough. Já as teorias de cunho mais filosófico (e em alguns casos multidisciplinares, como a de Laclau, de Baudrillard e de Žižek), foram fundamentais para examinar o contexto do ponto de vista político, a saber, das formações discursivas em busca da hegemonia e de totalizações dirigidas à ação, envolvendo posicionamentos e ideologias globalizadas. Dessa forma, foi possível orientar a pesquisa segundo um posicionamento crítico em relação à mídia impressa. A análise foi dividida em seis eixos temáticos. São eles: globalização, terrorismo, guerra generalizada, estado de exceção, fundamentalismo e hegemonia.

Palavras-chave

Mídia impressa; Terror; Islã; Fundamentalismo; Análise Crítica de Discurso; Globalização.

Abstract

Deodoro José Moreira

Islam and terrorism: strategies of construction in the print media

This research investigates the manners of construction of the Other Islamic in print of national circulation weekly magazines - *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ e Veja* - , taking as “corpus” reports transmitted in two different periods: September 12, 2001 to December 31, 2001, months that they mark the period understood among the day after to the air raids against the United States and the subsequent invasion of Afghanistan, that it happened in October of 2001, and March 1, 2003 to June 30, 2003, months that they include previous and subsequent periods to the invasion of Iraq, that felt in March of 2003. The diversity of discursive strategies is investigated and/or communicative used by the print media journalistic to build this event, redefines facts. Being considered that such strategies look for to "capture" the reader and to do with that he identifies, starting from the enunciation contract, with certain interpretations of the facts, becomes essential a discursive analysis of the text (verbal and non-verbal) to understand that roads are trodden to exercise that "attraction". Besides the theories of critical discourse analysis, we supported in the works philosophical/sociological of Laclau, Baudrillard and Žižek, to build the conductive threads of this work. For analysis of the texts, we adopted the critical analysis of discourse, starting from Norman Fairclough. Already the theories of more philosophical stamp (in some cases to multidiscipline, as of Laclau, Baudrillard and Žižek), they went fundamental to examine the context of the political point of view, to know, of the discursive formations in search of the hegemony and of totalization over the action, involving positioning and ideologies in global reality. In that way, it was possible to guide the research second a critical positioning in relation to the print media. The analysis was divided in six thematic axes. They are them: globalization, terrorism, widespread war, exception state, fundamentalism and hegemony.

Keywords

Print media; Terror; Fundamentalism; Critical analysis of discourse; Globalization.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 Acontecimento global	19
1.1 Globalização como processo de vitimização	21
1.1.2 Vozes das fontes	25
1.1.2.1 <i>Veja</i> global	47
1.1.2.2 <i>IstoÉ</i> editorializa	52
1.1.2.3 <i>Época</i> estratégica	56
1.1.2.4 <i>CartaCapital</i> independente	58
Capítulo 2 Terror e medo, a confluência da tragédia	61
2.1 Palavra de ordem	69
2.2 Novo tipo	70
2.3 Estratégias diferentes	73
2.4 Construção diferenciada	76
Capítulo 3 Zona de guerra	79
3.1 Créditos alheios	96
3.2 Mera repetição	105
3.3 Visão global	109
Capítulo 4 Estado de exceção	113
4.1 Medo constante	122
4.2 Medo intenso	125
4.3 Distanciamento e desqualificação	127
Capítulo 5 Fundamentalismo e barbárie	129
5.1 Homem-bomba	139
Capítulo 6 Hegemonia, ideologia e cartão de crédito	144
6.1 Dominação e democracia	147
6.2 Violência e ato revolucionário	149
6.3 Sanção pela iconização	152
6.4 Inimigo	155
Considerações finais	158
Bibliografia	163

Introdução

Os ataques aéreos de 11 de setembro de 2001 que atingiram as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e parte do Pentágono, em Washington, chocaram os públicos. Como a maior potência mundial pode ser atacada tão facilmente dentro de seu próprio território? Essa era a pergunta recorrente que todos faziam, principalmente, os norte-americanos. A resposta, nem o próprio governo norte-americano a tinha, tamanha a perplexidade diante do acontecimento. Entretanto, a situação exigia respostas imediatas. George W. Bush, presidente dos EUA à época dos ataques, depois de um sumiço inexplicado após o acontecimento, ressurge no Congresso norte-americano com um discurso duro e anuncia a *Guerra ao terror*. De um presidente fraco, inexpressivo, surge outro, aparentemente, forte e seguro. Conclamando o mundo a lutar contra o terror, Bush anuncia que caçará os responsáveis pelos ataques onde quer que eles estejam e invadirá os países que os abrigarem. De pronto, apesar de não terem provas, os EUA acusaram o saudita Osama bin Laden e a rede Al Qaeda (A Base) de serem os responsáveis pelos ataques. Mais tarde, as suspeitas se tornaram verdadeiras.

Antes de prosseguirmos, é importante que façamos algumas considerações sobre a atitude do governo norte-americano em acusar os árabes por atos de terror. Em 1995, um atentado em um prédio que abrigava várias repartições públicas em Oklahoma City, nos EUA, deixou 168 mortos, dos quais 19 crianças com menos de 5 anos, já que no local havia também uma creche. A exemplo dos ataques aéreos de 11 de setembro, inicialmente ninguém reivindicou o atentado. No entanto, o governo norte-americano apressou-se em apontar árabes como os executores do atentado. Mais tarde, Timothy McVeigh, legítimo representante da violenta extrema-direita norte-americana, assumiu o atentado. McVeigh foi executado em 16 de maio de 2001.

Podemos considerar que os ataques aéreos de 11 de setembro, na verdade, funcionaram como catalizadores de um discurso anterior do governo norte-americano, já que foi repetida a mesma acusação do atentado de Oklahoma City. Além disso, com o fim da Guerra Fria, os EUA precisavam de um novo contraponto – o Islã – para potencializar seu discurso, que começava a dar sinais de crise. Para concretizar essa nova postura, adotou um discurso maniqueísta: “Ou estão do nosso lado ou contra nós”, disse Bush na ocasião de seu discurso no Congresso.

Os EUA dividiram o mundo em dois lados, o do Bem e o do Mal - o do Bem representado pelo mundo ocidental, que busca, pela força, varrer qualquer ameaça à sua

segurança; o do Mal representado pelo Islã, que se tornou a encarnação da ameaça terrorista. Essa simplificação maniqueísta resumiu a situação na figura da batalha entre democracia (Bem) e fundamentalismo islâmico (Mal). É importante ressaltar que o Mal vem da denominação de “Eixo do mal” atribuída pelos EUA ao Iraque, Coreia do Norte e Irã.

Tudo se resume em aniquilar o Outro islâmico (Mal), que para Slavoj Žižek é “representado por correntes marginais” (ŽIŽEK, 2003, p. 71). Tal marginalidade revela-se como sendo o que o Ocidente rejeita e não é parte integrante de seu *status quo*, ou seja, por não ser participante do mesmo sistema, é ‘desclassificada’. A marginalidade à qual Žižek se refere é consequência, segundo ele, de outro processo: a globalização. O fato de os EUA liderarem o movimento antiterrorista e representarem o capitalismo em sua essência acentua as diferenças (entre Ocidente e Oriente Médio), provoca um ódio ainda maior dos países e povos (os islâmicos, principalmente) que se sentem à margem do processo de globalização, que materializa toda a arrogância norte-americana.

A mídia impressa semanal, nosso objeto de estudo, com tendências conservadoras e claramente inclinada à direita, busca, em geral, levar seus leitores a crer que há um choque de civilizações, seguindo a conceituação de Samuel Huntington, quando está em jogo o tema do enfrentamento entre o Ocidente, representado pelos Estados Unidos e seus aliados, e o Oriente, pelo Islã. Esta visão reducionista do conflito tornou-se mais acentuada a partir da explosão das Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, causada por aviões seqüestrados, matando milhares de pessoas. Tal visão não leva em conta o real interesse, inconfesso, do governo norte-americano: ter sob seu controle os países donos de monumentais reservas de petróleo no Oriente Médio. As invasões do Afeganistão e do Iraque, com o pretense objetivo de levar democracia aos dois países, são, até agora, os únicos capítulos dessa trama, que, certamente, não chegou ao fim.

A partir desse contexto, com as invasões ainda em processo, é possível apontar uma posição hipócrita e preconceituosa dos países ocidentais em relação aos povos islâmicos. Esse posicionamento, em parte provocado pelo fato de a mídia ter se transformado em mera caixa de ressonância do discurso de fontes oficiais, faz com que predomine um Outro islâmico estigmatizado, estrangeiro, excluído e marginal.

Nesse enfrentamento entre Ocidente e Oriente aparece como elemento incendiário o fundamentalismo, mais identificado com o Islã, apesar de não ser exclusividade sua (Islã), pois o termo é aplicado a pessoas ou grupos ortodoxos ou

tradicionais. Sua utilização, no entanto, está mais afeita ao contexto religioso, cuja origem é cristã: o uso nasceu nos Estados Unidos e caracterizava as pessoas que acreditavam que a verdade estava somente na Bíblia. No governo Bush, ele próprio foi o mais fundamentalista, uma vez que se autointitulou um servo a serviço de Deus, como se tivesse recebido a incumbência de justificar todas as afrontas contra o Império. Quando fundamentalismo e terror se unem, o resultado é algo não menos traumático, ou seja, a radicalização total de ambos os lados, com enfrentamento entre EUA e Islã. O Outro irrompe do imaginário ocidental ao interpretar uma ameaça verdadeira e carregado de negatividade: o Islã.

Esta pesquisa mapeará as representações desse Outro islâmico no imaginário ocidental construído na imprensa. Diagnosticaremos de que forma se dá a sua construção na mídia impressa semanal, mais especificamente nas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *CartaCapital* e *Época* em dois períodos distintos:

1) 12 de setembro de 2001 a 31 de dezembro de 2001, meses que marcam o período compreendido entre o dia seguinte aos ataques aéreos contra os Estados Unidos e a posterior invasão do Afeganistão, que ocorreu em outubro de 2001;

2) 1º de março de 2003 a 30 de junho de 2003, meses que englobam períodos anterior e posterior à invasão do Iraque, que se deu em março de 2003.

Fato motivador

Este trabalho utiliza como marco inicial da pesquisa, os ataques aéreos de 11 de setembro de 2001, que se constituíram em evento que os EUA jamais esperavam. Este foi o ‘fato’ motivador para a criação dos outros dois que se seguiram: as invasões do Afeganistão e do Iraque. Ao serem atacados de forma surpreendente, uma vez que poucos acreditavam que os EUA pudessem ser vítimas de algo semelhante, talvez apenas os roteiristas de Hollywood, os norte-americanos unificaram seu discurso em torno de um inimigo comum, o Islã. Um ataque sorrateiro, sem chance de defesa, transformou os EUA em vítimas de um plano que visou a destruir os símbolos mais caros aos norte-americanos, o World Trade Center, ícone do poderio econômico frente à maioria das nações, hoje pressionado por uma grave crise; e o Pentágono, ícone do poderio militar, hoje mais afeito a intervenções desastradas em países sem qualquer poder de reação. A mídia impressa semanal, em sua quase totalidade, sancionou o

discurso norte-americano ao propor contratos de comunicação que faziam crer ao leitor que o Islã era o inimigo a ser vencido, representava o Mal e que os EUA foram, sem dúvida, vítimas de um ataque traiçoeiro.

A posição de vítima dos EUA, como analisa Jean Baudrillard (2003), funcionou como justificativa para as invasões ao Afeganistão e ao Iraque e para o início da chamada *Guerra ao Terror*, anunciada pelo presidente Bush.

Noam Chomski afirma que a *Guerra ao Terror* serve como instrumento de propagação da política militarista de Bush, que pretende, por meio da força, mostrar ao mundo que os EUA podem afrontar a soberania de qualquer país, mesmo que em nome da segurança mundial. Para que esse cenário pudesse ser politicamente construído (ou seja, para que possa ser legitimado), foi preciso apontar um inimigo a ser combatido, espaço este que foi preenchido por Osama bin Laden e a sua rede Al Qaeda (A Base).

Ao explodir as torres gêmeas do World Trade Center e parte do Pentágono e provocar a morte de civis, Osama bin Laden e sua rede Al Qaeda assumem a posição de inimigo número um dos EUA. Dessa forma, nesse contexto, tornou-se possível para o governo dos EUA a construção de um discurso de retaliação conjugado a um discurso de defesa mundial da democracia e de proteção do mundo como fachada para as invasões do Iraque e do Afeganistão. Para que as invasões não fossem entendidas apenas como meras intervenções, era preciso construir um discurso que justificasse tais ações.

Além disso, o discurso do governo Bush incorpora também o senso comum ao qualificar o Islã como inimigo. Ao incorporar esse senso comum, presente no imaginário do leitor, que associa terrorismo e violência aos islâmicos e relaciona os EUA à posição de vítima atacada sem aviso, o governo norte-americano realiza a sua costura significativa.

Edward W. Said aponta que o árabe constantemente é “associado à libidinagem ou à desonestidade de sangue. Aparece como um degenerado supersexuado, capaz, é claro, de intrigas astutamente tortuosas, mas essencialmente sádico, traiçoeiro, baixo”. (SAID, 1990, p. 291). A visão estereotipada que Said pontua e o forte sentimento de rejeição em relação ao Islã são cunhados como islamofobia pelo francês Alain Gresh. Peter Demant acrescenta novos elementos à discussão:

Portanto, se a islamofobia (que seus detratores colocam na mesma linha que o anticomunismo) instrumentaliza velhos estereótipos, como construção ideológica ela é nova, ligando dois grupos de fenômenos percebidos como

perigosos: por um lado, ameaças estratégicas (relacionadas com petróleo, terrorismo, os palestinos, as armas de destruição em massa); por outro, ameaças de ordem demográfica-cultural (questões de imigração e de (in)compatibilidade religiosa, racial ou cultural). (DEMANT, 2004, p. 180).

Aos estereótipos citados por Said, acrescentamos o entendimento de Demant que apresenta ameaças estratégicas e outras de ordem demográfica-cultural para caracterizar a islamofobia, que carrega sentimentos de ódio e repúdio contra o Islã e os muçulmanos.

Said ressalta ainda a imposição de doutrinas políticas como característica principal do orientalismo: “O meu ponto de vista é que o orientalismo é fundamentalmente uma doutrina política imposta ao Oriente porque este era mais fraco que o Ocidente, que eliminava a diferença do Oriente com sua fraqueza.” (SAID, 1990, p. 210).

Acontecimento

O fato nunca aparece como ‘puro’, mas sempre assumindo significações dentro de discursos que se relacionam com outros discursos socialmente interessados. Por meio da interpretação do fato, o enunciador busca articular toda a complexidade do discurso da imprensa escrita, que envolve relações entre verbal, e não-verbal (imagens). Esses fatos ressignificados, reconstruídos, tornam-se notícia e repercutem junto aos leitores, ou seja, passam a ser discutidos. Para Gaye Tuchman, estudiosa de teorias do jornalismo, acontecimentos são produtos de estratégias, ou seja, as notícias devem ser interpretadas como resultado de acordos, implícitos ou explícitos. Tais acordos podem envolver desde decisões pessoais de editores sobre o que deve ou não ser publicado até obediência às linhas editoriais dos veículos (TUCHMAN, 1978, apud MOUILLAUD e PORTO, 2002, p. 55). Maurice Mouillaud sustenta que acontecimento é a “sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito de ‘fato’.” (MOUILLAUD e PORTO, 2002, p. 51).

Na mídia impressa reconstrói-se um acontecimento a partir da interpretação específica de cada veículo. No caso de fatos muito marcantes, em que é necessário um posicionamento mais contundente por parte da mídia (como é o caso dos *media events* e outros fatos catastróficos do mundo natural ou político), ocorrem disputas de

interpretação pelo sentido mais forte, por aquilo que mais impacta o enunciatório, pela explicação mais adequada ao fato novo, ao que Baudrillard chamaria de *acontecimento*. Para o francês, só merecem o nome de acontecimentos, os ocorridos que não se deixam reduzir à situação de ‘fatos’. O 11 de setembro, no instante em que se globalizou e provocou mudanças no dia-a-dia das pessoas, transformou-se num acontecimento de ruptura, como acentua Baudrillard. Houve o início de algo novo: alteraram-se as relações políticas entre as nações e o Islã foi alçado à categoria de inimigo do Ocidente. Este acontecimento não foi positivo, ao contrário, carregou-se de negatividade, pois as conseqüências que dele derivaram só trouxeram caos, mortes e insegurança. Ou seja, ruptura e mudança estão intrinsecamente ligadas ao acontecimento.

Os ataques proporcionaram transformações nos Estados Unidos e na Europa. O mundo contemporâneo mergulhou na “paixão pelo Real” (expressão tomada de Alan Badiou), segundo a qual o terror fundamentalista surge como expressão fundamental. Žižek associa o terrorismo ao aspecto transgressor na busca pelo Real na vertente batalliana; já na concepção lacaniana, o Real seria acessível por meio da fantasia que o atravessa. Em entrevista a Vladimir Safatle (2003) para a *Folha de S.Paulo*, Žižek explica que vê a paixão pelo real, por exemplo, na fascinação do revolucionário que, para defender a sua causa, vai contra seus próprios princípios morais. Acrescenta ainda que essa paixão é complementada pelo seu inverso aparente, num espetáculo teatral. “Se a paixão pelo Real termina no puro semblante do espetacular *efeito do Real*, então, em exata inversão, a paixão pós-moderna pelo semblante termina numa volta violenta à paixão pelo Real.” (ŽIŽEK, 2003, p. 23-24, grifo do autor).

Žižek utiliza como exemplo pessoas que sentem uma extrema necessidade de se cortar com lâminas, o que significa uma atitude desesperada de volta ao real do corpo. Para quem se corta é a afirmação da realidade. O corte deve ser encarado como uma tentativa de voltar a dominar a realidade. Ou seja, a violência contra o corpo é uma anomalia, ou um fenômeno patológico, de acordo com Žižek, mas é uma tentativa de recuperar a normalidade, ou de sentir-se vivo. “Essas pessoas geralmente afirmam que, ao ver o sangue quente e vermelho correr do ferimento autoimposto, sentem-se novamente vivas, firmemente enraizadas na realidade.” (ŽIŽEK, 2003, p. 24).

Assim como a autoimposição de ferimentos contra o próprio corpo, ou automutilação, pode ser uma tentativa desesperada de domínio da realidade, tem o mesmo sentido o revolucionário atentar contra a própria moral, seus próprios princípios, para defender uma causa, ou o terrorista imolar o próprio corpo, ou oferecer sua vida em

sacrifício, para produzir um efeito espetacular (como os ataques aéreos de 11 de setembro).

As condições do sistema (relações políticas entre as nações, segurança etc.) alteraram-se a partir do que pode ser taxado como uma imposição dos EUA para o resto do mundo, principalmente para a Europa, que sempre conviveu com o fantasma do terrorismo. “O que está em jogo agora não são diferentes opções econômicas ou políticas, mas nossa própria sobrevivência – na guerra ao terrorismo, ou vocês estão conosco ou contra nós.” (ŽIŽEK, 2003, p. 167). A partir daí estão construídas as bases para as duas ocorrências seguintes, as invasões do Afeganistão e do Iraque.

Articulação discursiva

Para que possamos desenvolver o que foi discutido até o momento, é importante que se faça a leitura correta de um acontecimento. Porto ensina: trata-se de “encontrar a exterioridade do texto em seu contexto, no vazio dos interdiscursos, onde a presença do outro sempre evidenciará as marcas de um novo acontecimento” (PORTO, 1999, p. 78). Como o acontecimento é um fato ressignificado, isso pode levar a várias construções interpretativas em cada um dos veículos da mídia impressa. É o que entende Eliseo Verón: “A imprensa escrita é o espaço de uma multiplicidade de modos de construção” (VERÓN, 2002, p. 195). Em função dessa multiplicidade, pode haver vários discursos se apossando de um mesmo acontecimento. Mouillaud comenta: “Os acontecimentos explodem na superfície da mídia sobre a qual se inscrevem como sobre uma membrana sensível.” (MOUILLAUD e PORTO, 2002, p. 50).

Para que possamos determinar os modos de construção do Outro islâmico na mídia impressa, analisaremos a estrutura discursiva dos textos da mídia. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe observam que “uma estrutura discursiva não é uma entidade meramente cognoscitiva ou contemplativa; é uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais.” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 133). A construção do discurso obedece a certas lógicas, e deve, supostamente, dirigir-se para algum foco específico. Jacob Torfing (1999), quando analisa a teoria do discurso de Laclau e Mouffe, afirma que um discurso é um conjunto de seqüências diferenciais em que o sentido é constantemente renegociado. “O discurso é, portanto, uma totalidade relacional de seqüências significantes que determina a identidade dos elementos sociais,

mas nunca consegue totalizar e exaurir o jogo da significação.” (TORFING, 1999, p. 87).

Laclau considera que o campo discursivo é aberto, em que os elementos discursivos são agrupados por práticas articulatórias, como já foi citado anteriormente. Várias dessas práticas podem acontecer ao mesmo tempo, algumas conseguem alcançar a hegemonia, outras não. “A construção de um discurso hegemônico é o resultado de articulação, que é uma prática que estabelece relações entre elementos tais que sua identidade é modificada como um resultado de uma prática articulatória.” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 178).

A noção de hegemonia desenvolvida por Laclau e Mouffe é derivada dos estudos de Antonio Gramsci. Chantal Mouffe, coautora com Laclau em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, analisa Gramsci e afirma:

De acordo com ele, hegemonia envolve a criação de uma alta síntese, na qual todos seus elementos se fundem em uma ‘vontade coletiva’ que se torna a nova protagonista da ação social que funcionará como a protagonista da ação política, enquanto a hegemonia durar. É através da ideologia que esta vontade coletiva se forma, uma vez que sua existência depende da criação de uma unidade ideológica na qual ela servirá como base. (MOUFFE, 1979, p. 184)

Gramsci aponta que a concretização da hegemonia se dá pela coerção ou pelo consenso de uma vontade coletiva. Entretanto, esta vontade coletiva se forma por meio da ideologia. Para Gramsci,

[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.” (GRAMSCI, 1995, p. 63).

Portanto, hegemonia se dá no campo da ideologia. Mouffe e Laclau se utilizam de parte da conceituação de Gramsci. Laclau faz uma atualização no conceito de hegemonia, em 1990, no artigo *New Reflection*, no qual aponta a existência de significantes flutuantes que se articulam. Para ele, tornar um discurso hegemônico significa fixar seu significado ao redor de um ponto nodal. “O campo do social então seria visto como uma guerra de trincheira na qual projetos políticos distintos lutam para articular um grande número de significantes ao redor de si.” (LACLAU, 1990, p. 28). O sucesso do projeto hegemônico está na capacidade de disposição de articular a cadeia de significantes.

A hegemonia, portanto, facilita a unificação de terreno ou campo discursivo, o que permite fixar parcialmente o sentido do significante flutuante. Os sentidos, por sua vez, são fixados pelos chamados pontos nodais (expressão originária do *point de capiton* lacaniano), ou seja, segundo Laclau, pontos privilegiados a partir dos quais se organiza a costura significante.

Žižek, por sua vez, entende ponto nodal como ponto de costura, ou ponto de subjetivação da cadeia significante. (ŽIŽEK, 1992, p. 100). Laclau acrescenta que para que haja a prática da articulação é necessária a construção de pontos nodais que fixem parcialmente o sentido.

Podemos identificar como ponto nodal, ou ponto de fechamento discursivo, ou ponto de basta, o inimigo, o Islã, sempre associado à violência e ao fundamentalismo pela mídia ocidental. Essa costura significante em torno do Islã permitiu que os EUA lançassem a *Guerra ao terror* e espalhassem pelo Oriente sua política belicista. Interessa-nos identificar como se dá a costura, ou fechamento, da cadeia discursiva nos veículos identificados anteriormente. Para isso, estabelecemos os limites da formação discursiva. Laclau e Mouffe respondem a isso com a elaboração da teoria do antagonismo social, que é o limite de toda objetividade. Para eles, o antagonismo não tem um sentido objetivo, ou seja, é aquilo que impede a constituição da objetividade como tal. Laclau entende que o antagonismo acontece no exterior da sociedade, pois é impossível ela constituir-se plenamente.

Para Laclau, o antagonismo não deve ser entendido como contradição ou oposição real, mas como o que não deixa o outro existir como tal. Ou seja, antagonismo envolve a presença da negatividade no social, “[...] uma certa ordem social somente pode ser constituída com base numa fronteira que a separe do que seja radicalmente ‘o outro’, oposto a esta ordem.” (LACLAU, p. 168, 2004). Sem o *outsider* (Outro islâmico), não haveria o *insider* (Ocidente). Aí se estabelece o sistema de diferenças com a constituição de dois campos antagônicos cujo espaço de enfrentamento é a mídia impressa.

Para chegarmos às estratégias utilizadas na construção do Outro islâmico e assim identificarmos como se dá a articulação discursiva dos textos, analisaremos os textos que compõem nosso *corpus*. Tais textos ou reportagens são produzidos a partir de fatos ressignificados e, portanto, ‘moldadas’ na página impressa (junção de texto e imagem) de acordo com a estratégia editorial do enunciador, que, ao longo da cobertura, obviamente dentro do período estabelecido em nosso *corpus*, permite estabelecermos,

por exemplo, como se deu o fechamento do campo discursivo em cada um dos veículos analisados.

Outro ponto de destaque neste trabalho é a questão do terror. Explicar ou classificar terrorismo não é uma tarefa simples. Há vários entendimentos sobre o tema. O senso comum qualifica de terrorista aquele que pratica uma ação violenta que termina com a morte de civis inocentes. Com o acontecimento de 11 de setembro de 2001, a significação de terrorismo agregou novos valores, como a exacerbação de seu caráter negativo e até, porque não dizer, racista, em que os muçulmanos passaram a ser identificados como tal, ou seja, o islamismo passou a incorporar o ‘atributo’ de terrorismo.

O fato de o presidente dos Estados Unidos ter afirmado que os ataques aéreos eram uma declaração de guerra abriu precedentes na imprensa ocidental. Caçar os “muçulmanos terroristas” transformou-se no objetivo principal de vários países, liderados pelos norte-americanos.

Este trabalho investiga também a significação do terrorismo nos veículos analisados, já que não há consenso e tampouco aprofundamento por parte deles nesta questão. Várias ações empreendidas após o evento de 11 de setembro tinham como justificativa a caça aos terroristas. Por exemplo, os objetivos da invasão do Afeganistão eram: tirar do poder os Talibãs, que eram acusados de dar guarida a Osama bin Laden, líder da Al Qaeda e apontado pelos EUA como o mentor dos ataques de 11 de setembro de 2001; os da invasão do Iraque: tirar do poder Saddam Hussein, acusado pelos EUA de dar guarida a terroristas e de manter ligações com a Al Qaeda.

Em razão do que foi exposto acima, a investigação desse objeto para o campo da Comunicação reveste-se de grande importância. A pesquisa possibilita um maior entendimento sobre os modos de construção do Outro islâmico em veículos brasileiros de circulação nacional e permite a identificação dos sistemas de identidade diferenciais preconizados por Laclau e Mouffe, ou seja, as articulações discursivas que se estabelecem no texto.

Além das teorias de análise crítica do discurso, via Norman Fairclough, nos apoiamos na teoria do discurso de Laclau, na teoria filosófica de Baudrillard e na teoria política de Žižek, para construir os fios condutores deste trabalho, apesar de as utilizarmos em âmbitos diferentes. As análises de discurso foram fundamentais nas investigações para desconstrução dos textos midiáticos. Já as teorias de cunho mais filosófico (e em alguns casos multidisciplinares), como a do discurso de Laclau, e as de

Baudrillard e Žižek, foram fundamentais para tratarmos do contexto do ponto de vista político, a saber, das formações discursivas em busca de hegemonia e de totalizações dirigidas à ação, envolvendo posicionamentos e ideologias globalizadas. Nessa direção, foi possível orientar a pesquisa segundo um posicionamento crítico em relação à mídia impressa.

Eixos temáticos

Para que haja uma melhor compreensão deste trabalho, optamos por dividi-lo em seis eixos temáticos diferentes, definidos a partir de uma análise acurada de nosso *corpus*. São eles globalização, terrorismo, guerra generalizada, estado de exceção, fundamentalismo e hegemonia. A partir dos temas, estabelecemos subtemas que, por sua vez, permitiram uma exposição robusta de nosso *corpus*. É importante salientar que os eixos temáticos, apesar de serem discutidos separadamente, entrecruzam-se, uma vez que os textos analisados o permitem e entendemos que tal postura é fundamental para nossa pesquisa.

O primeiro eixo temático focado é globalização. Com ele, definimos que a partir do momento em que a mídia reproduz o discurso oficial, ou seja, apresenta os fatos de acordo com a visão dos governos, a notícia globalizou-se, difundiu-se pelo mundo ocidental. Logo após globalização, ou ocidentalização da notícia, destacamos o terrorismo, na sequência, guerra global, que deve ser entendida, segundo Michael Hardt e Antonio Negri, como a transformação (da guerra) na matriz geral de todas as relações de poder e técnicas de dominação; e estado de exceção, que, de acordo com Giorgio Agamben, nos tempos atuais consolida-se como paradigma de governo, já que a suspensão da ordem jurídica (estado de exceção) é encarada com naturalidade. Fechando o trabalho, discutimos os temas fundamentalismo e hegemonia.

Capítulo 1 Acontecimento global

O acontecimento de 11 de setembro de 2001 – a queda das torres gêmeas, em função do choque causado pelos aviões, e de parte do Pentágono - recebeu incontáveis nomeações: início da terceira guerra mundial, maior atentado terrorista da história, ato de guerra, choque, horror, dia de infâmia etc. Em sua maioria, as nomeações partiram de fontes oficiais, mormente ligadas ao governo dos Estados Unidos, tendo sido prontamente incorporadas, sem reflexão, pelos meios de comunicação do Ocidente, que viram nos ataques aéreos contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, uma ameaça à segurança mundial. É importante salientar que tal ato matou milhares de pessoas que não tinham responsabilidade sobre as políticas vigentes de ingerência sobre a soberania de países do Oriente Médio, já que esse foi um dos principais fatos motivadores dos ataques, segundo seu mentor intelectual confesso, o saudita Osama bin Laden.

A partir do choque do primeiro avião contra uma das torres gêmeas do World Trade Center, os olhos do mundo voltaram-se para Nova York, já que naquele momento o acontecimento começou a ser transmitido ao vivo pela TV e pela internet. Havia um misto de choque e perplexidade diante de tamanha ousadia, pois os Estados Unidos, o país mais poderoso do globo, tiveram sua segurança violada por um “bando de camicases”. As reações não foram iguais pelo mundo, pois houve quem comemorasse tamanha façanha, como alguns palestinos que saíram às ruas para saudar as mortes de infiéis.

Mas era preciso entender o porquê dessa violência. Num primeiro momento não havia suspeitos nem motivação. O presidente norte-americano, George W. Bush, foi o primeiro a classificar o evento como *ato de guerra*. Imediatamente, a imprensa mundial reproduziu e apropriou-se desse discurso. É importante salientar que nem todos os veículos assumiram inteiramente essa postura. Ora, qual a razão para se denominar *ato de guerra* a um evento dessa natureza, sem conhecer os agentes da ação? A guerra tradicional pressupõe que os dois lados que combatem sejam conhecidos um do outro e tenham uma bandeira. Nesse caso, não havia nada que justificasse tal classificação. Além disso, Bush, logo após os ataques, atribuiu um novo papel aos Estados Unidos: o de vítima, fundamental para justificar sua estratégia que seria conhecida poucos dias após os ataques. Em relação a esse posicionamento, Žižek entende que:

[...] em 11 de setembro os EUA tiveram a oportunidade de entender a espécie de mundo de que eles fazem parte. Poderiam ter aproveitado a oportunidade – mas não o fizeram; pelo contrário, optaram por reafirmar seus compromissos ideológicos tradicionais: abaixo os sentimentos de responsabilidade e culpa com relação à miséria do Terceiro Mundo, agora nós somos vítimas. (ŽIŽEK, 2003, p. 63, grifo do autor).

Baudrillard, por sua vez, também aborda a questão da vitimização, e a encara como álbi perfeito para a prática de ações odiosas.

A irmã gêmea da compaixão (tão gêmeas quanto as duas torres) é a arrogância. Chora-se por si mesmo ao mesmo tempo em que se é o mais forte. Aquilo que nos dá o direito de ser os mais fortes é o fato de sermos a partir de agora as vítimas. É o álbi perfeito, toda a higiene mental da vítima, através do qual se elimina toda a culpa, o que permite de alguma maneira usar a infelicidade como um cartão de crédito. (BAUDRILLARD, 2003, p. 33).

Como Baudrillard destaca, a irmã gêmea da compaixão é a arrogância, pois foi desta forma que os EUA sempre agiram. Os norte-americanos foram humilhados, certamente, e a resposta a tamanha humilhação foi mais prepotência.

A oportunista auto-qualificação de vítima e a conotação política do ato renderam aos EUA posição de liderar (militarmente) a resposta ao novo inimigo político do Ocidente. Sobre essa questão Žižek (2003, p. 113) enfatiza que os ataques aéreos trouxeram uma nova figura à cena, o inimigo político, já que os EUA não aceitaram a noção de que os ataques foram atos criminosos apolíticos. “Ou seja, o que está surgindo como o terrorista contra quem se declara guerra é exatamente a figura do inimigo político, excluído do espaço político propriamente dito.” (ŽIŽEK, 2003, p. 113).

Como Baudrillard e Žižek, inúmeros outros estudiosos produziram as mais diferentes análises desse acontecimento, que, sem dúvida, tornou-se um divisor de águas em relação às políticas de segurança dos Estados Unidos e da Europa. Em nome da segurança, que se tornou obsessiva, e da prevenção de novos ataques, justificam-se atos discriminatórios contra cidadãos de várias partes do mundo.

Antes de entrarmos em nossas análises propriamente ditas, é importante discutirmos um aspecto importante de nosso *corpus*. Em nosso caso, todos os veículos, sem exceção, utilizam, em demasia, material de agências de notícias. Salientamos que tal fato é um complicador, pois contamina sobremaneira o posicionamento editorial de um veículo, já que o material de agência quando chega à redação recebe apenas uma

adequação ao espaço a ele destinado. Sem dúvida, a matéria resultante não expressa em sua totalidade a linha editorial do veículo no qual está sendo publicada, ou seja, (o veículo) transforma-se em refém de um texto que traz expressa a visão de um enunciador estranho à redação. Dessa forma, esse posicionamento torna-se prejudicial tanto ao veículo quanto aos seus leitores, que terão, no texto, uma visão estrangeira dos acontecimentos que nem sempre está em sintonia com a linha editorial do veículo que compra esse material. Jacques A. Wainberg entende que:

Decorre dessas características do consumo brasileiro do noticiário internacional a natureza pouco pretensiosa de sua oferta pela maior parte de sua imprensa. Elas tendem a replicar simplesmente o noticiário das agências internacionais, investindo pouco na produção nacional desse conteúdo, mesmo em situação de crise externa, como o ataque dos seguidores de Osama bin Laden em 11 de setembro de 2001, em Nova York. Na verdade, esse caso revelou a extrema fragilidade e o despreparo da mídia nacional [...] (WAINBERG, 2005, p. 136).

Como veremos posteriormente, a utilização demasiada de noticiário de agências internacionais provocou uma pasteurização na cobertura das invasões. Os veículos nacionais se limitaram a reproduzir textos que, invariavelmente, apresentaram a visão ocidental do conflito, excluindo quase por completo o Outro islâmico do noticiário.

1.1 Globalização como processo de vitimização

Quando apontamos que os Estados Unidos assumiram o papel de vítima após os ataques aéreos de 11 de setembro de 2001, ressaltamos que tal posição lhes convinha, pois justificava suas ações posteriores.

Ao atingir, de modo surpreendente os dois símbolos mais caros aos norte-americanos, o World Trade Center, que simbolizava o poderio econômico do país, e o Pentágono, a liderança militar mundial, o inimigo ideal (Islã) provocou a ira de Bush, que até denominou, num primeiro momento, sua cruzada como *Justiça infinita*, tal qual um deus que pune servos malfeitores.

O fechamento discursivo em torno do Islã foi construído com habilidade pelo governo norte-americano e encampado pela mídia. O discurso construiu-se em torno de um ataque-surpresa, trazendo à lembrança Pearl Harbor - ataque-surpresa que foi executado pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial e motivou a entrada dos EUA no conflito.

Jornalisticamente, o acontecimento dos ataques aéreos ao World Trade Center e ao Pentágono, devido à desmobilização de correspondentes, foi, inicialmente, construído pelos veículos impressos nacionais com material proveniente de agências de notícias internacionais, já que até os veículos norte-americanos foram pegos de surpresa e demoraram certo tempo para se ajustarem àquela situação e fazerem a cobertura de maneira mais profunda e contundente, uma vez que as mídias eletrônicas iniciaram a transmissão ao vivo e ininterruptamente para todo o mundo a partir do choque do primeiro avião contra uma das torres gêmeas.

Imediatamente, os olhos do mundo voltaram-se para, principalmente, Nova Iorque. Os ataques aéreos se tornaram globais não porque foram pensados como tal, mas porque o pensamento se fez realidade, ao atingir e destruir o centro dos EUA.

O acontecimento globalizado alterou a rota mundial e o enunciador de *Veja* incorpora esse discurso. *Época* caminha no mesmo sentido de *Veja*, mas de modo menos incisivo. O olho logo abaixo da manchete, Guerra contra o terror (17/9/2001, p.1) traz “O mundo depois dos atentados dos EUA” (*Época*, 17/9/2001, p.1). O enunciador de *Época* se propõe a apresentar o mundo após os ataques aéreos, além de assumir a retórica de Bush, que classificou o ataque de *ato de guerra*. *CartaCapital* traz estratégia diferenciada com a manchete “Ataque ao império. O mundo mudou” (*CartaCapital*, 19/9/2001, p. 1). Ao apresentar o título em duas frases pontua em primeiro lugar que o império, ou os EUA, foi atacado.

Em segundo lugar afirma que os ataques mudaram o mundo. Mudaram, sim. No entanto, a expressão ‘o mundo mudou’ foi uma das mais utilizadas pelos jornais norte-americanos no dia seguinte aos ataques, tornou-se, pois, lugar-comum. Portanto, *CartaCapital* fica no meio-caminho ao buscar estratégias discursivas diferenciadas, mais críticas, em relação aos demais veículos. Tanto que praticamente repete parte da manchete no título que abre a matéria principal sobre os ataques: “E o mundo mudou” (LOBO, 19/9/2001, p. 6) e corrobora, no olho, logo abaixo do título, a estratégia de Bush em apresentar os EUA como vítima: “A maior potência do planeta vive seu dia de vítima indefesa ao ser golpeada sem esboçar reação. Mas o contra-ataque está por vir.” (LOBO, 19/9/2001, p.6). No entanto, *CartaCapital* não sanciona o discurso do governo norte-americano, ao contrário duvida de sua capacidade de reação ao questionar a capacidade de Bush em comandar a nação com inteligência. “Mesmo num cenário facilmente divisível entre o bem e o mal, o que parece condizente com o habitat mental de Bush, ele, que já era alvo de dúvidas quanto à sua capacidade de conduzir o país, se

mostrou aquém.” (LOBO, 19/9/2001, p. 9). Apesar do uso de chavões e lugares-comuns, *CartaCapital* estabelece como estratégia a desqualificação ou desconstrução do estadista Bush, referência comum nos outros veículos de nosso *corpus*.

IstoÉ diferencia-se das demais por falar, na capa, em vingança. Com a manchete “Os EUA preparam a hora da vingança” (*IstoÉ*, 19/9/2001, p. 1), é a única das quatro revistas de nosso *corpus* a trazer na capa, lado a lado, fotos de Osama bin Laden e Saddam Hussein, logo na primeira edição após os ataques de 11 de setembro, numa aparente personalização do conflito. Com isso, o enunciador apresenta os dois principais alvos de Bush em sua cruzada e estabelece, com a manchete, uma estratégia de convencimento de que a vingança é necessária e os dois personagens apresentados merecem ser extirpados. Na verdade, vingança era o clamor dos norte-americanos após os ataques aéreos. *IstoÉ* transforma-se em caixa de ressonância desse sentimento manifesto.

Além disso, a matéria principal intitulada “Uma internacional terrorista?” (CAMARGO, 19/9/2001, p. 44) apresenta uma série de referências a outros acontecimentos para relacioná-los ao evento de 11 de setembro e à situação que ora se apresentava. Com isso, identificamos na matéria a intertextualidade que, segundo Norman Fairclough “[...] é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). Vejamos:

Mas será que existe mesmo essa tal internacional islâmica do terrorismo? Um relatório da CIA de 1996 já definia Bin Laden como ‘um dos mais notórios financiadores das atividades islâmicas extremistas em todo o mundo’. O relatório dizia que o saudita financiava campos terroristas na Somália, no Egito, Sudão, Iêmen e Afeganistão. [...] (CAMARGO, 19/9/2001, p. 45).

No trecho acima, o enunciador recorre a fragmentos de um relatório da CIA, a agência de inteligência norte-americana, para utilizá-lo na construção de um novo texto: um trecho de relatório passa a compor uma reportagem.

Esta curta análise permite estabelecer o ponto de partida deste trabalho, visto que os veículos assumem estratégia única: os ataques às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono não atingiram apenas os norte-americanos, mas o mundo todo, foram agressão à democracia, como afirmou Bush. É desse posicionamento que derivam todos os demais que orientaram a política norte-americana posterior e que apresentaremos ao longo desta pesquisa. Nossa insistência na questão da globalização

centra-se na convicção de que o governo norte-americano construiu uma série de discursos para desencadear um processo de respostas aos ataques como reação à vitimização e ao perigo contra a democracia, tornando as mídias as principais disseminadoras desses discursos.

Apresentando-se como vítima, os EUA têm a possibilidade de inverter essa posição no momento em que usam de sua força para responder aos ataques, resposta essa que deve ser tão poderosa quanto os ataques. Baudrillard comenta: “Aquilo que nos dá o direito de ser os mais fortes é o fato de sermos a partir de agora vítimas.” (BAUDRILLARD, 2003, p. 33). E ser o mais forte em um momento de revés eleva os norte-americanos à categoria de paladinos da democracia. Bush capitaliza o sentimento de compaixão do povo norte-americano por si mesmo e direciona seu discurso para apresentar os EUA como os guardiões da liberdade mundial e capazes de impor sua vingança aos infiéis.

A posição de vítima permitiu a circulação de um discurso hegemônico por parte do governo norte-americano; contra ele circularam outros, que foram mais ou menos bem-sucedidos. Dessa forma, o acontecimento de 11 de setembro de 2001 impôs-se à mídia mundial com a circulação de um discurso pró-EUA. É importante salientar que estamos nos atendo apenas ao fato motivador das invasões do Afeganistão e do Iraque. As invasões propriamente ditas serão analisadas posteriormente.

O enunciador de *Época* utiliza palavras como angústia e desamparo para descrever o espírito dos norte-americanos:

O gigante acusou o golpe, e o resto do planeta também. Duas perguntas queimam no ar, angustiantes como o choque e o desamparo que sucederam à carnificina. O que acontecerá? Começou a Terceira Guerra Mundial? Não são questões retóricas. Os americanos clamam por vingança e o império já prepara retaliação. (A RESPOSTA..., 17/9/2001, p. 34).

Já o enunciador de *Veja* remete a palavras constantes de textos sagrados como “ira” e “imolados”, numa alusão aos contornos religiosos que Bush tenta dar a sua guerra:

É a primeira vez também à qual eles se lançam impulsionados por uma opinião pública irada com o assassinato premeditado de 6.000 civis, imolados num palco de exposição planetária, Nova York, a cidade mais cosmopolita da Terra. O que a máquina de guerra dos Estados Unidos é capaz de fazer nessas circunstâncias? (OU ESTÃO... 26/9/2001, p. 42).

1.1.2 Vozes das fontes

A partir da condição de vítima, os Estados Unidos estabeleceram um discurso em que se autointitulam protagonistas no papel de polícia do mundo, o que traz embutida uma segunda condição, a de reinstauradores da democracia contra o terrorismo, já que o mundo a partir do acontecimento de 11 de setembro torna-se inseguro para qualquer cidadão, pois ninguém estaria ileso de um ataque terrorista, e só os Estados Unidos, como o único país que pode liderar essa cruzada, em função de sua “espetacular” máquina de guerra, conseguem colocar os infiéis (executores e países apoiadores dos ataques aéreos) em seu devido lugar, ou seja, como o inimigo a ser destruído. É importante observar que o discurso do governo norte-americano vai na direção de colocar a vingança pelos ataques em prática, entretanto, não o quer fazer sozinho, busca aliados, na tentativa de legitimar a ação, ampliando com isso a significação dos ataques: não foram os EUA que sofreram a humilhação, mas o mundo livre. Na mídia impressa semanal, a versão oficial norte-americana se tornou hegemônica por meio da escolha de fontes.

Para que o discurso hegemônico se consolide, a mídia é de fundamental importância no processo, já que ela é responsável pela disseminação e ancoragem desse discurso na busca da hegemonia, pois reproduz para os leitores (enunciadários) o que dizem e fazem os agentes da ação, em nosso caso, os EUA e seus aliados. Passado um primeiro momento de consternação e dor pelos ataques aéreos sofridos, a máquina norte-americana de retaliação deveria entrar em ação. A importância da construção de um discurso hegemônico que justifique tais ações (caça aos responsáveis pelos ataques e invasões do Afeganistão e do Iraque) é de fundamental importância para o governo dos EUA.

Ocorre que, ao contrário da eficiência da disseminação da posição de vítima, a mídia não seguiu em sua totalidade o roteiro traçado por Bush. No campo discursivo, práticas articulatórias dissidentes começam a disputar a hegemonia, em função da dificuldade de articulação do governo norte-americano em angariar apoios de outros países para pôr em prática a sua política belicista de guerra total contra o terrorismo. Este assunto será tratado no capítulo três.

José Arbex Jr. (in PRADO, 2008) entende que a disseminação do discurso oficial fez com que os veículos buscassem as fontes externas às mídias. De acordo com

classificação desenvolvida por Patrick Charaudeau (2006), as fontes se subdividem em institucionais (oficiais e oficiosas) e não institucionais (testemunhas, especialistas e representantes de corpos profissionais). Há também as fontes internas às mídias, que são classificadas como internas aos organismos de informação (correspondentes, enviados especiais e arquivos próprios) ou externas a eles (agências e outras mídias). A seguir, apresentamos uma tabela onde identificamos todas as fontes constantes dos textos que são objetos de análises em nosso trabalho. Para identificar as fontes, utilizamos a classificação de Charaudeau, que foi descrita acima.

Identificação de fontes – <i>IstoÉ</i>			
Matéria: Uma internacional terrorista – 19/9/2001 – p. 44-45			
Interior às mídias		Exterior às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	institucional	Não institucional
		George W. Bush	Demétrio Magnoli
		Relatório da Cia	Henry Kissinger
Matéria: Por dentro do Taleban – 19/9/2001 – p. 92-93			
			Ahmed Rashid
Matéria: A um passo da guerra – 26/9/2001 – p. 82 a 87			
Osmar Freitas Jr.		George W. Bush	Gregori Arpino
		Tim Ferguson	Frank Rice
		FHC	James Woolsey
		Henry Sobel	Assef A. Ali
		Bhairavi Desai	Maghhattar Singh
		Laurie Mylroi	
Matéria: União impossível – 26/9/2001 p. 90-91			
			Demétrio Magnoli
Matéria: Shopping nuclear – 26/9/2001 – p. 94-95			
		Relatório da Cia	
		Gleb Ivashentsov	
Matéria: Fronteira sob suspeita – 26/9/2001 p. 96			
	Clarín	Joaquim Mesquita	
		José Ferry	
		Ali Rahal	
		Fouad Fakih	
Matéria: Bioterrorismo, a nova ameaça – 3/10/2001 p. 67-77			
Osmar Freitas Jr.		Paul Webster	Miles Sherman
		OMS	Harold Spencer
		John Ashcroft	Sergio Graff
		CIA	Patrick Gillon
		Scott Woogen	Artur Timerman
			Robert Rubber
			Steve Lann
			Roger Potts
			Daniel Alghaith

Identificação de fontes - <i>IstoÉ</i>			
Matéria: Intolerância – 3/10/2001 p. 80 a 83			
		George W. Bush	Fariba Nawa
		Khalia Jahshan	Ron Arnold
		Lucio Amorim	
		Masoud Shadjareh	
		Silvio Berlusconi	
Matéria: Vingança árabe – 3/10/2001 p. 84-85			
	Diário Rio Negro		Carlos Soria
Matéria: O preço da segurança – 3/10/2001 – p. 88			
		Luis E. Greenhalg	Marco Martins
			Alex Guerra
Matéria: A ilha do Oriente – 3/10/2001 p. 80-81			
Interior às mídias		Exterior às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucional	Não institucional
	Ebrhaim Hela		Gabriel Priolli
			Luiz A. Costa
Matéria: A grande caçada – 10/10/2001 p. 91-95			
Osmar Freitas Jr.		Dep. Defesa	Alexander Barzalli
		CIA	Frank Rice
			Wesley Clark
			Ben Hume
Matéria: Sombras no paraíso – 17/10/2001 p. 68-73			
Osmar Freitas Jr.		John Agwunobi	Sean Costa
		Carry Simons	Doreen Bellafante
		Antony Sciolin	
		FHC	
		Frank Guidice	
		Larry Arancio	
Matéria: Suspeita no ar – 17/10/2001 p. 74			
		FBI	Antonio C. Pginatari
		Isaias Raw	Marcos Boulos
		Centro C. Doenças	Carlos A. de Avila
		Antonio C. Pignatari	Silvio Valle
Matéria: Os espíões do céu – 17/10/2001 p. 84-86			
		Roberto Boczko	Eden Asvolinsque
			Petrônio de Souza
Matéria: Insegurança geral – 24/10/2001 p. 79-82			
Osmar Freitas Jr.	Judith Miller	FBI	Jessica Stern
Darlene Menconi		David Fleming	James Woolsey
		Ted Almay	
Matéria: O impasse americano – 7/11/2001 p. 92-94			
Osmar Freitas Jr.	The Times	FBI	Wesley Clark
			Lavli Miller
Matéria: Aposta arriscada – 14/11/2001 p. 82-84			
Osmar Freitas Jr.	The New York Times	Ashraf Da Deen	
	CNN	Dep. Estado	
		FHC	

Identificação de fontes – <i>IstoÉ</i>			
		Fouad Fakih	
Matéria: A guerra como ela é – 5/12/2001 p. 110-111			
Osmar Freitas Jr.		Donald Rumsfeld	
		Pentágono	
		Cruz Vermelha	
		Ahmad Jawib	
Matéria: Alá, meias-verdades e videotape – 12/12/2001 p. 98-99			
Osmar Freitas Jr.	Christian S. Monitor	Donald Rumsfeld	
Matéria: Ameaça invisível – 19/12/2001 p. 84-85			
		Claude Solari	Hugo O. Piva
			Anselmo Pachoa
Matéria: Em nome de Bush – 26/3/2003 p. 26-29			
Interior às mídias		Exterior às mídias	
Int. org. info.	Ext. org. info	Institucional	Não institucional
Osmar Freitas Jr.		Pentágono	William Nash
		Donald Rumsfeld	
Matéria: Feridas à mostra – 26/3/2003 p. 32-33			
	Wall S. Journal		Margo Smith
Matéria: Doutrina Bush			
Osmar Freitas Jr.			Arthur Schlesinger Jr.
Matéria: A aposta de Lula – 26/3/2003 p. 42-43			
		Lula	
		Aloisio Marcadante	
		Paulo Delgado	
		Hugo de O. Piva	
Matéria: O cerco a Bagdá – 9/4/2003 – p. 66-70			
Osmar Freitas Jr.	The Guardian	John Hillen	George Joulvan
			Barry McCaffrey
			Norman Schwarzkopf
Matéria: Camisases de Saddam – 9/4/2003 p. 74-75			
		Murhaf Jouejati	
Matéria: Reconstrução viciada – 9/4/2003 p. 76-77			
Osmar Freitas Jr.		Robert Byrd	
Matéria: Fim de reinado – 16/4/2003 p. 82-86			
Osmar Freitas Jr.		Dick Cheney	JohnW. Dower
		John R. Bolton	Antonio C. Peixoto
		Pentágono	
Matéria: A marca humana – 16/4/2003 p. 88-91			
		Gérard Peytrignet	Ali Ismael Abbas
		Hamed Aireg	Osama Al-Douleini
		Veronique Traveau	Sadek Al-Moukhatar
		Patrick Nicholson	Santiago Pavlovic
	Hussein A. Ghani	Alex Renton	
Matéria: Colcha de retalhos – 16/4/2003 p. 92-93			
		Ahmad Chalabi	
		Said Hakki	
Matéria: Bush dá as cartas – 23/4/2003 p. 67-69			

Identificação de fontes – <i>IstoÉ</i>			
Osmar Freitas Jr.		Robert Fisher	
Matéria: O eterno retorno – 23/4/2003 p. 70 a 73			
	Jornal Haa'retz		Khalil Shiqzaqi
	Newsweek		
Matéria: Sob o domínio do caos – 23/4/2003 p. 72-73			
Osmar Freitas Jr.	NBC	David Holahan	Karim al-Moussawi
Matéria: Pedra no caminho – 30/4/2003 p. 90			
		Jay Garner	Bernard Lewis

Identificação de fontes - <i>CartaCapital</i>			
Matéria: E o mundo mudou – 19/9/2001 p. 6-10			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info.	Ext. org. info	Institucional	Não intitucional
	La Republica	Colin Powel	Mauro C. Leschziner
	L'Unita		
	France Press		
	Portal Terra		
	ABC		
	Los Angeles Times		
	New York Post		
Matéria: O engraxate que nasceu de novo			
	New York Observer		Edson F. Lima
	CNN		
Matéria: Os quarteiros do horror – 19/9/2001 p. 12-13			
			Rogério Tuma
Matéria: De caçador a caça – 19/9/2001 p. 16-23			
	The New York Times		
Matéria: Versões e fatos na fronteira sul – 19/9/2001 p. 21			
	Zero Hora		
Matéria: O império e pobreza – 19/9/2001 p. 24-32			
			José Luis Fiori
Matéria: Uma combinação exclusiva – 19/9/2001 p. 26			
			José Luis Fiori
Matéria: Dúvidas chegam à praça – 26/9/2001 p. 6-7			
			Robert Jattan
			Steve Mercurio
			Mohamed Haque
Matéria: A hora do espanto – 26/9/2001 p. 22-26			
Gianni Carta	New York Times	George W. Bush	Robert Shapiro
	NBC		Michael Clarke
			Robert Jattan
			Julie Du Brow
Matéria: A nova desordem – 3/10/2001 p. 34-38			
Gianni Carta	BBC		
	The Economist		
	Le Monde		
Matéria: O Afeganistão é incontrolável – 3/10/2001 p. 36-37			

Identificação de fontes - <i>CartaCapital</i>			
			Sergio Romano
Matéria: Apocalipse privatizado – 3/10/2001 p. 44-46			
	www.millennium	Congresso	
Matéria: Ataque ao monstro – 10/10/2001 p. 36 a 38			
		Ahmed W. Massoud	
Matéria: À luz das bombas - 17/10/2001 p. 28-31			
	Washington Post	George W. Bush	
	The New York Times	Geoff Hoon	
	Newsweek	Donald Rumsfeld	
		Ari Fleisher	
Matéria: Embaixador dos EUA – 17/10/2001 p. 32-33			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucional	Não institucional
Gianni Carta	Evening Standard		
	BBC		
	Wall Street Journal		
Matéria: O que pensa o mundo do Islã – 17/10/2001 p. 40-41			
	Amira Howeidy		
Matéria: O ataque da paranóia – 24/10/2001 p. 24-27			
	Veja	Silvio Vale	Malena S. Contrera
	La Repubblica		
	ABC		
	The New York Times		
	CBS		
	Jornal do Dia		
	Jornal do Brasil		
	A Tribuna		
	Agora		
	Cruzeiro do Sul		
	Correio Braziliense		
	A Tribuna		
Matéria: Marcha para trás – 31/10/2001 p. 36-37			
	Washington Post		
	National Rewiew		
	Veja		
	Wall Street Journal		
Matéria: O premier ouve a voz do passado – 14/11/2001 p. 48-49			
Simone de Mello			
Matéria: O namoro EUA-Taliban – 12/12/2001 p. 42-44			
Leneide Duarte			Jean-Charles Brisard
Matéria: Os criadores das trevas – 5/3/2003 p. 34-37			
	The Observer		
Matéria: A Santa Sé contra Bush – 5/3/2003 p. 38-39			
	Famiglia Cristiana	Jean-Louis Tauran	Giancarlo Zizola
	Civiltá Cattolica		
	Panorama		
	3° Giorni		

Identificação de fontes – <i>CartaCapital</i>			
Matéria: É o febeamundo – 19/3/2003 p. 32-33			
	The New York Times		
	Washington Post		
	Los Angeles Times		
	Millyet		
	The Nation		
Matéria: Bush Jr. ataca Iraque, ONU e EU – 26/3/2003 p. 22-28			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucional	Não institucional
	Le Figaro		
	Time Europe		
	Washington Post		
	Financial Times		
Matéria: A melhor arma – 26/3/2003 p. 29			
		Sabah Jawad	
		Hani Lazim	
Matéria: Bush no caminho errado – 26/3/2003 p. 30-31			
			Madeleine Albright
Matéria: O rei não está nu – 26/3/2003 p. 32-33			
			Gwyn Prins
Matéria: A Câmara diz sim. As ruas dizem paz – 26/3/2003 p. 36-37			
Giani Carta			
Matéria: A nova face do macarthismo – 26/3/2003 p. 38-41			
Nirlando Beirão	The New York Times		Martin Sheen
	Fox		Sean Penn
	CNN		
	ABC		
	MTV		
Matéria: Uma farsa cirúrgica – 2/4/2003 p. 32-34			
	Folha de S.Paulo		
Matéria: Entre os dois shows do império – 2/4/2003 p. 36-37			
Nirlando Beirão			
Matéria: E o repórter vira resistente – 2/4/2003 p. 36-37			
Gianni Carta			
Matéria: Um partido ao ataque – 2/4/2003 p. 40-41			
			Glenda Jackson
Matéria: A outra causa americana – 2/4/2003 p. 42-43			
	Flavia Pardini		
Matéria: De babel à barbárie – 23/4/2003 p. 56-57			
	The Guardian		
Matéria: Sem vergonha de ser império – 23/4/2003 p. 58-59			
		PNAC	
Matéria: O risco americano – 14/5/2003 p. 40-42			
			Sergio Romano
Matéria: O movimento sem-razão 18/6/2003 p. 48-50			
	Time		
	Daily Tekegraph		

Identificação de fontes – <i>CartaCapital</i>			
	The New York Times		
	The Independent		

Identificação de fontes - <i>Época</i>			
Matéria: Medo 17/9/2001 p. 32			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucional	Não institucional
	The New York Times	George W. Bush	Samuel Huntington
		Gelson Fonseca	Gilberto Dupas
		Paul Wolfowitz	
Matéria: Segurança versus liberdade – 17/9/2001 p. 36			
			Michael Avery
Matéria: Caçada aos assassinos – 17/9/2001 p. 40-43			
		George W. Bush	Avner Shemesh
		John Ascroft	
		Robert Mueller III	
Matéria: Conexão brasileira – 17/9/2001 p. 44-45			
			Reda Soueid
Matéria: O inimigo número 1 – 17/9/2001 p. 46-47			
		FBI	
		CIA	
Matéria: Um novo tipo de terrorismo – 17/9/2001 p. 48-50			
			Michele Zanini
Matéria: Tensão afeta o Brasil – 17/9/2001 p. 95			
			John Scheinkman
Matéria: Por quem chora Nova York – 17/9/2001 p. 102-109			
Tanise S. Dvoskin		Linda Levi	Deby Solomon
José P. Vicente		Michael Sharpe	Rosa Valdez
			James Snyder
Matéria: Guerra sem fronteiras – 24/9/2001 p. 34-39			
		George W. Bush	
		Dep. Estado	
Matéria: Entre o cajado e o fuzil – 24/9/2001 p. 40-45			
Pepe Escobar			
Matéria: Fim do líder da resistência – 24/9/2001 p. 44			
		Ashmed S. Massud	
Matéria: O planeta afegão – 24/9/2001 p. 46-50			
Pepe Escobar			
Matéria: Império em debate – 24/9/2001 p. 83-85			
	La Reppublica		Edward Said
	Washington Post		Richard Rhodes
Matéria: Todos a bordo do trauma – 24/9/2001 p. 86-90			
		Dawn Deeks	Robert Butterworth
		Richard Bloom	Ricardo Chiaelli
		João S. da Silva	
		Joseph Lawless	
Matéria: Um novo jogo na mesa – 24/9/2001 p. 97			

Identificação de fontes: <i>Época</i>			
			Kenneth Maxwell
Matéria: Troca de papéis – 98-101			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int.org. info	Ext. org. info	Institucional	Não institucional
		FHC	Henrique Altemani
		Celso Lafer	Flavio S. Saraiva
		Gelson Fonsela Jr.	
Matéria: Uma caçada no cone sul – 24/9/2001 p. 102-104			
José Casado			
Matéria: Nova York respira – 24/9/2001 p. 106-111			
Guilherme Evelin			
Matéria: A ansiedade do Paquistão – 1/10/2001 p. 38-41			
Pepe Escobar		Amr Mussa	Sartaj Aziz
Matéria: A implosão Taleban – 1/10/2001 p. 42-43			
Pepe Escobar			
Matéria: Quando os impérios atacam – 1/10/2001 p. 44-49			
		Gregory Nojeim	
Matéria: Mentis destroçadas – 1/10/2001 p. 49			
		Robert Glick	Eslee Samberg
Matéria: O terrorismo invisível – 1/10/2001 p. 51			
	Judith Miller		Domingos Alves
Matéria: O terror na mira americana – 8/10/2001 p.36-39			
Pepe Escobar			
Matéria: Provas polêmicas – 8/10/2001 p. 40-41			
	The Guardian	CIA	
	The Times		
Matéria: Doutrina em alto-mar – 8/10/2001 p. 43-46			
			Filipe Fortes
			Luciano Pereira
			Ana C. F. Biase
			Gabriel Fortes
Matéria: Império do medo – 15/10/2001 p. 36-42			
		George W. Bush	Michele Zanini
		Sulaiman A. Ghaith	Samuel Huntington
		Ajai Sahmi	Courtney Campbell
			Fani Hisgail
Matéria: Cortina de fumaça – 15/10/2001 p. 43			
			Maria A. Aquino
Matéria: O risco brasileiro – 15/10/2001 p. 44-45			
			Ian Bannister
Matéria: A maior de todas as batalhas – 15/10/2001 p. 46-48			
	The New York Times	Charles Duelfer	Leonard Dimenstein
			Robert Malley
Matéria: Conflito eterno – 15/10/2001 p. 60-63			
		Kofi Annan	
Matéria: Reação incandescente – 15/10/2001 p. 66-69			
Pepe Escobar			

Identificação de fontes – <i>Época</i>			
Matéria: O xeque Guevara – 15/10/2001 p. 70-71			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucionais	Não institucionais
Pepe Escobar			
Matéria – A luta pela mente – 15/10/2001 p. 74-80			
	The New York Times	Torie Clarke	Robert Elegant
	Peter Arnett	Rachek Cohen	James Fallows
Matéria: O terror por aqui – 22/10/2001 p. 34 a 41			
		Washington Melo	
		Mohamad K. Jomaa	
Matéria: Medo do Vietnã – 22/10/2001 p. 45-47			
			Gordon Adams
			Warner Schillinh
Matéria: A segunda derrota americana – 22/10/2001 p. 48-50			
		George W. Bush	Jerome Levinson
		Tom Daschle	Naomar Filho
Matéria: Todas as guerras são sujas – 29/10/2001 p. 99-102			
		Stephanie Bunker	Richard Falk
		Victoria Clarke	David Jordan
		John Pike	James Fallows
Matéria: A corrida dos inocentes – 29/10/2001 p. 104-106			
Pepe Escobar		Afrasiab Khattak	General Tani
Matéria: O general inverno – 29/10/2001 – p. 107			
		Richard Myers	
Matéria: Tensão no comando – 5/11/2001 p. 68-72			
	Washington Post	Celso Lapa	Gary Sick
	The Economist	Carlos Sarmiento	Eugene Palka
			Bruno Teixeira
			Francis Schafer
Matéria: Nó paquistanês – 5/11/2001 p. 76-79			
Pepe Escobar			
Matéria: Memória em disputa – 5/11/2001 p. 80-81			
			Thomas Madden
			Jonathan Smith
Matéria: O jogo do Taleban – 5/11/2001 p. 82-83			
Pepe Escobar			
Matéria: O Taleban em ruínas – 19/11/2001 p. 102-103			
			William Nash
Matéria: Cidades livres – 19/11/2001 p. 104-106			
Pepe Escobar			
Matéria: Cabul vai ao cinema – 26/11/2001 p. 92-96			
Pepe Escobar			
Matéria: Um país chamado jornalista – 26/11/2001 p. 96-97			
	John Simpson		Hussain Haqqani
Matéria: A caçada a Bin Laden – 3/12/2001 p. 92-94			
	Al Hayat	George W. Bush	

Identificação de fontes - <i>Época</i>			
		Abdullah Abdullah	
Matéria: Derrotados e humilhados – 10/12/2001 p. 90-95			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucionais	Não institucionais
Pepe Escobar	Time		
Matéria: Bin Laden se vangloria – 17/12/2001 p. 14-17			
		Ari Fleisher	Labib Kamhawi
		Roland Jacquard	
Matéria: A batalha de Nova York – 3/3/2003 p.58-60			
	Time		Ken O’Keefe
	CNN		Tolga Temuge
			Ricardo Lewandowsky
Matéria: Saddam é Napoleão – 3/3/2001 p. 61			
			Paul Johnson
Matéria: A guerra divide o mundo – 10/3/2003 p. 56-58			
		George W. Bush	Zbigniew Brzezinski
Matéria: Inferno em Bagdá – 24/3/2003 p. 32-39			
	Washington Post	Richard Myers	Michael O’Hanlon
		George W. Bush	
Matéria: Força de ocupação – 24/3/2003 p. 51-55			
	The New York Times		
	Time		
	The Economist		
Matéria: O país quer paz – 24/3/2003 p. 56-59			
			José Albuquerque
Matéria: Qual o futuro da ONU? – 24/3/2003 p. 60-61			
		Kofi Annan	Samuel Feldberg
			Maria A. Aquino
Matéria: Sangue e areia – 31/3/2003 p. 32-37			
	The New York Times	George Bush	
	Los Angelis Times	Robert Byrd	
		Geraldo Agnelo	
Matéria: A cruzada do Papa – 31/3/2003 p. 38			
			Ettore Masina
			Wagner Sanches
Matéria: Depois das bombas – 31/3/2003 p. 39			
		Peter Hakim	Helio Jaguaribe
			Paulo N.B. Junior
			José M. Carvalho
Matéria: Os vienenses e a guerra – 31/3/2003 p. 42			
			Keneth Maxwell
Matéria: A batalha de Bagdá – 7/4/2003 p. 58-62			
		Roland Benjamin	
		Ari Fleischer	
Matéria: Olho no futuro – 7/4/2003 p. 63			
		Rubens Ricupero	Luiz G. Beluzzo
		João P. Stedeli	Marcilio M. Moreira

Identificação de fontes – <i>Época</i>			
		Rubens Barbosa	
Matéria: A ditadura que sumiu – 14/4/2003 p. 40-47			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucionais	Não institucionais
		Mohamed Al-Douri	
		Vincent Brooks	
Matéria – General no poder – 14/4/2003 p. 48-49			
		Paul Wolfowitz	
		Roger Walter	
Matéria: Como fica o mundo – 14/4/2003 p. 55			
		Carlos Langoni	Luiz F. Lampreia
		José Albuquerque	
		Marco A. Mello	
Matéria: O mundo dos facões – 14/4/2003 p. 56-57			
			Thomas Barnett
			Fernando Abrucio
Matéria: A defesa da ordem – 14/4/2003 p. 58			
			Luiz O. Baptista
Matéria: O desafio dos aiatolás – 28/4/2003 p. 64-65			
		Ari Fleischer	
Identificação de fontes - Veja			
Matéria: O novo terrorismo – 19/9/2001 p. 11-15			
			Ian O. Lesser
Matéria: A descoberta da vulnerabilidade – 19/9/2001 p. 48-58			
	Washington Post	George Bush	Samuel Berger
		Paul Wolfowitz	
		Colin Powell	
Matéria: A morte no fogo, num salto ou no desabamento – 19/9/2001 p. 60-67			
		David B. Neto	Rubens Brandão
			Guilherme Castro
			Luciana Salles
			Marcio Bernik
Matéria: Assassinato em nome de Alá – 19/9/2001 p. 80-85			
			Mar. Aquino
			Samuel Huntington
			Sharif Shuja
			Michael Hudson
Matéria: A bomba financeira – 19/9/2001 p. 98-99			
		Horst Koehler	Alan Blinder
Matéria: Escolas de terror – 19/9/2001 p. 104-114			
	Foreign Affairs		John Keegan
	World Police Journal		Richard Betts
			Henry Kissinger
			Jan Gross
			Barbara Tuchman
			Brian Jenkins
Matéria: O Islã na mira – 26/9/2001 p. 9-12-13			

Identificação de fontes – <i>Época</i>			
			Paul Johnson
Identificação de fontes - <i>Veja</i>			
Matéria: “Ou estão do nosso lado ou estão do lado dos terroristas” – 26/9/2001 p. 40-43			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucionais	Não institucionais
		George W. Bush	Peter MacBride
		Paul O’Neil	Dan Rather
Matéria: A guerra será suja e longa – 26/9/2001 p. 44-51			
		Dick Cheney	Henry Kissinger
		George W. Bush	Reuel Gerecht
		Paul Wolfowitz	
		Robert Graham	
Matéria: Este país já está arrasado – 26/9/2001 p. 52-59			
			Alexander Lebed
Matéria: As redes do terror – 26/9/2001 p. 84-90			
		John Ashcroft	
		Patrick Leahy	
Matéria: Opiniões diferentes – 26/9/2001 p. 100-109			
		Rudolph Giuliani	
Matéria: A batalha econômica – 26/9/2001 p. 116-120			
		Stephen Roach	Francis Fukuyama
		William Poole	Paul Krugman
		Gail Fosler	
		Glen Hubbard	
Matéria: A guerra irracional – 3/10/2001 p. 9-12-13			
			John Keegan
Matéria: A ratoeira está armada – 3/10/2001 p. 40-50			
	The New Yorker	Himmat S. Gill	
Matéria: O vírus anti-EUA – 3/10/2001 p. 54-63			
	The Economist	Anatol Lieven	Mark Hadley
	Folha de S.Paulo	JeanMarie Le Pen	Paul Krugman
	The Times		
	The Sunday Times		
	O Estado de S.Paulo		
Matéria: Quando a guerra é justa – 3/10/2001 p. 64-66			
		Joaquín N. Valls	Alcides C. Vaz
Matéria: Sem chance de entendimento – 3/10/2001 p. 77			
			Sergio Abranches
Matéria: A batalha da diplomacia – 3/10/2001 p. 78-82			
	Financial Times	Vladimir Putin	Luiz. F. Lampreia
Matéria: Mais uma face do terror – 3/10/2001 p. 88-92			
	Jonathan B. Tucker		
Matéria: Ele tem sucessor – 3/10/2001 p. 94-98			
	The New York Times		
Matéria: O cofre de mil bocas – 3/10/2001 p. 106-107			
		George W. Bush	
Matéria: O inverno vai até dezembro – 3/10/2001 p. 108-110			
	Reuters	Paulo Leme	

Identificação de fontes - <i>Veja</i>			
Matéria: Os tentáculos de Bin Laden – 10/10/2001 p. 42-48			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucionais	Não institucionais
	The Economist	Frank Taylor	
	Washington Post		
	The New York Times		
Matéria: O que querem os fundamentalistas – 10/10/2001 p. 50-55			
			Martin Marty
Matéria: Como eles se preparam para matar e morrer – 10/10/2001 p. 60-62			
	Time	FBI	
		Ali M. Aboduni	
Matéria: Tortura cotidiana – 10/10/2001 p. 68-71			
			Fatima Mernissi
			Leila Ahmed
Matéria: Nasce uma geração – 10/10/2001 p. 76-79			
	Crimson		
	Yale Daily News		
Matéria: Intelectuais em guerra – 10/10/2001 p. 84-85			
			Christopher Hitchens
			Edward Said
			Salmand Rushdie
Matéria: A tragédia reordena o mundo – 10/10/2001 p. 92-98			
		James Wolfensohn	Paul Krugman
		Allan Meltzer	
		James P. Moran	
		Robert Zoellick	
Matéria: O míssil e o barbudo			
		John Negroponte	Richard Kidd
Matéria: O mulá bibi fonfon – 17/10/2001 p. 60-61			
	Sunday Telegraph		
Matéria: A CNN do Catar e seus furos – 17/10/2001 p. 62			
	Sami Haddad		
Matéria: Do lado errado, de novo			
	Randa Achmawi	Saad al-Fagih	
Matéria: Ele quer ser rei dos afegãos – 17/10/2001 p. 94-95			
		Mohamed Shah	
Matéria: Os espões voltam à lama			
			Reuel Gerecht
Matéria: O mal invisível – 24/10/2001 p. 46-52			
	Judith Miller		
Matéria: A guerra real ao fanatismo – 31/10/2001 p. 40-44			
	Newsweek	James Wolfensohn	Edward Luttwak
	Wall Street Journal		Samuel Huntington
	The New York Times		
Matéria: O nome dele é problema – 31/10/2001 p. 46-49			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Ext. org. info	Institucionais	Não institucionais

Identificação de fontes - <i>Veja</i>			
			Gideon Samet
			Alex Fishman
Matéria: “Agora você morre” – 31/10/2001 p. 50-52			
	Daily Mirror		
Matéria: Como se faz um supersoldado – 31/10/2001 p. 54-58			
			Ricardo Chilelli
Matéria: Ameaça nuclear do Islã – 7/11/2001 p. 36-39			
	New Yorker	CIA	
Matéria: Promoção contra o medo – 7/11/2001 p. 40-41			
	The New York Times		
Matéria: Os Laden debocham dos EUA			
	Al Jazira		
Matéria: Reino da fantasia – 14/11/2001 – p. 52-53			
	Wall Street Journal		
	New York Post		
Matéria: Oriente X Ocidente			
			Samuel Huntington
			Clifford Geertz
Matéria: Só falta Bin Laden – 21/11/2001 p. 36-41			
		Rifaat Hussan	John Keegan
Matéria: A lei do cão – 21/11/2001 p. 42-43			
		Laura Murphy	Ruth Wedgwood
		Jayne Vita Rosso	
Matéria: Agora a esperança tem rosto – 28/11/2001 p. 40-46			
	The New York Times	Paula Claycomb	Ahmed Rashid
		Rudy Bernuth	
Matéria: “Isso foi só o começo” – 28/11/2001 p. 50-51			
		George W. Bush	
Matéria: Uma tribo feliz – 28/11/2001 p. 52-53			
	Ass. M. Jornais	Thimothy Balding	
Matéria: Procura-se o DNA dos Laden – 5/12/2001 p. 52-53			
	Simon Reeve	CIA	
Matéria: Ele esteve no Brasil – 19/3/2003 p. 59-61			
		CIA	
Matéria: A guerra ao alcance de todos – 26/3/2003 p. 50-57			
		Gary Crowder	
Matéria: A máquina de guerra – 26/3/2003 p. 58-62			
			Joseph Nye Jr.
			Robeert Derasse Jr.
			Harvey Sapolsky
Matéria: A formação de um tirano – 26/3/2003 p. 64-67			
			Edward Luttwak
			Com Coughin
			Jerrold Post
Matéria: Os novos imperialistas – 26/3/2003 p. 68-71			
Internas às mídias		Externas às mídias	
Int. org. info	Est. org. info	Institucional	Não institucional
			Charles Kupchan

Identificação de fontes - <i>Veja</i>			
Matéria: Rumo a Bagdá – 2/4/2003 p. 42 a 53			
		John Burns	David Grange
		Michael O’Hanlon	
Matéria: O senhor da guerra – 2/4/2003 p. 54-56			
	The Economist		Henry Kissinger
			John Keegan
			Harlan Ulman
Matéria: A hora dos radicais – 2/4/2003 p. 62-67			
		Tariq Aziz	Daniel Pipes
		Jon Alterman	Thomas Friedman
Matéria: Guerreiros de capacete furado – 9/4/2003 p. 44-50			
			Thomas Friedman
			Fareed Zakaria
Matéria: O bunker de Saddam – 9/4/2003 p. 52-53			
			Robert Williscroft
Matéria: Vícios, taras e crimes – 9/4/2003 p. 56-61			
	Vanity Fair		Jeremy Binnie
	CBS		
Matéria: De olho nos dólares da paz – 9/4/2003 p. 70			
		Jonas Rabinovitch	
		Carlos Santos	
Matéria: O regime decapitado – 16/4/2003 p. 44-51			
			David Sanger
			Ahmad Dallal
Matéria: Os moderados são a chave da paz – 16/4/2003 p. 62-66			
		Abdulwahab Alkebsi	Saad E. Ibrahim
			Richard Pipes
			David Fromkin
Matéria: O novo inimigo mora ao lado – 23/4/2003 p. 55-59			
			Michael Times
Matéria: O poder dos turbantes – 23/4/2003 p. 60-61			
		Paul Wolfowitz	
Matéria: O que eles têm em comum – 23/4/2003 p. 62-66			
		Jay Garner	
Matéria: O horror dos porões de Saddam – 30/4/2003 p. 52-55			
	The New York Times		
Memória: Atravessei o túnel do medo – 14/5/2003 p. 11-14-15			
			Salman Rushdie
Matéria: A pergunta que não quer calar – 21/5/2003 p. 76-77			
		Yonah Alexandre	Peter Bergen

De *Época* destacamos as declarações de Paul Wolfowitz, subsecretário de Estado norte-americano: “Precisamos aniquilar os esconderijos dos terroristas e os Estados que os protegem.” (A RESPOSTA..., 17/9/2001, p. 39); de Bush: “Cada país

em cada região precisa decidir: ou está conosco, ou com os terroristas [...]” (SARDENBERG, 24/9/2001, p. 36).

IstoÉ traz a mesma declaração de Bush em sua edição de 26/9/2001, na página 84. Mais à frente surge Frank Rice, ex-chefe do escritório regional do FBI em Nova York: “A partir de 1998 recebemos informes de que Bin Laden se hospedou seguidas vezes nos palácios de Saddam no Iraque [...]” (FREITAS JR., 26/9/2001, p. 85).

Veja ouve, entre outros, Samuel Berger, presidente do Conselho de Segurança Nacional no governo Bill Clinton: “É preciso desencadear uma guerra fria ao terror.” (A DESCOBERTA, 19/9/2001, p. 53); o presidente Bush: “Covardes que não mostram a cara.” (A DESCOBERTA, 19/9/2001, p. 53); o historiador inglês Paul Johnson, “[...] há consenso sobre a idéia de que uma nação que abriga terroristas é, ela mesma, terrorista e deve sofrer as conseqüências [...]” (GRAIEB, 26/9/2001, p. 13).

CartaCapital constrói um discurso na contra-corrente. Recorre a fontes não institucionais, como Noam Chomsky e José Luis Fiori. Ao contrário dos demais veículos, procura desqualificar as fontes que pertencem ao *establishment*: “Henry Kissinger e Samuel Huntington, dois conotados conservadores, divergem radicalmente quando especulam sobre o futuro geopolítico do mundo.” (FIORI, 19/9/2001, p. 25).

É importante que analisemos o conjunto exposto acima. As declarações caminham no sentido de que é inevitável uma retaliação contra os que dão guarida aos agressores dos norte-americanos. Dentro do campo discursivo há uma luta para que o discurso construído seja hegemônico. Apesar de haver as vozes discordantes, elas não prevalecem, pois são enfrentadas por luta dentro do campo discursivo hegemônico, que busca desqualificá-las.

Portanto, antes de continuarmos, é importante reintroduzirmos um aspecto fundamental já citado anteriormente neste trabalho: a dependência dos veículos brasileiros de material de agências internacionais. Isabelle Christine Somma de Castro (in PRADO, 2008) salienta que a imprensa brasileira é alimentada por agências internacionais. Os veículos que fazem parte de nosso *corpus* adquirem material de agências como *France Press*, *Associated Press*, *Reuters*, *The New York Times*, *The Washington Post*, entre outras. A maioria deles credita no corpo do texto quando a informação é de agência, apenas *Época* não o faz. Vejamos:

Veja:

Numa entrevista recente ao jornal *The New York Times*, o general Colin Powell, secretário de Estado americano, disse que, mesmo que as provas de

participação do terrorista no atentado não fossem conclusivas, os americanos teriam o direito de caçá-lo, pelo seu passivo de crimes contra os Estados Unidos e a civilização. (OS TENTÁCULOS..., 10/10/2001, p. 48).

CartaCapital: “O Iraque é o grande candidato a próximo alvo. Mas, segundo informou o jornal *The New York Times* na quarta-feira 10, Malásia, Filipinas e Indonésia também poderão vir a integrar a lista, por abrigarem grupos ligados à Al Qaeda.” (LOBO, 17/10/2001, p. 30).

IstoÉ: “Só assim as tropas da Aliança do Norte se animaram. Dias antes, eles confessavam a um repórter do diário *The New York Times* que não estavam treinando por causa da chuva.” (FREITAS JR., 14/11/2001, p. 84).

Castro (in PRADO, 2008) afirma que a imprensa brasileira valoriza as fontes e informações oficiais mais do que deveria. Já para Roney Cytrynowicz (in PRADO, 2008), há uma predominância em relação às fontes oficiais/oficiosas, o que torna ainda mais fácil a disseminação da versão norte-americana. É certo que há nuances importantes entre os veículos, já que, apesar da predominância de fontes que sancionam o discurso hegemônico, cada um deles tem a sua linha editorial que se manifesta na edição da matéria. Mesmo com material semelhante, cada veículo propõe contratos comunicacionais diferenciados. Cabe ao enunciatário aceitá-los ou não.

Apresentamos, como exemplo, a matéria que focou os casos de contaminação pela bactéria anthrax que ocorreram, nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que o país invadia o Afeganistão. As revistas, a começar pelo título da matéria já indicavam diferenças de tratamento: *Veja*: “O mal invisível” (*Veja*, 24/10/2001, p. 46). O enunciador faz duas associações com a palavra *mal*. Na primeira refere-se ao mal que a bactéria causa a quem a contrai; na segunda, remete à divisão maniqueísta que Bush fez do mundo: os que estão ao lado dos EUA são o Bem, os que estão contra são o Mal. *Época*: “A segunda derrota americana” (*Época*, 22/10/2001, p. 48). O enunciador remete aos ataques aéreos para contabilizar mais uma derrota dos EUA, pois mais uma vez a vulnerabilidade dos norte-americanos é exposta. *IstoÉ*: “Insegurança Geral” (FREITAS JR., 24/10/2001, p. 79). O veículo figurativiza no pó branco o pânico e a insegurança que assombram o mundo. Já *CartaCapital*, com o título “O ataque da paranóia” (LÍRIO, 24/10/2001, p. 24) descreve a situação de pânico que se espalhou pelo mundo todo depois das suspeitas de contaminação com antraz.

As capas de *Veja* e *IstoÉ* apresentam tratamentos diferentes ao mesmo tema. Em *Veja* (Figura 1) bombeiros vestidos com máscaras e roupas especiais de cor clara

caminham por um ambiente inóspito que domina toda a capa, no meio de uma fumaça branca, uma alusão ao pó branco contaminado com a bactéria antraz; aplicada sobre a imagem a manchete: “Anthrax o mal invisível”. A palavra Anthrax se forma no meio da fumaça branca. O enunciador adota uma figurativização que tende cromaticamente ao branco, com os mascarados se protegendo da contaminação. A expressão “mal invisível” repete-se em página interna da reportagem. Já *IstoÉ* (Figura 2) se utiliza da paranóia causada pela possibilidade de um ataque biológico maciço e traz a manchete “Pânico”, na cor vermelha, em um fundo preto. No longo olho abaixo da manchete destaque, em amarelo, das palavras “o pozinho branco” e “bactéria do antraz”. As duas capas, com estratégias diferentes, procuram disseminar o medo.



Figura 1 Capa de *Veja* de 24/10/2001



Figura 2 Capa de *IstoÉ* de 24/10/2001

Há diferenças nas revistas. *Veja* opta por uma estratégia de descrever os caminhos que a bactéria antraz percorre quando penetra no organismo do homem, além de compará-la a outros vírus, como o Ebola, considerado mais letal. O campo discursivo é dominado pela certeza de que os responsáveis pela contaminação são terroristas: “É a primeira vez que o terrorismo recorre com sucesso às armas biológicas, mas elas não são novidade na história da humanidade.” (O MAL..., 24/10/2001, p. 50). *Veja*, no entanto, não especula sobre a ligação com Osama bin Laden ou com os possíveis responsáveis. Exatamente o oposto do que faz *IstoÉ*. As especulações são variadas: “A belicosa extrema direita americana também está na mira do FBI.” (FREITAS JR., 24/10/2001, p. 80). *Veja*, no entanto, não admite a possibilidade de os autores pertencerem à extrema direita, ao contrário, aponta para o Iraque na voz de uma fonte:

“‘Não tenho dúvidas de que atrás destes atentados também se encontram as impressões digitais do Iraque’, diz o ex-diretor da CIA James Woolsey.” (FREITAS JR., 24/102001, p. 82).

Isto é naturaliza o terror, pois coloca sob suspeita qualquer item que passa pelo serviço postal norte-americano. É como se afirmasse que o terror faz parte do dia-a-dia das pessoas, já que uma simples correspondência pode conter algo mortífero. “Quaisquer que sejam as origens desta praga epistolar, o método encontrado pelo terror não poderia ser mais efetivo. Com 200 bilhões de itens passando anualmente pelo serviço postal americano, as oportunidades de acertar alvos são enormes.” (FREITAS JR., 24/10/2001, p. 82). *Época*, por sua vez, apavora, mas também procura acalmar o enunciário. No entanto, apresenta a suspeita mais fantasiosa de todas, também creditada aos serviços de inteligência norte-americanos.

Mas do antraz despontou um velho suspeito: o ditador iraquiano Saddam Hussein. Segundo informações dos serviços de inteligência, Mohammed Atta, um dos seqüestradores das aeronaves que bateram contra o World Trade Center, teria se encontrado com agentes do serviço secreto iraquiano na República Checa. Poderiam ter obtido ali frascos com as bactérias. (A SEGUNDA..., 22/10/2001, p. 49).

Nota-se que as fontes são as mesmas das outras revistas, no entanto, as versões são diferentes para cada um dos veículos. Tudo leva a crer que há interesse do governo em construir um novo discurso para que se torne inquestionável uma invasão ao Iraque, já que a invasão ao Afeganistão estava em curso. *Época* aponta ao leitor que mesmo tendo fama de aterrorizante, o antraz não tem capacidade de atingir grande número de pessoas, já que seu alcance é limitado. “Apesar da fama aterradora, o antraz não é um agente capaz de causar grandes epidemias.” (A SEGUNDA..., 22/10/2001, p. 50).

CartaCapital, apesar de destacar o pânico mundial provocado pela ameaça do bioterrorismo, critica a paranóia criada no Brasil causada pelo exagero da mídia. No trecho:

[...] o FBI, a polícia federal americana, concluía que, independentemente dos autores dos atentados, a armata de Bin Laden comprou antraz de generais e cientistas russos corruptos, da mesma forma que adquiriu, nos anos 80, armamentos com ajuda do serviço secreto dos Estados Unidos. (LIRIO, 24/10/2001, p. 25).

CartaCapital apresenta uma outra versão, utilizando como fonte o FBI: agora Osama bin Laden e sua turma compraram antraz de russos, diferentemente do que *Época* afirmou, na qual um dos sequestradores dos aviões que se chocaram com o World Trade Center teria se encontrado com agentes do serviço secreto iraquiano na República Checa. É importante salientar, mais uma vez: a fonte autorizada de *CartaCapital* é a mesma dos outros veículos. O diferencial em *CartaCapital* está em uma veemente crítica à mídia brasileira: “No Brasil, [...], o frenesi de uma mídia sem nenhum tipo de filtro fez a população sentir-se às portas de um ataque terrorista maciço e sem precedentes na história do país.” (LIRIO, 24/10/2001, p. 24). Tal crítica não deve isentar a própria *CartaCapital* que não se diferenciou das estratégias dos outros veículos. A mídia impressa semanal trouxe para o Brasil uma situação quase que específica dos Estados Unidos. Transformou em espetáculo algo que não tinha relação com o dia a dia do brasileiro. Tal fato, mais tarde, provou não ter relação com os ataques aéreos, visto que o autor das cartas com antraz era um cidadão norte-americano. Dar crédito às fontes oficiais, sem qualquer critério de verificação, leva a equívocos como esse.

Quando nos referimos à globalização do acontecimento, assinalamos que era fundamental para os norte-americanos mostrarem-se ao mundo como vítimas, o que pressupunha qualificar os agentes da ação como terroristas antiglobalização, o que para Žižek não passa de “grosseira manipulação” (ŽIŽEK, 2003, p. 65). Para ele, “[...] o único meio de conceber o que ocorreu no dia 11 de setembro é localizá-lo no contexto dos antagonismos do capitalismo global.” (ŽIŽEK, 2003, p. 65). Com essa construção discursiva, o governo norte-americano amplificou o alcance e a possibilidade dos ataques para todo o mundo, já que lutar contra a globalização é posicionar-se contra a lógica do capitalismo e da democracia. *Veja* traça sua estratégia por esse viés: posicionar-se contra a globalização é ser antimoderno, atrasado.

Apesar dos prognósticos de que os Estados Unidos podem tornar-se menos cordiais em suas relações internacionais, o mundo tende a se transformar em um só. Também nesse aspecto há mudanças em curso. A oposição à globalização já existia como fenômeno ambientalista, de minorias, das ONGs e dos sindicatos. Agora também deve levar em conta essa nova complicação: o Islã como fonte de preocupação para a paz mundial. A globalização incomoda a turma do turbante pela modernidade que traz no bojo. (A DESCOBERTA..., 19/9/2001, p. 58).

Veja acrescenta o Islã à sua lista de opositores à globalização. Utilizando de tom jocoso, ao falar da “turma do turbante”, *Veja* não respeita os valores do Islã,

considerando-o um bloco atrasado ao não coadunar com sua crença nos valores da globalização e, conseqüentemente, do capitalismo e da democracia. Além disso, propõe um contrato de comunicação em que os valores ocidentais não devem ser questionados.

Antes de continuarmos, é importante uma pausa para examinarmos o conceito de contrato de comunicação. Patrick Charaudeau o define no seguinte trecho: “O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 68). Os interlocutores desta troca linguageira, enunciador e leitor têm o contrato de comunicação condicionado por vários fatores, como condições culturais, linha editorial, perfil do leitor etc. Marcia Benetti aponta que:

O sujeito que enuncia e o sujeito que interpreta estão duplamente condicionados: pela posição e por suas próprias subjetividades, lembrando que estas não são apenas invenção de um espírito puro, e sim decorrem de estados emocionais, psíquicos e de conhecimento apreendidos socialmente. (BENETTI, 2008, p. 20).

Os fatores apontados por Benetti interferem diretamente na maneira como o leitor real interpreta o texto produzido pelo enunciador. Aliás, Benetti apresenta mais um sujeito no processo discursivo, além do enunciador e do leitor real, há o leitor virtual, que é para quem “o enunciador imagina estar falando” (BENETTI, 2008, p.19). O que ocorre é que, às vezes, o leitor virtual nem sempre corresponde ao leitor real.

O adesismo verificado em *Veja* não se repete em outros veículos. *Época*, por exemplo, traz declaração de Edward Said, que se contrapõe à construção discursiva de *Veja*.

Para Edward Said, professor da Universidade de Columbia e um dos mais brilhantes intelectuais em atividade, “o antiamericanismo não decorre do ódio à modernidade ou da inveja do avanço tecnológico que os Estados Unidos representam”, diz. “Decorre, sim, de uma história de intervenções e de casos específicos, como o sofrimento do povo iraquiano causado pelas sanções impostas pelos Estados Unidos e do apoio americano a 34 anos de ocupação israelense dos territórios palestinos.” (IMPÉRIO..., 24/9/2001, p. 84).

A declaração de Said à *Época* desmistifica a idéia de que o antiamericanismo tem raízes no ódio à modernidade ou no desenvolvimento tecnológico dos EUA. Para ele, as causas desse sentimento são as intervenções, patrocinadas ou protagonizadas pelos Estados Unidos, como o apoio à ocupação israelense em territórios palestinos. Ao

passo que *Veja*, por exemplo, diz que a globalização (liderada pelos EUA), que traz embutida a modernidade, alimenta o antiamericanismo. O que há, como entende Baudrillard, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, é [...] “um choque, mas é um ‘choque e pavor’, como dizia o outro. Nesse choque, há um só conjunto, que é a globalização. Não se trata de um choque entre duas coisas. Mas é a superpotência em si que se desfaz e se desintegra.” (EICHENBERG, 28/04/2003, p. 8). É a velha cantilena do choque de civilizações, teoria desenvolvida por Samuel Huntington e combatida por Baudrillard e Said, como vimos anteriormente. Trataremos especificamente desse tema mais adiante.

Após esse interregno, analisaremos a seguir a presença das fontes, separadamente, em cada um dos veículos de nosso *corpus*, fundamental para a continuidade deste trabalho.

1.1.2.1 *Veja* global

Veja, invariavelmente, lança mão de fontes externas às mídias, conforme classificação de Charaudeau, que corroborem a versão oficial. Logo na primeira edição após os ataques aéreos, nas páginas amarelas, traz como entrevistado um norte-americano consultor para temas de combate ao terrorismo, Ian O. Lesser. Em um dos trechos da entrevista, Lesser aponta que “[...] esse não é um problema apenas americano [...].” (SALGADO, 19/9/2001, p. 15). Na verdade, não há como concordar que os ataques aéreos não foram globais, no entanto, a posição de Lesser reafirma a versão oficial. Em outro trecho, para deixar o Brasil de fora dessa questão, Lesser afirma: “O país de vocês não é o local mais provável, mas continua sendo um alvo possível.” (SALGADO, 19/9/2001, p. 11).

Logo mais à frente, já na matéria especial, a primeira voz que surge é a do subsecretário de Defesa norte-americano, Paul Wolfowitz, que defende a eliminação total de todos os que apóiam ou apoiaram os ataques: “Não se trata apenas de capturar essas pessoas e fazer com que elas paguem pelo que fizeram [...]. É preciso também eliminar os santuários, os sistemas de apoio e acabar com os Estados que patrocinam o terrorismo.” (A DESCOBERTA..., 19/9/2001, p. 48-50). Uma observação fundamental: todas as matérias que compõem o especial não são assinadas, o que se depreende que a produção das matérias dependeu essencialmente de agências internacionais. Logo na primeira matéria algumas informações são creditadas ao jornal americano *Washington*

Post. Seguem-se inúmeros depoimentos de fontes alinhadas à versão oficial, como assessores de governos anteriores, como Samuel Berger, presidente do Conselho de Segurança Nacional no governo Bill Clinton, o professor norte-americano Samuel Huntington, autor da controvertida tese de choque de civilizações, o articulista Walter Laqueur, o ensaísta americano Caleb Carr, Richard Betts, professor da Universidade Columbia, entre outros. Não há sequer uma voz dissonante. São vozes que reafirmam o discurso oficial em todas as suas nuances, portanto, de fundamental importância para que o contrato comunicacional estabelecido com o enunciário seja totalmente aceito.

Na edição seguinte, a de 26 de setembro de 2001, as fontes alinhadas à versão oficial são predominantes. Nas páginas amarelas, o entrevistado é o inglês Paul Johnson, apresentado como homem sem meias palavras. Paul O'Neill, secretário do Tesouro americano, é outra fonte de *Veja* na edição em questão. Sob a manchete “Guerra ao terror”, nome dado por pelo presidente norte-americano, George W. Bush, às ações que começariam a ser empreendidas a partir daquele momento (invasões do Afeganistão e do Iraque), a edição apresenta os preparativos dos EUA para o início da invasão.

Na edição de 3 de outubro de 2001, o enunciador de *Veja* apresenta a manchete “O vírus anti-EUA”, cujo olho traz: “A demagogia que transformou a vítima em culpada”. O enunciador qualifica como demagogos todos os que não aceitam os EUA como vítima. Não há como analisar o acontecimento sem contextualizá-lo; o ataque foi inominável, mas os Estados Unidos sempre utilizaram do terrorismo de Estado (aspecto que analisaremos posteriormente), ceifando milhares de vidas, como as dos ataques aéreos de 11 de setembro, para fazer valer sua política intervencionista e militarista. Há outro aspecto que não pode passar despercebido: o enunciador de *Veja* articula um discurso firme, o que o faz manter-se sempre na mesma posição, até a invasão ao Afeganistão. A participação das fontes é fundamental nesse processo. É como se cada uma das edições fornecesse elementos discursivos dispersos que ao final se juntam e formam uma prática articulatória que permite a construção de um discurso hegemônico, o mesmo que partiu do governo dos EUA.

A matéria intitulada “A ratoeira está armada” (*Veja*, 3/10/2001, p. 40) traz como fonte principal o general Himmat Singh Gill, do Exército da Índia. O militar se põe como um professor e ensina como os Estados Unidos devem agir no Afeganistão. A seguir, o enunciador mostra-se íntimo dos detalhes da preparação da invasão, pois

apresenta todos os passos que serão seguidos. É impressionante também notar que a lembrança de que o ataque globalizou-se surge de forma constante. Como no trecho:

Nos dias que se seguiram ao assassinato de milhares de trabalhadores, predominantemente americanos, mas também de dezenas de outras nacionalidades, no ataque terrorista às torres gêmeas em Nova York, o uso político dessa ideologia perdeu a inocência de que habitualmente se reveste. (O VÍRUS..., 3/10/2001, p. 55).

O enunciador ressalta ao enunciatário que o ataque atingiu o mundo, pois havia vítimas de dezenas de outras nacionalidades. Em outro trecho utiliza nova forma de persuasão, onde deixa implícita a idéia de que as manifestações contrárias às invasões são orquestradas. “Manifestações antiamericanas como essas, num momento de genuína consternação planetária contra o ato terrorista, são intrigantes.” (O VÍRUS..., 3/10/2001, p. 56).

Como parte da estratégia de *Veja*, a edição de 10 de outubro de 2001 aborda o Islã genericamente. O enunciador recorre a um escrito de Osama bin Laden, em que afirma sua pretensão de aniquilar o inimigo. Para fazer um contraponto e desqualificar Osama bin Laden, o enunciador lança mão das provas colhidas por Frank Taylor, coordenador antiterrorismo do governo dos Estados Unidos, e apresentadas à aliança militar, Otan. O enunciador comemora o efeito das provas e, subripticiamente, a globalização aparece inserida.

As provas apresentadas na reunião da Otan em Bruxelas levaram a uma decisão histórica. Pela primeira vez, nos 52 anos de existência da aliança, foi invocada a cláusula de defesa número 5, segundo a qual uma agressão externa a um dos integrantes da organização equivale a uma agressão a todos. (OS TENTÁCULOS..., 10/10/2001, p.45).

Com a decisão da Otan, o ataque acontecerá. O enunciador necessita justificar o ataque a um país tão miserável. Inicia-se mais uma construção discursiva onde são apresentados os personagens que não pertencem ao mundo de *Veja*. No entanto, como acentua Arbex Jr. (in PRADO, 2008), as vozes dissonantes são postas em xeque ou desautorizadas. Na edição de 10 de outubro de 2001, é importante ressaltar que quase não há o uso de aspas, mas todas as informações saíram de fontes autorizadas.

Na edição de 17 de outubro de 2001, apesar de a invasão ao Afeganistão não ter sido consumada, o enunciador de *Veja* especula sobre qual será o próximo alvo dos norte-americanos e seus aliados, transformando uma questão séria de política

internacional em um jogo de adivinhação, ao falar em “mercado de palpite”, como aponta o trecho abaixo. Além disso, usa de ironia ao parodiar Osama bin Laden que prometera uma chuva de aviões caso os EUA e seus aliados invadissem o Afeganistão. O enunciador de *Veja* propõe uma chuva de bombas.

Os americanos e seus aliados se arriscarão a bombardear outros países? No mercado de palpites, os ninhos dos terroristas no Sudão e na Somália são os primeiros da lista para futuros bombardeios. O Iraque do eterno encrenqueiro Saddam Hussein é outro que, por mérito próprio, se coloca como alvo. “Nós podemos descobrir que nossa autodefesa requer ações contra outras organizações e outros Estados”, disse o embaixador americano nas Nações Unidas, John Negroponte. Talvez, como a chuva de aviões prometida por Laden, a chuva de bombas sobre os redutos terroristas deva continuar por muito tempo. (O MÍSSIL..., 17/10/2001, p. 55).

O jogo de adivinhações e as ironias estão apoiados em declaração de fonte oficial, o embaixador norte-americano nas Nações Unidas, John Negroponte, que não citou possíveis alvos. No entanto, *Veja* o faz.

O enunciador procura lembrar sempre ao enunciatário como tudo começou e atestar que as mudanças atingiram a todos e não apenas aos norte-americanos. É o que se nota na edição de 31 de outubro de 2001.

No dia 11 de setembro, o mundo assimilou horrorizado os atentados terroristas nos Estados Unidos. Seis semanas depois, já se estabeleceu a convicção de que o episódio está longe de se restringir a meros ataques do terror muçulmano, por mais hediondos que tenham sido. Vive-se nada menos que uma mudança histórica. (A GUERRA..., 31/10/2001, p. 41).

Os Estados Unidos foram atingidos em símbolos que significavam sua hegemonia militar e econômica frente ao mundo globalizado. Portanto, de acordo com o enunciador de *Veja*, o acontecimento não se limita a ataques isolados, a sua dimensão extrapola o local. Quando os EUA viram sua supremacia contestada, ao serem atacados de forma tão humilhante, decidiram contra-atacar e invadir países que, supostamente, tinham ligações com os executores dos ataques. A decisão de retaliar a qualquer preço, não importa se autorizados ou não, provoca mudanças nas relações entre os países.

A construção discursiva de *Veja* é devidamente corroborada pela fonte, o pesquisador americano Edward Luttwak; “As rivalidades locais estão rapidamente perdendo a razão de ser diante das fabulosas mudanças de alcance mundial.” (A GUERRA..., 31/10/2001, p. 42). O enunciador de *Veja* prossegue na utilização de uma

nova estratégia, agrupada por outras práticas articulatórias, para validar a segunda ação que Bush anunciara logo após os ataques aéreos.

Refaçamos o raciocínio: o acontecimento de 11 de setembro tornou-se global, pois o governo norte-americano ampliou o alcance de suas consequências para o mundo, o que justificou como inevitável a invasão do Afeganistão; a mídia, ao disseminar o discurso oficial, por meio de vozes autorizadas, contribuiu para o funcionamento desse discurso. Agora, consumada a invasão do Afeganistão, inicia-se um novo passo da guerra contra o terror: a invasão do Iraque. O enunciador de *Veja* utiliza como fonte o próprio Bush para avaliar:

Será que agora chegou a vez do Iraque? Essa é a pergunta que ronda o planeta conforme se acelera a dissolução do Talibã, aproximando mais do fim o capítulo Osama bin Laden, mesmo com todas as complicações que possam acontecer. O próprio presidente George W. Bush fez questão de insistir, na semana passada, que ainda há muitas batalhas pela frente. “O Afeganistão é só o começo da guerra contra o terror”, disse. “Existem outros terroristas que ameaçam os Estados Unidos e nossos amigos e existem outros países dispostos a patrociná-los [...]”. (ISSO..., 28/11/2001, p. 50).

Depois de várias batalhas para obter aprovação da Organização das Nações Unidas (ONU) para invadir o Iraque, e não obtê-la, Bush cumpre a promessa. Tal acontecimento já nasce globalizado. Prova disso é a manchete da matéria especial de *Veja*: “A guerra ao alcance de todos” (*Veja*, 26/3/2003, p. 50-51). E o olho acentua: “Com a ofensiva americana para depor Saddam, telespectadores de todo o mundo acompanham ao vivo a trituração de Bagdá por mísseis guiados por satélite” (A GUERRA..., 26/3/2003, p. 51).

Mesmo com a desaprovação de vários países e da maior parte da população mundial, *Veja*, apesar de apontar alguns erros na tática empregada pelos norte-americanos, é enfática no apoio à invasão com a utilização de fontes devidamente alinhadas às versões oficiais, como Abdulwahab Alkebsi, diretor executivo do Centro para Estudos do Islã e Democracia, entidade baseada em Washington (16/4/2003, p. 63) e Saad Eddin Ibrahim, intelectual árabe (16/4/2003, p. 63).

Os Estados Unidos estão dispostos a manter sua política de preservação do poder global e de sua hegemonia a qualquer custo e *Veja* aprova essa pretensão. Matéria que abre o especial da edição de 23/4/2003 demonstra isso:

Deposto Saddam Hussein, quem é o próximo? Desde a guerra de Bagdá, a turma linha-dura do governo americano tem feito de tudo para que o mundo

pense que a bola da vez é a Síria. Na terça-feira passada, o dia em que o presidente George W. Bush anunciou que o “regime de Saddam Hussein não existe mais”, a música de fundo em Washington era a intensa fuzilaria verbal na direção de Damasco, capital da Síria. “Um país fora-da-lei”, na definição do porta-voz da Casa Branca. As acusações americanas soam parecidas com aquelas que prepararam o ambiente para a invasão do Iraque: os Estados Unidos afirmam que a Síria patrocina o terrorismo, estoca armas de destruição em massa, enviou ajuda ao Iraque durante a guerra e agora está dando guarida a figurões do governo de Saddam. Em muitos aspectos, depor o regime de Damasco seria o desdobramento natural da guerra ao Iraque. (KLINTOWITZ, 23/4/2003, p. 55-56).

Uma compilação das principais fontes das 115 matérias (87 não assinadas e 28 assinadas) que pertencem ao nosso *corpus* informa que comungam das idéias apregoadas pelo discurso oficial. Entre as várias fontes alinhadas ao discurso oficial, as mais citadas são Paul Johnson, historiador inglês (26/9/2001, p. 9), John Keegan, historiador militar inglês, edições de 3/10/2001 (p. 9), de 21/11/2001 (p. 41) e de 2/4/2003 (p. 54), Laura Murphy, diretora da União Americana para as Liberdades Civis (21/11/2001, p. 42), Coronel Gary Crowder, comandante da Força Aérea Americana (26/3/200, p. 53), Robert DeGrasse Jr., economista (26/3/2003, p. 60), Donald Rumsfeld, secretário de Defesa norte-americano (2/4/2003, p. 44), Jon Alterman, chefe de Estudos do Oriente Médio do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington, (2/4/2003, p. 66), Thomas Friedman, colunista do *The New York Times* (9/4/2003, p. 46), Abdulwahab Alkebsi, diretor executivo do Centro para Estudos do Islã e Democracia, entidade baseada em Washington (16/4/2003, p. 63) e Saad Eddin Ibrahim, intelectual árabe (16/4/2003, p.63).

1.1.2.2 *IstoÉ* editorializa

IstoÉ, apesar de dar dimensão global ao acontecimento, procura apontar que os ataques são problema dos Estados Unidos, como acentuamos anteriormente. Isso pode ser medido pelo número de matérias que o veículo destinou ao tema e que fazem parte de nosso *corpus*: um total de 37, sendo 35 assinadas e duas não assinadas. As fontes utilizadas, em sua maioria, são pouco representativas, a ponto de em algumas matérias o enunciador sequer citar o nome delas. No entanto, percebe-se um esforço do enunciador de *IstoÉ* em apresentar um discurso menos homogêneo, com a introdução de fontes pertencentes a órgãos independentes e de países periféricos, que não estavam envolvidos no conflito, além de dar voz aos invadidos, como o porta-voz do Exército do

Iraque, general Hazem AL-Rawi, o sírio Abdel Karim Abu Azzam, candidato a homem-bomba, Ali Ismael Abbas, garoto iraquiano de 12 anos que foi atingido por bombardeio norte-americano, entre outros.

A reduzida presença de fontes explica a quase ausência das aspas e fazem com que a matéria seja editorializada, já que a maioria delas foi escrita por um jornalista baseado em Nova York, como no trecho a seguir:

Tio Sam estava órfão de um inimigo externo do porte do “Império do Mal”, como convém a uma nação que sempre se viu como guardião da liberdade do mundo. Os atentados parecem ter resolvido esse dilema, pelo menos na cabeça de alguns formuladores da política externa americana. Como notou o professor Demétrio Magnoli, o inimigo externo agora é o terrorismo islâmico, definido como uma espécie de “internacional do terror” [...]. (CAMARGO, 19/9/2001, p. 44).

A matéria editorializada acontece quando o repórter supre a falta de entrevistados e checagem própria por opiniões. Como acontece em outros veículos, as matérias de *IstoÉ* também foram abastecidas por agências de notícias. Mas como ocorre em *Veja*, conforme analisamos, o enunciador de *IstoÉ* constrói seu discurso a cada edição, ou seja, apresenta elementos discursivos em uma prática articulatória tal qual um folhetim televisivo. A cada edição são acrescentados novos elementos que culminarão, primeiramente, com a invasão do Afeganistão e, posteriormente, com a invasão do Iraque; o *script* não muda. Na edição de 26/9/2001, o enunciador já preparava o enunciatário para o que viria pela frente.

Uma semana depois do ataque terrorista de 11 de setembro, os escombros do World Trade Center ainda estavam em chamas. O fogo que ardia naquilo que um dia foi o subterrâneo dos dois maiores prédios da cidade dificultava o trabalho dos bombeiros e consumia as últimas esperanças de que fossem encontrados sobreviventes da catástrofe. No coração americano também queimava o desejo de vingança. (FREITAS JR., 26/9/2001, p. 82).

Em um trecho posterior, na mesma matéria, há a citação de vários nomes importantes, mas nenhuma declaração, como segue:

[...] os pesos pesados do governo, como o próprio secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, [...], apoiou a estratégia do secretário de Estado, Colin Powell, de concentrar o fogo inicial no Afeganistão em Osama bin Laden, construindo com paciência a rede de apoio internacional que ainda não está implantada com segurança. (FREITAS JR., 26/9/ 2001, p. 86).

Essa prática se repete ao longo de todas as matérias. Na edição de 10/10/2001, o repórter narra uma história: “Uma surpresa aguardava os fiéis que, obedecendo ao chamado do mulá, foram à mesquita de Kandahar para rezar naquela tarde de terça-feira 2.” (FREITAS JR., 10/10/2001, p. 91). Mais à frente, como não dispõe de declarações de fontes que possam ser nomeadas, escreve: “A história foi contada por um diplomata do Reino Unido na ONU e comprovada por uma fonte da força de contraterrorismo de Nova York.” (FREITAS JR., 10/10/2001, p. 92).

Uma das poucas fontes alinhadas ao discurso oficial utilizadas pelo enunciador de *IstoÉ* é o general da reserva Welwy Clark, que já foi comandante das tropas da Otan (aliança militar ocidental). De certa maneira, sua declaração corrobora o posicionamento do veículo, que é de apoio, mas um apoio envergonhado: “A diferença entre essa campanha de agora e a soviética dos anos 80 é que nós não vamos repetir o erro de querer ocupar o território e manter forças militares no país.” (FREITAS JR., 10/10/2001, p. 94). O enunciador de *IstoÉ* insiste em não revelar os nomes das fontes, já que não se trata de nada exclusivo ou que não seja de conhecimento público. Além disso, há relatos de publicações de outros jornais que, certamente, foram *cozinhados* pelo enunciador de *IstoÉ*:

Só assim as tropas da Aliança do Norte se animaram. Dias antes, eles confessavam a um repórter do diário *The New York Times* que não estavam treinando por causa da chuva. “Não gostamos de lutar na chuva”, disse um soldado rebelde. O mesmo repórter conta que viu um tanque sair de uma área e se dirigir a outra, num terreno mais elevado. Perguntou se aquela seria uma manobra para combater o inimigo. “Não, estou só tirando o tanque do meio da lama e estacionando num lugar mais seco”, respondeu o comandante do blindado. (FREITAS JR., 14/11/2001, p. 84).

O trecho acima demonstra como o enunciador de *IstoÉ* estabelece a prática articulatória de seu discurso: para que o apoio às ações lideradas pelos EUA não seja tão explícito, aponta a todo instante erros de estratégia, gafes, entre outros, para contrapor-se ao adesismo exagerado de *Veja*. Na edição de 5/12/2001, o enunciador apresenta uma fonte para criticar um massacre de prisioneiros. Ou seja, quando não há o apoio explícito, o enunciador se “esconde” nas aspas, o que o distancia do fato. No entanto, na construção de um texto jornalístico há uma dinâmica estabelecida e as aspas são parte integrante do ponto de vista que o enunciador busca defender.

De todo modo, a carnificina foi explicada pelo secretário da Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, com a lógica brutal da guerra: “No

momento em que aqueles homens tomam armas, eles passaram da condição de prisioneiros de guerra para a de combatentes.” Uma análise, aliás, que coincide em todos os pontos com aquela feita pelo general da Aliança, Rashid Dostum, conquistador daquela região e também conhecido pelo vulgo de “carniceiro uzbeque”. (FREITAS JR., 5/12/2001, p. 111).

A estratégia do enunciador de *IstoÉ* observada na construção de seu discurso em relação à invasão do Afeganistão continuou a mesma na invasão do Iraque. Matérias em formato de relatos e *cozinha* até de telejornais, ou seja, um enunciador que se mostra onipresente, sabedor de estratégias, mas que, na verdade, na maioria das edições, utiliza informações e fontes alheias para construir seu discurso, como no trecho que segue:

O veterano correspondente Peter Arnett – que como em 1991 resolveu ficar na cidade atacada – declarou que este foi um bombardeio dez vezes maior do que o primeiro ataque de 1991. No entanto, segundo o Pentágono, apenas 46 alvos estratégicos, locais ligados às lideranças do Iraque, estavam na mira durante esta primeira grande onda. (FREITAS JR., 26/3/2003, p. 28).

Porém, nas últimas edições pertencentes ao nosso *corpus*, o enunciador de *IstoÉ* traz informações diretas da zona de conflito. Nesse momento, dá-se voz a fontes institucionais e não institucionais, ao contrário de *Veja*. Vejamos os exemplos.

Nos corredores dos hospitais, crianças e adultos feridos se amontoam. Médicos exaustos correm de um lado para o outro. “Não há ambulâncias suficientes e caminhões estão sendo usados para transportar os feridos”, afirmou a *IstoÉ* Gerard Peytrignet, do Comitê Internacional do Cruz Vermelha (CICV). O médico Osama Al-Douleini, que vivenciou a guerra do Golfo (1991) e o conflito do Irã-Iraque (1980-88), foi mais longe: “Exerço essa profissão há 25 anos e posso dizer que esta é a pior guerra que já vi em termos de quantidade de vítimas e de ferimentos mortais”, afirmou. (MELLO, 16/4/2003, p. 88).

A população indefesa, mesmo aqueles que receberam com beijos os pracinhas americanos, começa a se revoltar. Exige-se ordem, estabelecida por quem tem excesso de armas e homens, mas somente na terça-feira 15 começava a esboçar um patrulhamento no estilo policial. “Aqui a noite pertence aos monstros, dizia o xeque Karim Al-Moussawi, mulá xiita de uma mesquita pobre, na imensa favela que é o bairro chamado Cidade Saddam. (FREITAS JR., 23/4/2003, p. 73).

De acordo com a tabela colocada no início deste capítulo, *IstoÉ* lança mão de poucas fontes institucionais (oficiais) do governo dos EUA. Dessa forma, transparece uma sanção disfarçada ao discurso dos EUA, já que apesar de não serem vozes oficiais, são vozes que legitimam as ações norte-americanas. No entanto, a sanção não é irrestrita, como a verificada em *Veja*, por exemplo, já que o enunciador procura dar voz

ao Outro islâmico, qualificando-o de maneira respeitosa, sem o uso de expressões irônicas.

1.1.2.3 *Época* estratégica

Assim como em *IstoÉ* e *Veja*, o enunciador de *Época*, em 79 matérias, sendo 42 assinadas e 37 não assinadas, constrói um discurso hegemônico. No entanto, a prática articulatória do veículo difere dos dois anteriores, pois, para dar legitimidade ao seu discurso, lança mão da estratégia de utilizar fontes ou vozes dissonantes que se contrapõem às oficiais/oficiosas. No entanto, tal estratégia apresenta-se como cortina de fumaça apenas para não escancarar, como *Veja*, o apoio às ações norte-americanas. É importante ressaltar que não se trata de um apoio envergonhado, como demonstramos em *IstoÉ*, mas dissimulado.

O enunciador de *Época* aponta sua estratégia no olho de abertura da matéria especial “Medo” (17/9/2001, p. 32).

A espessa nuvem de fumaça que cobria o céu de Nova York na manhã de 11 de setembro parecia indicar o nascimento de um novo tempo. As despertar do século XXI, o mundo está diante da mais terrível das ameaças, o terrorismo alimentado pelos avanços inexoráveis da tecnologia, a que produziria um novo iluminismo, previa-se na virada do milênio. O inimigo pode estar ao lado, a qualquer hora e em qualquer lugar – mesmo no Pentágono, em Washington, supostamente um dos endereços mais seguros do planeta, também atingido por um vôo suicida na semana passada. Os atentados acenderam o estopim de uma modalidade inédita de conflito: a guerra mundial contra o terror. (MEDO, 17/9/2001, p. 32).

Dando seqüência à sua construção discursiva, o enunciador de *Época*, a exemplo de *Veja*, recorre a Samuel Huntington para justificar as ações dos EUA que virão a seguir: “Para o historiador americano Samuel P. Huntington [...], será inevitável um confronto entre as forças da democracia, sob a liderança dos Estados Unidos, e os militantes islâmicos radicais.” (A RESPOSTA..., 17/9/2001, p. 38). Na seqüência, utiliza outras duas fontes, o próprio presidente Bush e o seu secretário de Justiça, John Ashcroft, como segue:

Em sua primeira declaração depois do devastador ataque de terça-feira, o presidente George Bush deu o aviso: “Não se enganem, vamos caçar os responsáveis”. O secretário de Justiça, John Ashcroft, foi enfático ao

descrever a caçada. “É a maior e mais intensiva investigação policial da história dos Estados Unidos.” (CAÇADA..., 17/9/2001, p. 40).

Além de outras fontes como Gilberto Dupas, coordenador do Grupo de Conjuntura Internacional da USP (17/9/2001, p. 39), e Avner Shemesh, ex-chefe de inteligência da Unidade Antiterror da Polícia de Fronteiras de Israel (17/9/2001, p. 42), o enunciador de *Época* cita, na edição de 17/9/2001, Michele Zanini (p. 48-50), cientista político italiano radicado nos EUA, que aparecerá também em outras edições. Como já apontamos anteriormente que todos os veículos nacionais são dependentes de agências internacionais, *Época* não foge à regra. No entanto, Zanini não é uma fonte do veículo, pois *Época* reproduziu entrevista do cientista publicada em um *site* americano.

Na edição seguinte, o enunciador de *Época* apresenta sua estratégia ao utilizar o discurso de Bush no Congresso norte-americano. Sob o título “Guerra sem fronteiras” (24/9/2001, p. 34-35), o enunciador de *Época* justifica sua prática articulatória com a fala de Bush. O enunciador de *Época* apoia as ações dos EUA e acentua que tais ações são necessárias.

Na semana passada, após um discurso de peso histórico que já é comparado à celebre resposta de Franklin Roosevelt a Pearl Harbor, há 60 anos, Bush ostentava outra condição. Para os Estados Unidos, tornou-se um presidente na plenitude de seu poderes – tem o país por trás de si, um Congresso disciplinado, a oposição bem comportada.

Bush fez um discurso rico em imagens, coloquial no tom, firme nas afirmações. Cercado pelos homens e mulheres que ocupam o centro do poder americano, teve o cuidado de se dirigir ao cidadão comum, homenageando o passageiro que deu combate à violência terrorista no Boeing derrubado na Pensilvânia. (SARDENBERG, 24/9/2001, p. 35-36)

Para tentar não se mostrar adeso ao extremo, dá voz a fontes dissonantes como apontamos acima. Na edição de 24/9/2001 aparecem várias delas, como o historiador inglês Eric Hobsbawm: “O governo americano deve se perguntar por que os Estados Unidos são odiados com imenso rancor, não apenas em países árabes e islâmicos, mas também em grande parte do mundo em desenvolvimento [...]” (IMPÉRIO..., 24/9/2001, p. 83); o colunista Richard Cohen, do *Washington Post*: “Depois de recordar a presença militar americana em vários pontos do planeta e o próprio poder de transformação da força americana na cultura e nos costumes, Cohen afirma: ‘Nós somos um povo perigoso’.” (IMPÉRIO..., 24/9/2001, p. 83), entre outras.

Com uma diferença em relação a *Veja* e a *IstoÉ*, *Época* envia um repórter, primeiramente ao Paquistão e, posteriormente, ao Afeganistão, e dá voz às fontes que

quase inexistentes em *Veja*, ou seja, cidadãos comuns como Mohamed, estudante de uma escola de tecnologia em Karachi, Paquistão: “Muçulmanos jamais cometeriam esses atentados. O Islã é paz. Nós apoiamos a luta antiterrorista de nosso presidente.” (ESCOBAR, 1/10/2001, p. 39).

A linha editorial de *Época*, de apoio às ações norte-americanas, fica explícita na edição de 15/10/2001, quando escreve, na abertura da matéria, o que pensa e o que se espera da imprensa:

Legítima e previsível, a resposta americana aos atentados de 11 de setembro inaugura um novo caminho para a primeira guerra do século XXI. Do ponto de vista militar, estabelecida a supremacia aérea dos Estados Unidos nos céus do Afeganistão, a expectativa agora é outra: depois dos bombardeios maciços, abre-se a rota para a segunda etapa, mais complexa e perigosa, a da invasão do território por tropas terrestres. Quando os soldados pisarem no chão afegão, sob risco de morte, estará deflagrada outra frente de batalha – o da conquista da opinião pública. Hoje, a imensa maioria dos americanos, chocada com a brutalidade do terror de Nova York e Washington, apoia a retaliação pelas armas. Caberá à imprensa, por meio de jornais, revistas, da internet e sobretudo das imagens da televisão, manter a moral em alta. (E AGORA?, 15/10/2001, p. 35).

No momento em que surgiram as primeiras mortes de soldados norte-americanos e o conflito demonstrou que não iria ter um desfecho rápido foi praticamente impossível manter a moral em alta. O enunciador de *Época* aponta, de modo indiscutível, que a imprensa deve se alinhar ao governo, não mostrar mortes de soldados para que a população continue apoiando o conflito. A utilização de fontes alinhadas à versão oficial prossegue na edição de 15/10/2001 e em todas as outras edições, como Huntington (15/10/2001, p. 39), Zanini (15/10/2001, p. 38) e Richard Falk (29/10/2001, p. 99), entre outras.

Presença constante entre as fontes de *Época*, Bush volta a ser utilizado na edição de 10/12/2001 para anunciar a vitória no Afeganistão: “Outros países tentaram conquistar o Afeganistão e fracassaram” [...]. “Nós, os Estados Unidos, fomos libertar o Afeganistão e tivemos sucesso.” (ESCOBAR, 10/12/2001, p. 91). A potência que estava ferida recobrou seu poder global, pois, para Bush, ela conseguiu levar liberdade e democracia ao Afeganistão, derrotando o exército dos infiéis, mesmo que ao preço de muitas mortes.

1.1.2.4 CartaCapital independente

Diferentemente das três revistas que analisamos até agora, *CartaCapital* não pode ser enquadrada no mesmo patamar, já que adota uma construção discursiva oposta à das outras. Enquanto *Veja* e *IstoÉ*, por exemplo, sancionam o discurso hegemônico com a apresentação de fontes oficiais e oficiosas (que são as ligadas diretamente a uma instituição, mas sem poder de representação), o enunciador de *CartaCapital* junta-se ao grupo daqueles que não aceitam qualquer ingerência em países soberanos, nem o uso da força. O enunciador de *CartaCapital*, em 40 matérias, sendo 37 assinadas e três não assinadas, questionam as fontes oficiais e oficiosas que sancionam o discurso hegemônico, não permitindo que o discurso dessas fontes se sobreponha ao do veículo. A posição do enunciador é de crítica, já que não dissemina o discurso oficial do governo norte-americano. Nota-se também que o enunciador adota uma postura de analista, ou seja, editorializa todas as matérias.

Apesar do posicionamento crítico de *CartaCapital*, o veículo não deixa de se abastecer de material de agência de notícias, o que pode ser comprovado pelo seguinte trecho: “De acordo com a France Press [...]” (LOBO, 19/9/2001, p. 10).

Na matéria intitulada “A hora do espanto” (26/9/2001, p. 22-26), o *lead* apresenta a estratégia do enunciador de *CartaCapital* para construir o discurso, em que a principal marca é a desqualificação das fontes alinhadas, como acentuamos acima:

Na madrugada de sexta-feira 21, após o discurso na sessão extraordinária do Congresso americano, o presidente George W. Bush colocou o mundo em pé de guerra. Entre outras de semelhante quilate, anunciou que usaria “todas as armas de guerra para esmagar o terrorismo” e exigiu do Taleban, além de Osama bin Laden, “todos os terroristas”. Bush júnior mais uma vez apelou para o velho maniqueísmo da Guerra Fria: todos os governos do mundo estão com os EUA – ou contra os EUA. (CARTA, 26/9/2001, p. 22).

A seguir, na mesma edição, o enunciador de *CartaCapital* utiliza fontes não alinhadas para reafirmar sua posição contrária à invasão do Afeganistão.

Horas após o ataque nos EUA, Michael Clarke, professor especializado em defesa na Universidade de Londres, dizia a *CartaCapital*: “Bush precisa definir o que entende por ‘guerra’ – e quem é seu inimigo”. Segundo os cálculos de Clarke, haveria cerca de 50 terroristas responsáveis pelos recentes atentados nos EUA e mais umas 50 mil pessoas dando apoio à rede de terroristas. “Será que isso justifica bombardear o Afeganistão ou qualquer outro país?”, indaga Clarke. (CARTA, 26/9/2001, p. 23).

No trecho acima, as aspas funcionam um apoio à construção discursiva de *CartaCapital*. O veículo se utiliza da voz do entrevistado para indagar o que o governo

norte-americano entende por guerra e se é necessário invadir qualquer país para caçar terroristas. É um posicionamento claro, sem meias-palavras.

O enunciador de *CartaCapital* desqualifica um dos atores da cena na edição de 17/10/2001, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair: “Embaixador dos EUA ou boneco de ventríloquo? Tony Blair se esforça por um papel decisivo e convoca as iras talebans.” (CARTA, 17/10/2001, p. 32).

A utilização de entrevistas também é um recurso utilizado pelo enunciador de *CartaCapital*, como a do economista e jurista Jean-Charles Brisard (12/12/2001, p. 42-44); dos líderes da organização Iraquianos Democráticos Contra a Guerra e Sanções, Sabah Jawad e Hami Lazim (26/3/2003, p. 29), da ex-secretária de Estado americana Madeleine Albright (26/3/2003, p. 30-31) e do historiador Gwyn Prins (26/3/2003, p. 32-33) e, finalmente, da atriz Glenda Jackson (p. 26/3/2003, p. 40-41).

Capítulo 2 Terror e medo, a confluência da tragédia

Imediatamente após os ataques aéreos contra os Estados Unidos, o presidente Bush apressou-se em lançar o mote de seu segundo mandato à frente da nação norte-americana, fato que o marcou e irá marcá-lo, negativamente, para a posteridade: a *Guerra ao terror*. O acontecimento de 11 de setembro foi fundamental para que os Estados Unidos pudessem exercer sua hegemonia militar frente ao mundo, já que com o fim da Guerra Fria (enfrentamento do comunismo) e o consequente esfacelamento da URSS, o país ficara sem contraponto. A *Guerra contra o terror* apontou para um novo inimigo, o Islã. Bush estabeleceu dois pontos de ação: nomeou guerra algo que de forma alguma pode ser apontado como tal e firmou paralelo entre o terror e os muçulmanos. Além disso, é despropositado associar guerra ao terror, já que *guerra*, como discutiremos posteriormente, acontece entre Estados, como acentua Alan Badiou: “Mas por que guerra? Assim como terrorismo e islamita, a palavra guerra, com referência à situação, é problemática. Sustentamos que guerra é um termo simétrico, também completamente formal, muito diferente de terrorismo.” (BADIOU, 2002).

É importante observarmos que qualquer definição para terrorismo será sempre política, já que buscá-la objetivamente certamente dará margem a mais de uma interpretação. Sendo assim, não será uma definição isenta, pois cada um observa por um viés ou posicionamento político. Michael Hardt e Antonio Negri apontam que: “Dada a instabilidade de sua definição, o conceito de terrorismo não fornece uma base sólida para entender o atual estado de guerra global.” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 39).

Além de variadas definições, há novas classificações para terror. Uma dessas classificações é apresentada pelo enunciador de *Veja* logo na primeira edição pós-11 de setembro. “O terrorismo é global” (*Veja*, 19/9/2001, p. 11). Esta é uma das frases de Ian Lesser, apresentado por *Veja* como sendo doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Oxford, que abre a primeira edição da revista pós-11 de setembro de 2001. É sintomático que o novo terrorismo seja o tema principal da entrevista e o tema que subjaz a todas as edições seguintes de *Veja*. Como de hábito, os especialistas ouvidos por *Veja* denotam profundo conhecimento sobre o tema em pauta e por isso não há razão para duvidar deles. Aliás, recorrer a especialistas (fontes externas às mídias, no entendimento de Charaudeau) para sancionar um discurso é um recurso que tem sido utilizado amplamente pela mídia.

Com o título “O novo terrorismo”, *Veja* incorpora o discurso de Bush que propõe a caça aos executores dos ataques aéreos estejam onde estiverem. O terrorismo global, a nova versão de terror discursivizada por *Veja*, não permite que qualquer país em todo o globo fique imune, conforme ressalta o veículo no olho: “Especialista americano em atentados diz que o estilo dos sequestros mudou e nem o Brasil agora está imune” (SALGADO, 19/9/2001, p. 11).

A reportagem no estilo pingue-pongue (perguntas e respostas) é fundamental na apresentação das estratégias comunicacionais de *Veja*, já que estão presentes todas as marcas estabelecidas pelo enunciador para a construção do dispositivo veridictório e que permearão seu discurso. Antes de prosseguirmos é importante ressaltar que *Veja* utiliza o discurso de uma voz externa ao veículo para sancionar o seu próprio discurso. Nesse estilo de reportagem, as aspas estão implícitas, pois há a pergunta do veículo, simbolizada pelo nome (*Veja*) e a resposta, simbolizada pelo sobrenome do entrevistado (Lesser), o que qualifica um discurso direto no entendimento de Fairclough.

As marcas espalhadas pelo enunciador, que devem, posteriormente, ser encontradas e interpretadas pelo enunciatário, compõem os mapas cognitivos, que visam a localizar o leitor em um determinado espaço, onde nele possa situar-se e agir de acordo com direções anteriormente dadas. São elas:

- terrorismo é global;
- ninguém está livre do risco de um ataque;
- o ato terrorista foi uma surpresa;
- os piores ataques da história da humanidade;
- o governo norte-americano não falhou;
- separação entre novo e velho terrorismo;
- motivação do ataques contra o sistema;
- expressão de fúria;
- novo terrorismo é protagonizado por grupos religiosos fanáticos, especialmente os islâmicos;
- novo terrorismo busca destruição de alvos simbólicos;
- o mundo não será mais o mesmo.

Salientamos mais uma vez que essas marcas são encontradas nas respostas do entrevistado, mas *Veja* se apodera delas e passa a disseminá-las em seu discurso e as toma para si, construindo a partir daí seus textos. Daí nossa afirmação anterior que o tema terrorismo permeia a maioria das matérias pertencentes ao nosso *corpus*.

Na mesma edição, com a matéria intitulada “Escolas de Terror” (Veja, 19/9/2001, p. 104-114), o enunciador propõe um contrato comunicacional ao leitor onde vincula o *novo* terror a nações criminosas. “Depois do terrorismo étnico, do religioso, do independentista e do nacionalista, amadurece o terror que funciona como o braço armado de nações criminosas” (ESCOLAS..., 19/9/2001, p. 104), aponta o olho da matéria.

Por meio do olho, percebe-se que há uma estratégia de persuasão claramente definida pelo destinador-manipulador: legitimação da guerra contra o terror e a consequente invasão de países que dão abrigo a grupos terroristas, bem como demonização do Islã. Vejamos como se compõe a estratégia:

- Associação do terror à guerra, para sancionar o discurso hegemônico do governo norte-americano, ancorada em numa definição simplista de terrorismo: “Como idéia e prática, o **terrorismo** é quase tão antigo quanto a **guerra**. O uso sistemático da **violência** imprevisível e desmedida contra civis com objetivos políticos é registrado há séculos.” (idem, grifo nosso).
- O novo tipo de terrorismo, como os ataques aéreos de 11 de setembro, é fruto de uma ação de guerra, ou um ato de guerra, como qualificou o presidente Bush. Portanto, sendo planejado como ação de guerra, a resposta deve vir na mesma moeda, ou seja, com a guerra contra os países patrocinadores de tais atos.

[...] Como toda tática militar, o terrorismo evoluiu e se tornou mais mortífero, como comprova o ataque da semana passada contra Washington e Nova York. Pode-se se dizer que esses atentados são fruto de um **novo tipo de terrorismo**. A destruição das torres da metrópole símbolo da riqueza americana exigiu uma **ação de guerra** planejada, organizada e bem financiada. Por todas as complexidades envolvidas, dificilmente poderia ter sido executada por grupelhos clandestinos, movidos apenas por fanatismo cego ou pelo fervor revolucionário, esgueirando-se de porão em porão. Os especialistas dizem que a operação deve ter sido montada numa base física qualquer, protegida da vigilância externa. Não é trabalho improvisado de fugitivos em desespero de causa. (ESCOLAS..., 19/9/2001, p. 104, 106, grifo nosso).

- Inclusão do componente religioso nos ataques aéreos e referência direta ao Islã: “O componente religioso tem influência marcante na ousadia dos atos terroristas mais recentes, especialmente os atentados suicidas praticados por **extremistas islâmicos**.” (idem, grifo nosso). É importante salientar que o governo norte-americano adiantou-se em acusar como autores dos ataques de 11 de setembro extremistas islâmicos, mas sem prova alguma. Portanto, até aquele momento nada justificava a acusação (mais tarde

comprovou-se tratar-se de um ataque da Al Qaeda). *Veja* simplesmente difunde essa suspeita ancorando-se em diferentes vozes, mas que são unificadas em um único discurso. O destinador-manipulador propõe um contrato comunicacional em que vincula o *novo* terror a nações criminosas por meio de estratégias de persuasão. Diana Barros entende que

Na manipulação, o destinador propõe um contrato e exerce a persuasão para convencer o destinatário a aceitá-lo. O fazer-persuasivo ou fazer-criar do destinador tem como contrapartida o fazer-interpretativo ou o crer do destinatário, de que decorre a aceitação ou a recusa do contrato. (BARROS, p. 28-29, 2001).

Certamente, o veículo usa de estratégias persuasivas convincentes para que haja a aceitação do contrato comunicacional por parte do destinatário, caso contrário a manipulação não terá sido eficiente e não ocorrerá. Para que ocorra essa eficiência, é fundamental que o sistema de valores em que a manipulação está assentada seja compartilhado tanto pelo manipulador quanto pelo manipulado.

Para que não haja a recusa do contrato e o destinatário entre no jogo, o enunciador acrescenta novos elementos no campo discursivo. Anteriormente, acentuamos que *Veja* acrescentou o componente religioso ao terror já qualificado como islâmico. Agora parte para o passo seguinte: o sacrifício em nome de Deus, já que os autores dos ataques aéreos eram pilotos suicidas. No entanto, para que não haja mal entendido, o enunciador apresenta duas formas de morrer por uma causa: o suicídio certo, gesto característico do terror islâmico, e a missão de alto risco, operação normal em situação de guerra, como *Veja* exemplifica:

Mas o sacrifício em nome de Deus dá conta de apenas parte do fenômeno. Sobre esse particular é bom lembrar o que escreveu o melhor historiador contemporâneo das guerras, o inglês John Keegan. Ele conta que em quase todos os conflitos, em exércitos de quase todas as nações, os comandantes nunca tiveram problemas em recrutar voluntários para missões de altíssimo risco. É uma verdade óbvia, mas nem sempre clara. Para ficar com um único exemplo, o ataque aéreo sobre Tóquio, com o qual os americanos tentaram dar uma resposta imediata ao ataque japonês a Pearl Harbor na II Guerra Mundial, envolveu dezesseis aviões bombardeiros. Nenhum voltou a sua base. Mesmo sabendo que a missão era sem volta – um porta-aviões americano lançou os bombardeiros perto da costa e retornou para o mar alto - para cada piloto que efetivamente voou apareceram dez dispostos a morrer. [...]

É preciso, no entanto, traçar uma linha de distinção entre o que é missão de enorme risco e o que é suicídio certo. [...] No caso específico do **terror islâmico**, o indivíduo parte para uma ação em que sua morte é o passo inicial que desencadeará os resultados desejados. (ESCOLAS..., 19/9/2001, p. 107-108, grifo nosso).

O trecho acima traz outro elemento que não possui relação direta com o tema terrorismo, mas que é importante na estratégia de persuasão para justificar a guerra: o ataque japonês a Pearl Harbor na Segunda Guerra Mundial. A mídia norte-americana, principalmente, procurou comparar os ataques aéreos de 11 de setembro a Pearl Harbor, apontando como coincidência a surpresa, apesar de inúmeros alertas anteriores, a mesma situação dos ataques aéreos de 11 de setembro. O ataque a Pearl Harbor fez com os EUA entrassem na Segunda Guerra Mundial e atacassem o Japão como resposta. A seguir, outro elemento é acrescentado ao campo discursivo, o que, de certa maneira, complementa o mapa inicialmente proposto: entra em cena o terrorista, acrescido de uma nova qualificação, de Estado, propositadamente uma variação de terror de Estado, que *Veja* mais à frente do texto irá focar. O terrorista comum, em tese, não é protegido ou financiado por nenhum Estado. *Veja* propõe esta versão para associar implicitamente a Al Qaeda a países como Iraque. A nova versão do terrorista, segundo *Veja*, age com impunidade, pode planejar meticulosamente seus atos, pois estão protegidos por alguns países.

[...] Os terroristas pós-modernos estão obtendo nas capitais dos países que os protegem esses mesmos ingredientes: os meios para agir e a certeza da impunidade para planejar meticulosamente seus atos criminosos. O surgimento do **terrorista de Estado**, financiado, protegido e guiado por governos, é algo novo. (ESCOLAS..., 19/9/2001, p. 109, grifo nosso).

O terrorista de Estado a que *Veja* se refere é aquele que estabelece suas bases em algum país e, partir daí, passa a receber proteção e infraestrutura para organizar seus ataques. Coincidentemente, essa foi a justificativa apresentada pelo governo norte-americano e “comprada” pela imprensa servil do Ocidente para a invasão ao Afeganistão. No entanto, como comentaremos adiante, os verdadeiros motivos são essencialmente econômicos. Além disso, o terrorista de Estado é um elemento discursivo que funciona como um despiste para encobrir o terror de Estado, que os Estados Unidos praticaram e praticam à exaustão, como a própria *Veja* denuncia em apenas uma linha escondida no final da matéria, não sem antes, obviamente, acusar os comunistas de terem inventado o terrorismo de Estado. “No auge da Guerra Fria, Cuba exportava terroristas e tecnologias de assassinato de oponentes para a América Latina. Os americanos, por intermédio da CIA, faziam o mesmo.” (ESCOLAS..., 19/9/2001, p. 111).

Na sua origem, um terrorista é alguém que legitima e pratica o terror. Ocorre que, atualmente, há contradições na definição de terrorista. Na verdade, para o Ocidente terrorista significa medo, morte de inocentes etc. Já para alguns islâmicos, por exemplo, o terrorista representa o herói, que luta por uma causa justa. Yasser Arafat, quando enquanto esteve à frente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), era considerado um terrorista para Israel e todo o Ocidente. No entanto, para o povo palestino, era considerado um herói. *Veja* qualifica a OLP do passado de “incubadora de entidades terroristas”. Hoje, já sem a figura de Arafat, os combatentes palestinos são considerados terroristas para o governo de Israel.

Ao longo dos anos, a palavra terrorista passou por diversos entendimentos. Durante a Revolução Francesa, por exemplo, os jacobinos se autodenominavam terroristas sem nenhum complexo, como observa Badiou:

É extraordinário como pouco a pouco a palavra terrorista, que claramente qualificava uma figura particular do exercício do poder, conseguiu, ao final, ter um significado exatamente contrário. Terrorista é a palavra que os Estados designam a qualquer adversário violento e/ou armado, precisamente por seu caráter não-estatal. (BADIOU, 2002)

Conforme Badiou, *terrorista* tornou-se a designação ou valor atribuído a qualquer oponente, seja ele violento ou armado, já que se configura como um elemento não-estatal, ou seja, não representa um Estado. O vocábulo terrorista ao final de sua evolução semântica já não designa uma orientação política, senão uma forma de ação. Tornou-se vazio ou negativo de significação, é apenas uma forma propagandística de ações espetaculares, como os ataques de 11 de setembro.

Veja critica a posição demagógica de organismos internacionais, como a ONU e coloca-se com intermediária entre o leitor e a comunidade internacional para reivindicar um enfrentamento mais efetivo ao terrorismo.

A comunidade internacional sempre empurrou a questão com a barriga. Mesmo diante de evidências assustadoras da ousadia sem fim do terror, o adiamento sempre venceu. Gastaram-se centenas de reuniões na ONU simplesmente para definir o que era terrorismo. Foram momentos memoráveis da demagogia inerente aos fóruns de discussão da comunidade internacional. (ESCOLAS..., 19/9/2001, p. 112-113)

A fúria do enunciador reflete a sua servidão ao discurso hegemônico do governo norte-americano que, por sua vez, mandou a ONU às favas e vaticinou que com ou sem a aprovação do Conselho de Segurança iria invadir o Afeganistão.

Outro ponto que a ser destacado e que pode ser apontado como um escorregão no contrato comunicacional proposto por *Veja* ao leitor é o fato de o veículo, após acusações contra o Islã e a outros países que não fazem parte do sistema capitalista, apontar que os norte-americanos também praticaram atos de terrorismo. É importante observar que o enunciador frisa que os EUA lançaram mão desse recurso no passado. Portanto, hoje já não pratica mais tais atos (segundo *Veja*, é claro).

[...] O terrorismo deve, em parte, sua trajetória de sucessos no decorrer do século XX ao fato de muitos países que então sofreram sua ação terem lançado mão dele no passado. [...] Os próprios americanos reconhecem hoje que muitas de suas ações na Guerra do Vietnã nos anos 60 e 70 só podem ser descritas como atos de terrorismo. (ESCOLAS..., 19/9/2001, p. 114).

No trecho destacado, o enunciador se refere à Guerra do Vietnã. No caso há somente referência a um acontecimento do passado (anos 60 e 70) que não é trazido em sua totalidade para o texto atual. Nesse sentido, o leitor pode se sentir fora do jogo do manipulador, já que não possui elementos para entender o contexto e, portanto, terá valores diferentes. Na edição seguinte, de 26 de setembro de 2001, *Veja* prossegue com a estratégia de associar guerra e terror e apresenta ao leitor a “Guerra ao Terror” em sua capa (Figura 3). A articulação discursiva do veículo se complementa com a apresentação do último significante da primeira fase da cruzada de Bush: a derrota de Bin Laden, anunciada na capa da edição de 12 de dezembro de 2001 (Figura 6). Portanto, é importante que analisemos as capas apresentadas a seguir de uma forma conjunta, já que se inter-relacionam.



Figura 3 Capa de *Veja* de 26/09/2001



Figura 4 Capa de *Veja* de 17/10/2001



Figura 5 Capa de *Veja* de 24/10/2001



Figura 6 Capa de *Veja* de 12/12/2001

Para Luciano Guimarães, a leitura de uma página impressa é feita “em três níveis diacrônicos – o primeiro, das imagens; o segundo, dos títulos; o terceiro, dos textos.” (GUIMARÃES, 2003, p. 50). Nas quatro capas apresentadas (Figuras 3, 4, 5 e 6) nota-se que as estratégias comunicacionais continuam com a mesma intensidade e no mesmo sentido e os níveis citados por Guimarães são interdependentes.

Na Figura 3, como dissemos anteriormente, *Veja* apresenta a guerra ao terror, como sendo o nascimento de um novo tempo militarizado, já que a fotomontagem traz como pano de fundo o nascer de um dia ensolarado e, sobreposto a ele, um helicóptero Apache de combate indo em direção ao leitor. A manchete “Guerra ao Terror” se apropria, como já analisamos anteriormente, do discurso hegemônico, já que esse é o mote do segundo mandato de Bush. As chamadas colocadas no rodapé da capa sob um fundo preto vinculam terrorismo ao Islã e tratam o Afeganistão como sendo um país arrasado, cheio de terroristas, os únicos alvos restantes para serem destruídos. As quatro capas trazem a oposição terror-liberdade, de modo que, para que haja liberdade é preciso que o terror seja destruído.

A capa seguinte (Figura 4) é uma clara provocação, já que o islamismo, como analisa Arbex Jr., é conhecido como a religião dos profetas. A capa enfoca Osama bin Laden, o inimigo número 1 dos EUA, como o profeta do terror. Na verdade, a palavra profeta é utilizada com duas significações nesta capa: 1) uma clara referência ao islamismo; 2) pessoa que anuncia ou traz o terror. Nas chamadas, Osama bin Laden é apontado como um dos heróis dos muçulmanos. Já na capa da edição de 12 de

dezembro de 2001, Osama bin Laden é novamente o tema. Desta vez, o enunciador comemora a sua derrota que se traduz na rendição dos talebans em Kandahar, seu último reduto no Afeganistão. Na foto, em close, Osama bin Laden está com turbante, vestimenta característica dos árabes, e ao fundo percebe-se que há uma inscrição árabe, ou seja, o saudita figurativiza a derrota de **todos** os muçulmanos.

A última capa a ser analisada, a da edição de 24 de outubro de 2001 (Figura 5), traz o pavor do enunciador em constatar a possibilidade de ocorrer uma nova versão de terror, o bioterrorismo. Sobre uma imagem fantasmagórica, numa combinação onde as cores aparecem um tanto “lavadas”, restando apenas ao preto, em quantidade menor, algum destaque, surge o título Anthrax, nome da bactéria que estava gerando pânico entre os norte-americanos, complementado por “o mal invisível”. Podemos afirmar que a bactéria está figurativizada na fumaça branca que envolve as pessoas vestidas com equipamentos especiais para enfrentar um ataque biológico. Como destacamos na análise da capa da edição de 26 de setembro de 2001, *Veja* define como único alvo o islamismo, e com a mesma cantilena de sempre, vinculando-o ao terror, com a matéria intitulada “As redes do terror” (*Veja*, 26/9/2001, p. 84-85).

2.1 Palavra de ordem

A reincidência da palavra terror sempre vinculada ao islamismo nos remete ao conceito de palavras de ordem, formulado por Gilles Deleuze. Para ele, toda informação é a condição para a transmissão de palavra de ordem. Ao produzir essa vinculação, *Veja* constrói a sua ‘ilusão de verdade’ e a impõe ao leitor. Destacamos algumas frases do texto em questão para exemplificar: “A rede do terror parece ter seu epicentro na paisagem lunar e estéril do Afeganistão”. Nesta frase, *Veja*, além de vincular o terror ao Islã, aponta o primeiro alvo dos EUA para vingar os ataques aéreos, o Afeganistão. “O terror conta com a neutralidade e até a simpatia de líderes e instituições religiosas de dezenas de nações de população muçulmana, como o Egito e o Sudão. Neste trecho, ocorre a reincidência, em curto espaço, da vinculação de terror e Islã. Para que essa “verdade” se produza como efeito de realidade, o enunciador somente se apropria de elementos que permitam um percurso narrativo que seja condizente com a versão desejada. Mayra Rodrigues Gomes entende “[...] que as notícias sempre partem de

algum lugar que se dimensiona pelos seus interesses específicos [...]” (GOMES, 2003, p. 103).

Deleuze aponta ainda que pelo fato de a mídia dizer como o leitor deve pensar, ela opera por redundância, na medida em que não se apoia em nada que não seja ela mesma. Para ele,

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de um enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado. (DELEUZE e GUATARRI, 1997, 17).

Como afirma Deleuze, a transmissão de palavras de ordem pode acontecer de um enunciado a outro ou no interior do próprio enunciado, como demonstramos acima. Devemos entender enunciado como unidade elementar da linguagem, que, por sua vez, não é feita para se acreditar nela, mas para obedecer e fazer obedecer.

A articulação discursiva de *Veja* ou a construção dos mapas e dos valores em relação ao “imaginário dos leitores” (PRADO, 2008) no que se refere ao tema terror segue mais um capítulo na edição de 3 de outubro de 2001. A matéria intitulada “Mais uma face do terror” (*Veja*, 3/10/2001, p. 88-89) incorpora mais um significante no campo discursivo, o medo de um ataque químico ou biológico. E como não poderia deixar de ser, os prováveis executores desses ataques são os terroristas islâmicos. *Veja* assim os define: “Os terroristas islâmicos representam a maior ameaça neste sentido pela simples razão de que não têm nada a perder”. (MAIS..., 3/10/2001, p. 90). Aqui aparece implícita a idéia de que terrorista islâmico pode ser capaz de atos inomináveis, já que está na posição de franco-atirador. O veículo se “esquece” de apontar outros prováveis executores de ataques, como a extrema-direita norte-americana, por exemplo, que já foi responsável por atos terroristas dentro dos EUA, como o atentado de Oklahoma City.

Na edição de 12 de dezembro de 2001, *Veja* traz como manchete de capa “A derrota de Bin Laden”, já analisada anteriormente. Na matéria que remete à manchete, o título é “A derrota do terror”, ou seja, da capa para o miolo houve a substituição de Osama bin Laden por terror.

2.2 Novo tipo

A exemplo de *Veja*, *Época* também anuncia um novo tipo de terrorismo e recorre também a uma voz externa, um especialista, para sancionar o seu discurso. Antes de prosseguirmos com a análise do texto, vamos à capa da edição de 17 de setembro de 2001. Com a manchete “Guerra contra o terror” (*Época*, 17/9/2001), o veículo incorpora definitivamente o discurso hegemônico dos EUA ao utilizar como título o mote do segundo mandato de Bush. Conforme Roland Barthes (1982, p. 13-14) entende, a fotografia de imprensa totaliza uma mensagem. Além disso, ensina que a análise deve incidir primeiramente sobre cada uma das estruturas da mensagem, texto (título, legenda etc.) e a própria fotografia. Vamos proceder dessa forma na análise da capa abaixo.



Figura 7 Capa de *Época* de 17/9/2001

Para isso, iremos separar manchete e linha fina e a foto propriamente dita. A imagem utilizada pelo enunciador traz ao fundo os escombros das torres gêmeas do World Trade Center, à frente, três bombeiros, que parecem estar projetados para frente, hasteiam a bandeira norte-americana num gesto que exprime o sentimento de reconstrução, de nomeação de uma perda. O fundo “lavado” projeta as cores mais nítidas e fortes dos bombeiros e da bandeira. Incorporando o texto à imagem, fazemos a seguinte leitura: apesar da humilhação sofrida, da destruição de símbolos caros aos norte-americanos, seu povo tem forças para se reerguer e empreender a guerra contra o terror. Essa é exatamente a mensagem de Bush e de seu governo. A retaliação visa a refazer o símbolo perdido, reerguer o país da destruição. Na capa, temos as oposições guerra paz. Para se chegar à paz é preciso, antes, passar pela guerra. É a passagem de um momento disfórico para um eufórico.

O tratamento dado ao tema do “novo terrorismo” é bem diverso em *Época* e *Veja*. Para *Veja*, o terrorismo é global. Já para *Época*, o novo terrorismo implica em uma mudança de paradigmas. Numa entrevista tipo pingue-pongue, como já acentuamos, *Época* desenvolve esse tema na voz de Michele Zanini, apresentado como pesquisador da Ran Coporation, um instituto conservador com sede em Santa Monica, Califórnia, que explica:

A diferença básica é que os grupos terroristas tradicionais empregavam a violência como meio para a realização de objetivos políticos específicos [...]. A questão dos antigos terroristas era persuadir alguém a fazer algo específico, como libertar presos ou retirar tropas de certa região. [...] Os novos terroristas estão convencidos de que estão em guerra. E encaram essa guerra como o confronto do fraco com o forte. (UM NOVO..., 17/9/2001, p. 48-49).

O destinador-manipulador busca persuadir o leitor propondo um contrato comunicacional em que o terror hoje não emprega mais os métodos tradicionais, ou seja, lutar por uma causa específica e até certos limites. Ao contrário, prega a guerra indiscriminada. Ao tratar de terror, *Época* constrói narrativas passionalizadas, criando em seus leitores o medo de um ataque biológico. “O medo da população agravou-se com a percepção de que terroristas suicidas estão dispostos a tudo.” (O TERRORISMO..., 1/10/2001, p. 51). Diferentemente de *Veja*, *Época* não apresenta, até a edição que nos referimos anteriormente, a vinculação terror/islamismo. Carlos Dornelles aponta que *Época* foi “a primeira a revelar o que se seriam as concretas ligações entre Brasil e terrorismo.” (DORNELES, 2002, p. 232). De fato, *Época* saiu na frente com esse tema insólito, a começar pela capa.



Figura 8 Capa de *Época* de 22/10/2001

A utilização das cores preto e vermelho é padrão de *Época* nas matérias que trazem como tema os ataques aéreos e as invasões do Afeganistão e Iraque. O branco

aplicado em fundo preto também tem sido utilizado. Como ensina Barthes, a análise deve ser feita em cada uma das estruturas (a língua e a fotografia propriamente ditas) separadamente. A imagem tem uma série de elementos: computador, telefones celulares e uma central telefônica, que, à primeira vista, causará estranhamento no leitor. O texto traz como manchete “Terror, a conexão brasileira” (*Época*, 22/10/2001, p. 1). A partir daí, é possível estabelecer uma impressão inicial: há algo no Brasil relacionado ao terror. Ressalte-se que o percurso narrativo apresenta elementos que devem fazer parte do repertório do leitor, caso contrário ele está fora do jogo, havendo a rejeição do contrato proposto. O texto abaixo do título traz mais pistas e esclarece a relação com a imagem. Além disso, *Época* associa, pela primeira vez terror, e islamismo. Em *Veja* essa associação ocorreu logo após os ataques aéreos.

“O terror por aqui” (FILHO e FERREIRA, 22/10/2001, p. 34) é uma matéria fantasiosa. Totalmente baseada em suposições de vozes (fontes) oficiais, *Época* apresenta trechos como “No Brasil, [...], só existiam suspeitas. Às vezes um ou outro imigrante árabe com documentos falsos era preso e deportado, mas nenhum dado associava esses casos ao terror.” (FILHO e FERREIRA, 22/10/2001, p. 36). Há desconexão entre título e matéria. O título sugere que o terror está instalado no Brasil. No entanto, a matéria afirma o contrário. No final do texto, há outro trecho a ser destacado:

A solidariedade entre muçulmanos, qualidade de um povo de cultura esplêndida, pode favorecer os extremistas. “Há possibilidades concretas de que famílias e religiosos estejam abrigando terroristas sem saberem quem eles são”, diz um delegado da PF em Foz do Iguaçu. (FILHO e FERREIRA, 22/10/2001, p. 41).

Época continua com as suposições e baseando-se apenas em vozes oficiais. Destacamos, neste trecho, as oposições maldade e bondade. É importante acentuar que o tema terror no Brasil resumiu-se a essa única matéria. Depois disso, desapareceu das páginas de *Época*.

2.3 Estratégias diferentes

IstoÉ lança mão de estratégias discursivas diferentes dos dois veículos analisados anteriormente. Fazendo trocadilho com internacional socialista, traz o título “Uma internacional terrorista?” (CAMARGO, 19/9/2001, p. 44). *IstoÉ* propõe um contrato comunicacional no qual os radicais islâmicos seriam os substitutos da URSS,

inimiga durante a Guerra Fria. Para propor essa nova configuração na formulação da diplomacia dos EUA, *IstoÉ* lança mão de uma voz externa para sancionar seu discurso.

Como notou o professor Demétrio Magnoli, o inimigo externo agora é o terrorismo islâmico, definido como uma espécie de “internacional do terror”, composta por diversos Estados (Afeganistão, Iraque, Irã, Sudão) que dariam guarida a uma extensa rede de organizações que atuam globalmente e de maneira coordenada. (CAMARGO, 19/9/2001, p. 44).

No trecho acima, há dois pontos a serem destacados: 1) a vinculação terror/Islã, já na primeira edição pós-11 de setembro, a exemplo de *Veja*; 2) a nomeação de países que compõem a chamada internacional do terror, sendo que o primeiro da lista, Afeganistão, foi exatamente o primeiro país a ser invadido pelos EUA. O campo discursivo de *IstoÉ* dispõe elementos aparentemente diferentes de *Veja* e *Época*, mas que, no entanto, produzem efeitos iguais. Vejamos: a atuação global e organizada da rede de organização que recebe guarida de países pertencentes à internacional do terror, nada mais é do que o terror global, apontado como novo terrorismo por *Veja*; a guerra ou atentados não mais por objetos específicos de *Época* é reforçada pela participação de países na proteção de grupos executores de ataques terroristas. Ou seja, quando colocamos as estratégias dos três veículos lado a lado percebemos que resultam em uma mesma configuração.

Como notaremos a seguir, *IstoÉ* opta por personalizar o terror ao ancorar sua articulação discursiva em Osama bin Laden e Saddam Hussein. Não por acaso, a capa da edição de 19/9/2001 (Figura 9) traz estampadas lado a lado as fotos de ambos.



Figura 9 Capa de *IstoÉ* de 19/9/2001

Com a capa acima, *IstoÉ* sanciona o discurso hegemônico dos EUA. As fotos de Osama bin Laden e Saddam Hussein figurativizam os dois alvos iniciais de Bush: Bin Laden estava abrigado no Afeganistão e Saddam era o ditador do Iraque. Assim na fotomontagem da capa (na qual Bin Laden e Saddam estão colocados atrás da paisagem pós-destruição das torres gêmeas e com olhares entrecruzados), ambos são acusados de estarem por trás dos ataques aéreos de 11 de setembro, Bin Laden como autor intelectual dos ataques e Saddam como suspeito de ter fornecido apoio logístico. As legendas, cuja função é explicar uma imagem, reafirmam a estratégia de *IstoÉ*: “Osama Bin Laden está refugiado no Afeganistão”; “Saddam Hussein, pai de todas as encrencas de Tio Sam” (*IstoÉ*, 19/9/2001, p. 1).

IstoÉ, a exemplo de *Veja* e *Época*, também demonstra preocupação com a possibilidade de um ataque terrorista com armas químicas e biológicas. Essa coincidência de temores passa a impressão de que a pauta foi preparada pela assessoria de imprensa do governo norte-americano. Com a manchete “Terror químico”, *IstoÉ* busca persuadir ao leitor de que o bioterrorismo é possível e não está restrito somente aos Estados Unidos, como já avisara também *Veja*. “Temor de que terroristas ataquem com armas químicas e biológicas aumenta a paranóia entre os habitantes das cidades americanas e européias” (*IstoÉ*, 03/10/2001, p. 1) é o olho da capa de *IstoÉ* que busca fazer crer ao leitor que essa modalidade de terror provoca paranóia em norte-americanos e europeus a ponto de provocar escassez de mascarias e corrida por antibióticos, como aponta matéria interna.

Na verdade essa paranóia era de interesse do governo norte-americano, que escalou seu secretário de Justiça, John Ashcroft para ser o potencializador dessa cadeia discursiva. “Ashcroft disse que o perigo era real e estava sendo investigado”, aponta *IstoÉ*. Esse cenário servia de pressão ao Congresso norte-americano, que estava analisando a lei antiterror. Aliás, essa lei foi produzida e aprovada com incrível celeridade, 27 de outubro de 2001, exatos 46 dias após os ataques, o que levanta suspeitas sobre quando exatamente essa lei foi preparada, pois é considerada por especialistas um ato jurídico perfeito. Ela amplia os poderes de autoridades federais no uso de grampo de telefones, compartilhamento de informações de espionagem, além do rastrear a internet.

A personificação do terror, a que nos referimos anteriormente, tem seu último capítulo na edição de 16 de abril de 2003, em estava em curso a invasão ao Iraque. O título “A face do terror” já introduz o leitor em um percurso bem definido: associar

Saddam Hussein ao terror. O olho é mais uma marca espalhada pelo destinador-manipulador: “Obcecado pela guerra e megalomaniaco, Saddam Hussein forjou um país” (KADAOKA, 16/4/2003, p. 98). A palavra forjou provoca um entendimento dúbio, já que pode ter o sentido de construir e o de falsear. O texto traça a trajetória de Saddam. São atribuídas duas qualificações a Saddam: ditador e homem do terror. Este último valor potencializa nossa análise.

2.4 Construção diferenciada

CartaCapital propõe um contrato comunicacional no qual o terror é construído de maneira diferenciada dos três veículos anteriores. Enquanto *Veja*, *Época* e *IstoÉ* associam terror e Islã, *CartaCapital*, ao contrário, apresenta o terror como um negócio:

Os tempos de voluntarismo dos cruzados ficaram bem para trás. Para se manter uma organização terrorista não basta ter US\$ 200 milhões em Jersey, como o falecido ditador nigeriano Abacha ou um certo sul-americano das Arábias. Arrecadações de simpatizantes para as ações terroristas nunca são suficientes. É preciso multiplicar o capital. As despesas são vultosas, as armas e os deslocamentos, caros. (MAIEROVITCH, 19/9/2001, p. 18).

No trecho acima, o enunciador aponta que é preciso muito capital para financiar atentados. Além disso, com a frase “Os tempos de voluntarismo dos cruzados ficaram bem para trás, *CartaCapital* não faz uma referência explícita, mas de certa forma anuncia um novo terrorismo baseado em ações espetaculares e caras, ao contrário dos atentados que tinham causas e objetivos específicos.

CartaCapital dispõe novos elementos em seu campo discursivo. Após dizer que terrorismo é negócio, salienta que os “Os terroristas não são Robin Hood, como procuram fazer crer [...] (MAIEROVITCH, 19/9/2001, p. 18). Na construção do terror, o enunciador retira qualquer valor de justiça em relação ao executor de atentados. A seguir, aponta para a Al Qaeda, organização terrorista de Bin Laden. *CartaCapital* apresenta a organização como uma empresa, com organograma gerencial. Para o veículo, “A organização de Bin Laden se tornou um modelo de eficiência letal.” (MAIEROVITCH, 19/9/2001, p. 20).

Em seu fazer-persuasivo, o destinador-manipulador apresenta *pari passu* os elementos discursivos que constituem o contrato comunicacional proposto ao leitor. Uma breve explicação da palavra terrorismo incorpora uma nova palavra ao vocabulário

do terror: eversão, que praticamente tem a mesma significação que terrorismo, mas incorpora apenas os objetivos políticos a suas ações, como a independência de um Estado, por exemplo. *CartaCapital* explica: “Ações eversivas são aquelas realizadas por organizações internas com a finalidade de subverter a ordem constitucional, para substituir o regime político vigente – é o caso, por exemplo, das Farcs e do ELN, na Colômbia.” (MAIEROVITCH, 19/9/2001, p. 20).

A seguir três elementos importantes completam o campo discursivo de *CartaCapital* em relação ao tema terror: 1) a afirmação peremptória: “Os ataques contra as torres gêmeas do WTC e o Pentágono são, portanto, ações de claro cunho terrorista, ou seja, de intimidação da sociedade civil” (MAIEROVITCH, 19/9/2001, p. 20); 2) terrorismo de Estado: “[...] há também ocasiões nas quais é possível falar de terrorismo de Estado, quando nações soberanas promovem ações desse tipo – foi o caso, por exemplo, do bombardeio de retaliação contra o Sudão efetuado pelos Estados Unidos, em agosto de 1998.” (MAIEROVITCH, 19/9/2001, p. 20); 3) suposta tese conspiratória: “A catástrofe pode ter sido planejada com a ajuda da extrema direita americana, recordista em violência em seu país” (MAIEROVITCH, 19/9/2001, p. 22). O enunciador busca justificar seu posicionamento em relação ao terceiro item apresentado, referindo-se ao atentado de Oklahoma City, em 19 de abril de 1995, que deixou um saldo de 168 mortos e foi executado pelo direitista norte-americano Timothy McVeigh. No entanto, apesar de tentar estabelecer elo entre a extrema direita norte-americana e organizações terroristas que não são nominadas, não apresenta provas concretas. Chega até a reconhecer que a tendência que se autodenomina populista apresenta “simplismo ideológico” (MAIEROVITCH, 19/9/2001, p. 22). A extrema-direita americana, segundo *CartaCapital*, divide-se em duas tendências: a populista e a supremacista branca.

Como constatamos nas análises das quatro revistas de nosso *corpus* em relação ao tema terror há um forte componente ideológico na qualificação de terrorismo e, conseqüentemente, de terrorista, o que certamente distorce uma visão de mundo por parte do leitor, a de que terrorista é aquele que tem como alvo a população civil. Dorneles aponta que

[...] a definição de terrorismo adotada pela imprensa é bem mais restrita. Massacres e crimes contra a humanidade praticados por um governo jamais são citados como “terrorismo”. Convencionou-se chamar de terrorista aquele que realiza atentados que não têm objetivo militar, mas sim como vítima a população civil. Porém, quando se trata de conflito do Oriente Médio, as definições, tanto dos dicionários como a convencional da imprensa, são

utilizadas de forma ideológica, com objetivos claramente políticos. (DORNELES, 2002, p. 259).

O componente ideológico que engloba uma visão ocidentalizada de mundo por parte da imprensa, onde há um apagamento proposital da memória histórica, provoca distorções como as exemplificadas acima e aponta para uma participação ativa da mídia na facilitação da propagação, sem qualquer critério crítico, do discurso hegemônico do governo Bush.

Capítulo 3 Zona de guerra

Assim como bebemos cerveja sem álcool ou café sem cafeína, temos agora a guerra esvaziada de sua substância – uma guerra virtual lutada diante de telas de computadores, uma guerra que para seus participantes não passa de um videogame, uma guerra sem baixas (pelo menos no nosso lado). Com pânico gerado pelo antraz em outubro de 2001, o Ocidente teve o primeiro gosto dessa nova guerra “invisível” em que – um aspecto que se deve ter sempre em mente – nós, cidadãos comuns, ficamos totalmente dependentes das autoridades para saber o que está ocorrendo: nada vemos nem ouvimos; tudo o que sabemos chega da mídia oficial. Uma superpotência bombardeia um deserto desolado e, ao mesmo tempo, é refém de uma bactéria invisível – é essa, não a explosão do WTC, a primeira imagem da guerra do século XXI. (ŽIŽEK, 2003, p. 53-54).

Iniciaremos a discussão do tema guerra de um modo diferente, com um trecho de *Bem-vindo ao deserto do real*, de Žižek, que sintetiza sobremaneira o drama do Ocidente logo após os ataques aéreos de 11 de setembro. Žižek não apresenta definições, mas classificações de guerra. Para ele, temos a guerra esvaziada de substância, que se passa como um videogame, em que participamos de uma guerra virtual, sem vítimas aparentes, pois tudo é milimetricamente perfeito, com ataques cirúrgicos, nada é mostrado, não há sangue, não há mortos do lado dos “mocinhos”; há a guerra invisível, na qual nada é permitido ver ou ouvir, os relatos só chegam por meio da mídia oficial, ou seja, toda a mídia, já que há um verdadeiro conluio entre imprensa e governo dos EUA.

A possibilidade de ataques químicos ou biológicos trouxe pânico à população: ao mesmo tempo em que Estados Unidos e aliados bombardeiam desertos, uma bactéria, o antraz, faz a superpotência de refém: essa é imagem da primeira guerra do século 21, ao contrário do que apregoou Bush.

Baudrillard acrescenta que o objetivo das guerras “[...] é eliminar qualquer zona refratária, colonizar e domesticar todos os espaços selvagens, seja no espaço geográfico, seja no universo mental. (BAUDRILLARD, 2003, p. 59). A eliminação das diferenças e a imposição do modo de vida ocidental são, na verdade, os objetivos inconfessáveis dos norte-americanos.

Assim como o terrorismo adquiriu um novo significado, transformou-se num conceito político, como já acentuamos no capítulo 2, a guerra adquiriu novos contornos, e o principal deles é a indeterminação de seus limites, tanto espaciais quanto temporais. A guerra à moda antiga, ou tradicional, apresentava enfrentamentos entre Estados-nação, ou seja, havia uma bandeira e os oponentes se conheciam, e se estabeleciam

delimitações espaciais e temporais, que cessavam quando um dos lados apresentava rendição.

A *Guerra ao Terror* anunciada por Bush logo após os ataques aéreos de 11 de setembro se insere nessa nova configuração, defendida por Hardt e Negri. A guerra de Bush não tem limites espaciais ou temporais. O presidente norte-americano, ao anunciar a *Guerra ao Terror*, disse que iria caçar os responsáveis pelos ataques onde quer que eles estivessem e que o conflito não tinha data para acabar.

Uma guerra para criar ou manter a ordem social não pode ter fim. Envolverá necessariamente o contínuo e ininterrupto exercício do poder e da violência. Em outras palavras, não é possível vencer uma guerra dessas, ou por outra, ela precisa ser vencida diariamente. Assim é que se tornou praticamente impossível distinguir a guerra da atividade policial. (HARDT e NEGRI, 2005, p. 35-36).

A necessidade de vigilância constante não importa se dentro ou fora do campo de batalha provocou essa impossibilidade de distinção entre guerra e atividade policial, como apontam Hardt e Negri. O que há é um permanente estado de guerra global, o que obriga os países a se tornarem mais autoritários. Exemplo disso é a lei antiterror aprovada por Bush que impõe limites às liberdades individuais e foi alvo de severas críticas de grupos pró-direitos humanos. O permanente estado de guerra resulta em um estado de exceção, que analisaremos posteriormente.

A mídia ocidental logo após os ataques aéreos de 11 de setembro não se furtou em levantar a bandeira da vingança e pedir guerra contra os autores dos ataques, sem ainda ter certeza de quem eles realmente eram. O estado de indignação acrescido de ódio também contaminou a imprensa ocidental, que se deixou levar pela onda “patriótica” de Bush. Roberto Romano comenta que “Para conseguir a guerra, a mídia e o governo Bush abrem as comportas do ódio e da xenofobia.” (ROMANO, 2004, p. 34). *Veja*, em sua edição de 26 de setembro de 2001, pouco mais de uma semana após os ataques aéreos constatava: “Com um fervor patriótico e união nacional nunca vistos desde a II Guerra Mundial, os Estados Unidos vão ao contra-ataque ao terror. Para a civilização ocidental, a opção é vencer ou vencer” (OU ESTÃO..., 26/9/2001, p. 41).

Veja propõe ao leitor um contrato comunicacional em que valores como patriotismo e união nacional são fundamentais para derrotar as adversidades e punir os autores de tamanha humilhação. Opondo-se a patriotismo e união nacional, o veículo traz os temas guerra e o terror, que são constantes na vida do cidadão norte-americano.

Além disso, não há possibilidade de derrota. A vitória terá que acontecer a qualquer custo.

O encadeamento de estratégias é fundamental na articulação de *Veja*. Anteriormente, no olho, o enunciador já deixara claro que não há outra opção a não ser a vitória. Na sequência, apesar de desfilar todo o arsenal bélico utilizado no Vietnã e assinalar que mesmo assim os EUA foram derrotados, agora a história será diferente, pois os americanos aprenderam com os erros cometidos e serão ainda mais devastadores. O que se denota é que o texto, em um curto espaço de tempo, inicia disfórico e termina eufórico. *Veja* adota como posição ideológica definitiva a exaltação à guerra. Em função desse apoio à guerra, manifesta preconceito e desrespeito ao Islã. É o que se nota no trecho a seguir:

A vitória dos americanos na guerra que começou na semana passada está assegurada até mesmo pelo absurdo insustentável da hipótese contrária: um Ocidente dominado por mulás islâmicos enlouquecidos pelo poder absoluto exercido por meio do braço armado de seus terroristas suicidas. Essa é a primeira guerra do império americano que começa com a simpatia de todas as nações livres do mundo. É a primeira também à qual eles se lançam impulsionados por uma opinião pública irada com o assassinato premeditado de 6.000 civis, imolados num palco de exposição planetária, Nova York, a cidade mais cosmopolita da Terra. (OU ESTÃO..., 26/9/2001, p. 42).

Para *Veja*, 1) os EUA já estavam em guerra; 2) apesar de não haver prova alguma até o momento, os autores dos ataques são árabes, o que posteriormente se confirmou; 3) afinada com o discurso de Bush declara que todas as nações livres apoiam a guerra, o que se pressupõe que as nações contrárias não são livres; 4) Islã tem gente enlouquecida pelo poder absoluto; 5) vítimas dos ataques foram imoladas, numa clara alusão ao componente religioso dado por Bush ao conflito. O que se depreende é que os argumentos de Bush foram incorporados por *Veja*, sem critério crítico ou analítico. Arbex Jr. comenta que:

Contando com a cumplicidade da mídia, sem apresentar qualquer prova material de participação ‘dos árabes’ ou de Osama bin Laden no atentado, Bush declarou ‘guerra ao Afeganistão’, e iniciou imediatamente os preparativos. (ARBEX JR., 2003, p. 58).

As acusações aos árabes e a Osama bin Laden começaram logo após os ataques aéreos. O Afeganistão, primeiro alvo da *Guerra ao Terror*, foi escolhido por ser o país onde Bin Laden se encontrava refugiado. No entanto, havia outro motivo inconfesso: os EUA pretendiam criar condições estratégicas para controle de importantes reservas de petróleo. O Afeganistão fica próximo à bacia do Cáspio, composta por cinco países -

Azerbaijão, Casaquistão, Irã, Rússia e Turcomenistão – que possuem reservas estimadas em 200 bilhões de barris. Na região, os EUA construíram ou estão construindo oleodutos para o transporte do petróleo. De acordo com Arbex Jr. (2003, p. 63), as cinco maiores companhias petrolíferas norte-americanas – Chevron, Conoco, Texaco, Mobil Oil e Unocal – possuem acordos financeiros com quatro países da bacia, exceto o Irã.

O posicionamento ideológico de apoio à guerra é facilmente verificado em *Veja*, que lança mão, invariavelmente, da oposição Ocidente (Bem) X Islã (Mal), que analisaremos posteriormente. Vejamos:

Os terroristas islâmicos e seus patrocinadores falam em Guerra Santa. Os americanos estavam tomados por uma ira santa, ao final do discurso de George W. Bush: “O desenvolvimento desse conflito é desconhecido, mas seu final é certo. Venceremos.” (OU ESTÃO..., 26/9/2001, p. 42).

A ironia em relação aos valores do Islã é comum em *Veja*, é o que se nota no trocadilho Guerra Santa/ira santa. Após isso, ao final sanciona seu discurso com a declaração de Bush.

Cabe aqui um comentário sobre a utilização de aspas em textos jornalísticos, já que este é um recurso recorrente dentro de nosso *corpus*. A declaração de outrem que não do veículo é destacada pelo uso de aspas. Em tese, com esse recurso o enunciador transfere a responsabilidade do enunciado, ou seja, diz algo por meio de outro. O veículo apropria-se da entrevista, o que confere ao processo um aparente ocultamento, com o objetivo de distanciamento. No entanto, entendemos que as aspas funcionam, na verdade, como uma espécie de sanção ao discurso do veículo. Pois as aspas, na verdade, são parte integrante da estratégia de construção do texto. A guerra global, a que nos referimos anteriormente, surge como uma estratégia definitiva em *Veja*.



Figura 10 Edição de *Veja* de 26/9/2001 p. 44 e 45

Com o título “A guerra será suja e longa” (*Veja*, 26/9/2001, p. 44), *Veja* introduz a guerra no campo discursivo (Figura 10). O título tem como referência declaração do vice-presidente dos EUA, Dick Cheney: “Será um negócio repugnante, perigoso e sujo” (*Veja*, 26/9/2001, p. 45). O olho, logo abaixo do título, traz embutido o conceito de guerra global: “Estados Unidos mobilizam sua máquina militar para uma campanha global contra o terrorismo. Será uma luta sem prazo e com os métodos que forem necessários” (A GUERRA..., 26/9/2001, p. 44). No contrato proposto, o destinador-manipulador busca persuadir o destinatário afirmando que a luta será difícil, com a utilização de todos os meios necessários para se chegar à vitória e avisa: “Não se trata de um conflito como outro qualquer, mas de um ataque em escala global a uma rede de terror espalhada por mais de meia centena de países e dotada de espantosa capacidade de se reorganizar.” (A GUERRA..., 26/9/2001, p. 45). *Veja* reafirma a característica global do conflito e a sua natureza: ataque a uma rede de terror.

A imagem é componente fundamental na construção da guerra global e da oposição Ocidente/Islã, sempre presente nos textos de *Veja*. A foto de dois moderníssimos aviões F-16 dos Estados Unidos que voam como águia em busca de sua caça e dominam as duas páginas figurativizam a alta tecnologia, a modernidade do Ocidente destacadas por *Veja*. Ao lado, em um tamanho menor, um velho tanque russo com milicianos Talibãs figurativizam o atraso, a decadência do Islã, também difundidos por *Veja*. A legenda resume com eficiência nossa análise: “Em posição de ataque – Aviões F-16 dos Estados Unidos e, ao lado, milicianos do Taliban num velho tanque russo: alta tecnologia contra guerreiros tribais” (A GUERRA..., 26/9/2001, p. 45).

Há de se destacar a frieza e naturalidade com que *Veja* discorre sobre o uso de armas nucleares no conflito, chega a causar desconforto:

Há duas semanas, chegou ao presidente Bush uma lista de alternativas para o enfrentamento dos grupos terroristas. Entre as possibilidades, constava o uso de armas nucleares táticas em ações retaliatórias. São bombas de curto alcance e potência bem menor que a de suas congêneres instaladas em mísseis intercontinentais. Para uso em alvos específicos, como um quartel – ou um reduto subterrâneo de terroristas no deserto. Cogumelos nucleares na paisagem lunar do Afeganistão, contudo, estão por ora descartados – mas não a ofensiva com armas convencionais. (A GUERRA..., 26/9/2001, p. 45).

Ocorre a naturalização da violência. A posição enunciadora de *Veja* se põe ao nível da razão de Estado, não importando, dessa maneira, que meios serão utilizados para dizimar os inimigos, nem se inocentes ou miseráveis forem atingidos. . Esse é o

contrato proposto por *Veja*. A guerra é necessária, pois os inimigos precisam ser dizimados. Para se conseguir isso, vale o uso de qualquer arma, até a nuclear. Se houver vítimas civis, será um efeito colateral.

À medida que se aproxima o momento da invasão, *Veja* avança no mapeamento do Outro e incorpora a ele valores negativos, nunca deixando de lado a oposição já comentada anteriormente: Ocidente X Islã. Conforme já dito, *Veja* apontou que os governos democráticos aprovaram a guerra. Isso não quer dizer, entretanto, que a população que reside nesses mesmos países comungou da mesma opinião de seus governantes. Pesquisa feita pelo Instituto Gallup, citada por Arbex Jr. (2003, p. 67), apontou baixos percentuais de aprovação à invasão do Afeganistão. Até mesmo nos EUA, o resultado foi aquém do esperado, uma maioria bem apertada: Áustria, 10%; Dinamarca, 20%; Finlândia, 14%; França, 29%; Alemanha, 17%; Grécia, 6%; Itália, 21%; Bósnia, 14%; Argentina, 8%; Colômbia, 11%; Equador, 10%; México, 2%; Panamá, 16%; Peru, 8%; Venezuela, 11%; EUA, 54%.

Veja sequer menciona qualquer tipo de pesquisa que não seja a de aprovação total à invasão. Dessa forma, apresenta manifestações contrárias à guerra em países de maioria muçulmana, como o Paquistão.



Figura 11 Edição de *Veja* de 26/9/2001 p. 46 e 47

Duas imagens compõem as páginas 46 e 47 da edição de 26 de setembro de 2001: a primeira (Figura 11) ocupa quase 70% das duas páginas e é composta por paquistaneses residentes em Karachi. Na foto, destaca-se em primeiro plano um paquistanês de turbante que com as mãos erguidas segura um foguete de brinquedo. No

plano de fundo da foto há uma faixa em inglês cuja tradução é “Afeganistão: cemitério da América”. Na foto ao lado (Figura 11), em tamanho menor, duas paquistanesas protestam em frente à embaixada de seu país em Londres. Uma delas segura um cartaz com a foto de Bin Laden com a inscrição em inglês “Innocent” (inocente). Com a legenda: “Apoio ao terror: paquistaneses protestam contra o apoio de seu governo aos EUA na maior cidade do país, Karachi (foto maior), e em frente da embaixada paquistanesa em Londres [...]” (A GUERRA..., 26/9/2001, p. 46-47), percebe-se nitidamente a intenção do enunciador em marcar os paquistaneses como um povo que apoia o terror, na visão ocidental, obviamente. Mais uma vez, *Veja* agrega valores negativos ao Islã.

O falseamento de notícias, a inversão de contextos históricos e a censura de informações tornaram-se uma prática corriqueira após os ataques de 11 de setembro. Sob a influência da imprensa norte-americana, a maioria dos veículos do mundo ocidental fez essa opção, inclusive a mídia brasileira, fato que estamos constatando no decorrer desta pesquisa. Sobre isso, Romano faz o seguinte comentário: “Hoje, Bush não precisa usar o lápis para falsificar notícias, nem tem necessidade de holofotes que iluminem apenas parcelas do verdadeiro: a CNN e a mídia fazem isto para ele.” (ROMANO, 2004, p. 32).

A sanção do discurso de Bush é tônica de *Veja*. Para o enunciador há apenas dois lados, o do Bem (representado pelo Ocidente) e o do Mal (Islã) e a opção é pelo lado do Bem. Diante disso, há um processo de demonização do Islã, onde somente os actantes do Bem têm voz. Os actantes do Outro quando comparecem recebem valores negativos.

A proposição de um contrato comunicacional deve levar em conta o imaginário dos leitores, ou seja, de que forma ele recebe as informações e as processa. Para isso, é preciso demonstrar coerência na escolha das estratégias discursivas, já que qualquer deslize pode provocar confusão e fazer com que os leitores rejeitem o contrato. *Veja* cumpre essa regra à risca. Dorneles comenta:

A imprensa gosta de guerra. Pode parecer exagero, força de expressão, jogo de palavras. Não é. A imprensa gosta de guerra, mesmo de uma como a do Afeganistão: guerra de *press-release*, de transcrição de informes do Pentágono, de fontes de um lado só. Guerras em que a imprensa foi sempre uma espectadora passiva. E foi algumas vezes por passividade e outras tantas por cumplicidade que a imprensa fez a cobertura que interessava ao governo americano. (DORNELES, 2002, p. 27).

A afirmação de Dorneles é avalizada por nossas análises. *Veja*, que analisamos até aqui, divulga somente informações de interesse do governo norte-americano. Como já salientamos, as vozes contrárias aparecem raramente.

O outro lado começa a aparecer quando *Veja* apresenta o país que será invadido pelos Estados Unidos: o Afeganistão. Sob o título: “Este país já está arrasado” (*Veja*, 26/9/2001, p. 52-53), *Veja* constrói um país miserável, destruído, no qual a população vive em total ignorância sob o governo fundamentalista do Talibã.

Afeganistão tem dois aliados que nunca falharam: a miséria e a montanha. [...] O atraso endêmico e a destruição provocada por 22 anos de guerras sucessivas são de tal ordem que há poucos alvos dignos do nome ao alcance da operação de mobilização militar desfechada para vingar os atentados terroristas contra os Estados Unidos. Não é fácil escolher o que bombardear num país sem estradas, sem hidrelétricas, sem pontes nem instalações de telecomunicações. Pior: o Afeganistão, além de tudo isso, já teve sua economia primitiva devastada por guerra anterior. Hoje, o país afegão é um lugar de cidades fantasma. A população está em fuga para o campo, para as montanhas, para as cavernas abertas na rocha bruta, onde, nos casos mais extremos, as pessoas conseguem sobreviver comendo os sais minerais colhidos na terra fervida. Como tornar ainda pior a vida de um povo que come terra? Como intimidar uma população mantida num estado tal de ignorância [...]. (ESTE..., 26/9/2001, p. 53).

A construção discursiva de um país totalmente arrasado e de uma população subjugada busca diminuir a rejeição aos ataques norte-americanos. O encadeamento argumentativo de *Veja* permite passar ao imaginário do leitor o Afeganistão real que ainda está na pré-história, onde a população se esconde nas cavernas e come terra. As imagens, por sua vez são utilizadas para reforçar a construção de *Veja*.



Figura 12 Edição de *Veja* de 26/9/2001 p. 56 e 57

Como afirmamos, *Veja* utiliza as imagens para reforçar a construção de um Afeganistão atrasado e violento: a primeira imagem (Figura 12) traz várias mulheres afegãs em fila para receber alimento, não é possível identificar seus rostos, pois estão utilizando burca. Aliás as mulheres afegãs durante o regime Taleban eram obrigadas a utilizar a burca, uma vestimenta que cobria o corpo todo, inclusive o rosto, o que figurativiza para o Ocidente prisão, opressão e submissão. No entanto, a burca é uma tradição milenar no Afeganistão, ou seja, faz parte de sua cultura.

No Afeganistão, por outro lado, cada mulher era considerada legalmente submissa a algum homem; elas eram obrigadas a vestir a burca, que vela totalmente não apenas o corpo como também o rosto; as filhas eram proibidas de ir à escola, as mães, de trabalhar fora de casa; e todas só podiam aparecer em público acompanhadas de um parente masculino legalmente responsável por elas. (Algumas regulamentações afegãs existem também na Arábia Saudita, onde as mulheres são proibidas de dirigir). (DEMANT, 2004, 160).

A segunda imagem (Figura 12) é forte: traz dois homens enforcados. A legenda explica: “O futuro dos poderosos: O Afeganistão não garante aposentadoria tranquila para seus presidentes. O último executado foi Najibullah, morto, com o irmão, pelo Taleban” (ESTE..., 26/9/2001, p. 57).

Com a invasão do Afeganistão, a mídia semanal apresentou aos leitores a milícia nacionalista Taleban, que governava o país com mão de ferro, submetendo os afegãos a normas rígidas de conduta, como a proibição aos homens de se barbearem e o banimento da televisão. A rede discursiva construída pelos veículos qualifica implicitamente os islâmicos de violentos, antiocidentais e terroristas. Como argumenta Cytrynowicz (in PRADO, 2008), há uma simplificação grosseira das informações. Para que o leitor compreenda o texto apresentado, a mídia procura organizar a leitura em um sentido lógico, trazendo uma polarização maniqueísta e simplificadora do Islã e dos vários grupos nele inseridos. As informações são tão deficientes que não há menção que o mesmo Taleban, hoje apresentado como terrorista, serviu aos propósitos norte-americanos após a derrota da ex-URSS no Afeganistão: no momento em que a política norte-americana buscava um aliado, o Taleban não era discursivizado como violento e antiocidental.

Por pura desfaçatez, *Veja* credita a criação do Taleban ao Paquistão. Na verdade, o grupo foi apoiado pelos Estados Unidos desde o seu início, que auxiliaram na sua criação. “O Talibã é uma criação do serviço secreto do Paquistão, que acabou fugindo do controle daqueles inicialmente patrocinaram o movimento.” (A GUERRA..., 26/9/2001, p. 50).

Anteriormente, havíamos comentado sobre a ausência de vozes dissonantes nos textos de *Veja*. O veículo traz a declaração do chefe religioso Mawlawi Abdul Zahir. No entanto, o enunciador interpõe marcas que ressaltam ironia. Vejamos:

Reunido na semana passada em Cabul com seus **colegas de turbante** para, ostensivamente, decidir o destino de Osama bin Laden, o chefe religioso Mawlawi Abdul Zahir invocou esse passado: “Estamos prontos para nos defender se os americanos atacarem”, disse. “Nós já derrotamos seus avós ingleses e seus irmãos russos.” O **incauto senhor** certamente ignora a potência da máquina militar americana – e a posição que a resposta ao terror passou a ocupar no cerne do interesse nacional dos Estados Unidos. (ESTE..., 26/9/2001, p. 56, grifo nosso).

Veja utiliza a fala do chefe religioso para sobrepor seu discurso e desqualificar o oponente com ironia e falta de respeito, utilizando termos como “colegas de turbante” e “incauto senhor”. Além disso, indiretamente e mais uma vez associa o Islã ao terror.

Ao lado de terror, guerra também remete ao conceito de palavras de ordem, formulado por Gilles Deleuze (conforme discutimos no capítulo 2). Se com terror havia a vinculação direta ao islamismo, no caso de guerra também há essa vinculação, mas de uma forma maniqueísta, a guerra justa é travada pelo Ocidente (que representa o Bem, com os EUA à frente) contra o Islã (que representa o Mal). Para tentar descaracterizar essa vinculação, que nada mais é do que a lógica do discurso oficial, *Veja* se utiliza do apoio de um país islâmico à guerra:

A mudança de lado da Arábia Saudita sinalizou para todo o mundo islâmico que a guerra é para valer. Sinalizou também que, com os sauditas ao lado deles, os americanos não podem estar numa cruzada contra o Islã. Querem pegar malfeitores entocados num país islâmico. Isso é outra coisa. (A RATOEIRA..., 3/10/2001, p. 46).

A desfaçatez é uma característica do enunciador de *Veja*. Ela é construída com o objetivo de escamotear a verdadeira informação. Em função disso, produz um efeito de um certo alívio ao leitor. A vinculação terror/guerra/Islã é recorrente, no entanto, se utiliza do apoio da Arábia Saudita à invasão ao Afeganistão para persuadir ao leitor e dizer que guerra não é contra o Islã, mas contra um grupo de malfeitores que está escondido em um país islâmico. Utiliza a frase “Isso é outra coisa”, mas não esclarece que coisa é essa. Ora, se o motivo é esse, por que a guerra? Se é um grupo de malfeitores e não mais de terroristas, é mais fácil solicitar ajuda ao governo do país para que capture os tais bandidos. No entanto, os motivos reais não são apenas capturar Bin Laden e seu bando, mas outros, inconfessos, como já discutimos anteriormente.

À medida que se aproximava o início da invasão ao Afeganistão, que se efetivaria dia 7 de outubro de 2001, os protestos mundiais aumentavam. Não havia como ignorá-los, como *Veja* fizera até aquele momento. No entanto, o veículo, para não alterar seu discurso, passa a acusar de demagogos os participantes de tais protestos. As marcas espalhadas pelo enunciador para persuadir o leitor são inúmeras, a começar pelo título da reportagem, também manchete de capa: “O vírus anti-EUA” (*Veja*, 3/10/2001, p. 1, 54-55). A seguir, destacamos algumas das marcas espalhadas pelo enunciador:

Por mais graves que tenham sido os erros e até os crimes cometidos pelos americanos em sua expansão imperial no decorrer do século que se encerrou, as críticas de que foram alvo em demonstrações pelas capitais do mundo na semana passada eram elas próprias um **atentado ao bom senso**.

Manifestações antiamericanas como essas, num momento de genuína consternação planetária contra o ato terrorista, **são intrigantes**.

Bastou que circulassem as primeiras imagens dos caças F-16 e dos porta-aviões americanos pelas redes de televisão para que o **fervor antiterrorista fosse remodelado para uma mobilização contra a guerra de vingança dos americanos**.

Nos países islâmicos, parecia um **teatro orquestrado** e perfeitamente natural.

A livre discussão das idéias é sempre um oxigênio na vida das nações porque libera pressões modernizantes que de outra forma ficariam represadas. Mas, no caso das manifestações da semana passada, o que se viu em muitos lugares foi a **união velhaca de raposas de esquerda e da direita**, fazendo proselitismo.

Com ligeiras variações foi o que se viu de alguns porta-estandartes da esquerda brasileira e também de representantes indistintos da tolice nacional.

Ato terrorista é culpa de terrorista em qualquer país que seja cometido.

Primitivo como ideologia de mobilização, o antiamericanismo é um fenômeno que merece reflexão.

De um lado é **típico dos impérios**, em todos os tempos, **atrair desafiantes ousados e doses cavaleares de antipatia**.

Pode-se acrescentar outro ingrediente, a **inveja pura e simples**. (O VÍRUS..., 3/10/2001, p. 55-63, grifo nosso).

Nas marcas destacadas em negrito, o que se percebe é um enunciador seguro e defensor incondicional da guerra, que desqualifica quaisquer atos que caminhem em sentido contrário ao seu discurso. Fiel a seu leitor, *Veja* defende valores conservadores e ataca qualquer possibilidade de contestação da liderança norte-americana. Qualifica as críticas às ações dos norte-americanos como atentado ao bom senso, ou seja, utiliza um vocábulo ligado ao terror – atentado - para um protesto democrático. Além disso, coloca em dúvida a espontaneidade das manifestações ao apontá-las como intrigantes, o que deixa implícito que elas podem ter sido orquestradas. Apesar de defender valores conservadores, *Veja* não se furta em criticá-los quando necessário, ao apontar que os protestos uniram as raposas da esquerda e da direita. No entanto, não aponta quem são as raposas. Já no Brasil, apenas a esquerda foi nominada indistintamente. Ao

desqualificar qualquer crítica contra os norte-americanos, *Veja* provoca no leitor um efeito de letargia, pois ele deve aceitar o contrato proposto sem qualquer reação.

De nada adiantaram os protestos, a invasão seguiu avante. Com os objetivos de derrubar o Taleban, milícia que governava o Afeganistão, capturar Bin Laden vivo ou morto e desmobilizar a Al Qaeda, os EUA iniciaram os bombardeios aéreos, apoiados em terra pela Aliança do Norte, milícia que combatia o governo do país. O que se vê nas páginas de *Veja* em todas as reportagens sobre o tema é a descrição em detalhes da “formidável máquina bélica dos Estados Unidos” (A GUERRA..., 26/9/2001, p. 45), os planos de ataque e ações a serem desenvolvidas no Afeganistão. É a típica guerra de *release*. No entanto, seria novidade se ocorresse o contrário, pois o que *Veja* faz é seguir com seu encadeamento argumentativo já analisado neste trabalho. A invasão caminhava para um final frustrante para os norte-americanos que não conseguiam capturar Bin Laden, um fiasco, dado o poderio militar dos EUA mostrado em “prosa e verso” por *Veja*. No entanto, o enunciador anuncia a vitória na capa da edição de 12 de dezembro de 2001, com a manchete “A derrota de Bin Laden” (*Veja*, 12/12/2001, p. 1). A articulação discursiva de *Veja* permitiu fazer-creer ao leitor que mesmo sem a captura de Bin Laden, os Estados Unidos saíram vencedores.

O que se viu foram bandos talibãs aproveitando para saquear a cidade e escapar carregados de mercadorias roubadas. Terminou assim, sem os propalados atos de martírio ou heroísmo, o reinado da milícia que durante cinco anos impôs um regime de pesadelo fanático à maioria dos afegãos. A derrota do Talibã, agora reduzido a uns poucos bolsões recalcitrantes, não é o fim da guerra no Afeganistão, que continua dilacerado pelas rixas entre tribos e facções guerreiras. Mas, no que diz respeito à campanha movida naquele país pelos Estados Unidos, na sexta-feira passada só restava completar um objetivo essencial: a captura ou morte de Osama Bin Laden, o homem que orquestrou os atentados contra Nova York e Washington em setembro. (A DERROTA..., 12/12/2001, p. 39-40).

Para *Veja*, não importa a situação do país invadido, já que o objetivo dos EUA foi conseguido: expulsar o Taleban do poder e encurralar Bin Laden e a Al Qaeda. Dorneles entende que

Afinal, tinha se dado a impressão de vitória. Cabul tinha sido tomada, houve festa. O Talibã foi varrido do poder. E essa era a imagem que deveria prevalecer, não a do fracasso em prender Bin Laden ou mesmo mulá Omar, ou ainda detalhes incômodos de morte de civis e destruição do país. (DORNELES, 2002, p. 33).

O contrato proposto por *Veja* trazia a aceitação incondicional da guerra e a vitória dos norte-americanos como única opção. Ao final, como assinalamos no trecho acima, o enunciador fechou o campo discursivo com a vitória, anunciada desde o início.

A invasão ao Iraque, por sua vez, não contou com a simpatia da maioria dos governantes do Ocidente, além disso, diferentemente do que ocorreu com a invasão ao Afeganistão, não teve o aval do Conselho de Segurança da ONU. No entanto, o enunciador de *Veja* mantém-se firme e utiliza as mesmas estratégias discursivas anteriormente aplicadas à invasão do Afeganistão: apoio incondicional à guerra e certeza da vitória.

Ao despachar mais de 250.000 soldados e cinco porta-aviões do poderio bélico mais moderno do planeta para a região do Golfo Pérsico, o presidente americano George W. Bush tornou sem volta sua decisão de invadir o Iraque e derrubar o ditador Saddam Hussein. No plano militar, não é difícil prever como a guerra vai terminar. Saddam deposto, seu Exército prostrado e seu arsenal de armas químicas e biológicas, seja quais forem suas reais dimensões, destruído. (BARELLA, 12/3/2003, p. 62).

Veja articula seu discurso dispondo elementos, como poderio bélico mais moderno do planeta e decisão sem volta de invadir o Iraque, que levam o leitor a crer que os EUA arrasarão seu oponente, o ditador Saddam Hussein. Além disso, avisa no título que “Bush atacará com ou sem a ONU” (BARELLA, 12/3/2003, p. 62).

Como Bush estava ficando isolado, já que não conseguia apoio para invadir o Iraque, tinha a seu lado pouquíssimos países, entre eles Inglaterra e Espanha, *Veja* introduziu uma estratégia emergencial que não nega a guerra, mas reprova a maneira como o presidente norte-americano a está conduzindo. Na capa da edição de 19/3/2003, a manchete (Figura 13) aponta “O erro de Bush” (*Veja*, 19/3/2001, p. 1). No olho, o enunciador acrescenta detalhes: “Tratar essa guerra como uma cruzada do bem contra o mal” (*Veja*, 19/3/2003, p. 1).



Figura 13 Capa de *Veja* de 19/3/2003

A fotomontagem apresenta detalhe do rosto de Bush, de perfil, com o olhar fixo em algo que não pode ser identificado, tendo, ao fundo, Saddam Hussein, com o olhar dirigido ao leitor. O olhar fixo de Bush figurativiza o seu isolamento frente ao mundo, atormentado pelo incômodo inimigo, cuja foto é reproduzida num tom sépia, o que denota atraso, passado. Há uma foto em tamanho menor, que reproduz a imagem de outro tormento de Bush, Osama Bin Laden, que jamais foi capturado. O isolamento de Bush começou no momento em que os EUA passaram a insistir na invasão do Iraque sem apresentação de prova alguma da culpabilidade de Saddam Hussein em produzir armas de destruição em massa.



Figura 14 Edição de *Veja* de 19/3/2003 p. 46-47

A imagem acima de certa maneira complementa a capa (Figura 14). Bush de costas, caminha só, em um enorme salão, o que figurativiza o pouco caso que o presidente norte-americano tem pela opinião maciça das pessoas contrárias à invasão do Iraque, além disso, demonstra o seu total isolamento potencializado pelo título “Potência isolada” (*Veja*, 19/3/2003, p. 46-47). A legenda acrescenta outros elementos: “Bush contra todos - A cruzada do presidente americano: visão fundamentalista do mundo e prova da esmagadora supremacia dos Estados Unidos” (*Veja*, 19/3/2003, p. 47). Essa é uma das raras vezes que *Veja* qualifica o presidente norte-americano de fundamentalista. Bush sempre tentou dar contornos religiosos à *Guerra ao Terror*, ao admitir que conversava com Deus.

Em relação ao Iraque, o enunciador de *Veja* não sanciona de imediato o discurso do governo dos EUA e, apontar os equívocos do presidente norte-americano em relação à falta de consenso sobre a invasão ao Iraque.

Há várias razões certas para investir na derrubada da ditadura de Saddam Hussein, no Iraque. O presidente americano George W. Bush escolheu a errada: ele resolveu fazer uma guerra contra um país inteiro, o Iraque, sob o pretexto de que está conduzindo uma cruzada do bem contra o mal, da democracia contra a ditadura, de Deus contra Satã. Sem se constranger pela falta de apoio que está tendo na Organização das Nações Unidas para sua guerra santa nem pelo repúdio internacional à guerra, o presidente Bush apela para o incontestável poderio bélico dos Estados Unidos, que pode varrer o Iraque do mapa em poucos dias, sob o pretexto de que estará realizando um trabalho em benefício da civilização contra a figura sanguinária de um homem, Saddam Hussein, e de seu círculo de asseclas instalados no poder há três décadas. Guerra é um assunto sério e, quando se mostram inevitáveis, guerras precisam ser travadas. Nesta, pronta para ser desfechada contra o Iraque, o governo Bush está movendo o Estado americano para o conflito armado que deixará vítimas e poderá ter reflexos dramáticos em toda a região do Oriente Médio. Esta guerra é pelo menos adiável – mas os caubóis do governo dos EUA resolveram tomar a iniciativa de partir para o duelo sangrento a qualquer custo. (POTÊNCIA..., 19/3/2003, p. 46, 48).

No trecho acima, o enunciador apresenta oposições explícitas: bem/mal, democracia/ditadura e Deus/Satã . Além disso, *Veja* traz elementos que fazem crer ao leitor que Bush adotou a estratégia errada para o Iraque e passa a criticá-lo, o que não fazia antes. São eles: 1) guerra é contra um país inteiro; 2) guerra é adiável. Apesar disso, *Veja* defende a derrubada de Saddam Hussein, mas não aprova o método de Bush. Em outro trecho, o enunciador insiste:

Saddam, além de presidir uma ditadura familiar e tribal que se mantém no poder à custa de tortura de opositores, do assassinato e até mesmo do genocídio, é também psicopata e sádico. [...] Governa com o auxílio dos filhos, tão cruéis quanto ele, de membros de seu clã rural e, por fim, de um círculo externo do poder, com a proteção de integrantes de sua tribo. [...] No entanto, o erro de Bush está na promoção de uma guerra contra um homem mau. Guerras não devem ser feitas por esse motivo [...]. (POTÊNCIA..., 19/3/2003, p. 48).

Veja apresenta ao leitor quem é Saddam e o qualifica como psicopata, sádico, torturador e assassino. Bush o define apenas como um homem mau. E vaticina que guerras não devem ser promovidas apenas contra um homem. . O que se nota é mudança de posição do enunciador: *Veja* defendeu a invasão do Afeganistão e aprovou a invasão do Iraque. Essa mudança de posição se deve à recusa do Conselho de Segurança em aprovar a invasão. Ou seja, *Veja* defende a guerra, mas antes de tudo

defende o valor da legalidade, e a guerra contra o Iraque era ilegal, mesmo tendo um ditador sanguinário à frente do governo.

No dia 21 de março de 2003, os Estados Unidos e aliados iniciam a sua chamada *guerra preventiva* ao invadir o Iraque. *Veja* apresenta um título espetacular na edição de 26 de março de 2003, “Apocalipse ao vivo” (*Veja*, 26/3/2003, p. 1). Tal estratégia – espetacularização da notícia é comum em todas as mídias. A imprensa, para fazer frente à TV, por exemplo, a utiliza intensamente, como no caso da capa de *Veja* (Figura 15). Para Guy Debord, “O espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos.” (DEBORD, 2005, 171).



Figura 15 Capa de *Veja* de 26/3/2003

A intensidade dos ataques aéreos causou a impressão de fim de mundo, o que se nota já pela manchete de *Veja*: “Apocalipse ao vivo”. O vocábulo “apocalipse” remete ao fim dos tempos. Já a utilização da expressão “ao vivo” é comum em TV. O enunciador propõe ao leitor que ele participe ativamente da transmissão do ataque, tal qual um jogo de videogame, o que a princípio parece ser incoerente, pois se trata de mídia impressa e não de eletrônica. No entanto, o que se nota é um esforço de *Veja* em dar o máximo de atualidade para seu texto, tanto que utiliza a palavra telespectador e não leitor. O leitor de *Veja* é convidado a participar da guerra em todos seus instantes, desde o primeiro bombardeio, apresentado na capa, até as primeiras incursões em solo. Novamente entra em cena a guerra do *release*, já que a mídia publica apenas o que o governo norte-americano divulga. *Veja* lança mão da oposição moderno/ultrapassado.

Apresenta as armas dos EUA como de última geração com mísseis guiados por satélite e a incrível quantidade de mapas, gráficos que detalham a sofisticação das armas. É o fascínio da imposição da força pela tecnologia. Mas uma tecnologia de morte.

Dentro da tática dos ataques cirúrgicos, aqueles onde somente os alvos estratégicos e militares são destruídos, segundo os estrategistas militares, o enunciador afirma que a margem de erro de um míssil orientado por satélite é inferior a 1 metro. “Ou seja, não erra. Com isso é possível reduzir o número de civis mortos”, aponta o enunciador. O leitor de *Veja* é convidado a conhecer o aparato tecnológico de guerra dos EUA Sob o título “A máquina de guerra (*Veja*, 26/3/2003, p. 58-62), *Veja* permite que o leitor entre em um mundo onde a tecnologia é fundamental. Como de hábito, ali o Outro desaparece. Quando surge está subjugado, ou seja, em posição inferior, como nas imagens abaixo (Figura 16).



Figura 16 Edição de *Veja* de 26/3/2003 p. 56

Em ambas as imagens, soldados iraquianos são presos pelas forças invasoras. O enunciador negativiza o Outro, já que foi rendido e está preso, sem poder de reação. A segunda imagem é mais contundente, na qual um soldado iraquiano, na mira de um fuzil, recebe água de outro soldado invasor: a mão que afaga é a mesma que mata.

No curso da invasão, *Veja* continua apontando erros de estratégia dos norte-americanos. No entanto, logo em seguida relata a correção. O enunciador de *Veja* coloca-se na posição de analista e aponta ao leitor qual a melhor estratégia a ser seguida. Apontam-se erros, mas o Ocidente (EUA) nunca é desqualificado, diferentemente com o que ocorre com o oponente.

A campanha para depor Saddam Hussein foi montada com base na teoria de um exército tecnologicamente avançado vence mais por sua velocidade e poder de fogo do que pela massa e pelos músculos. O general William Wallace, um dos comandantes das forças de invasão, admite agora que não poderá tirar Saddam de seu bunker em Bagdá com a quantidade relativamente modesta de tropas que tem à mão dentro do território iraquiano. O erro tático de mandar pouca gente para a guerra começou a ser corrigido na noite de quinta-feira, com o anúncio do envio de mais de 120.000 soldados. (KLINTOWITZ, 2/4/2003, p. 43).

Nota-se que o enunciador anuncia o tal erro tático – tropas modestas -, mas logo em seguida aponta a solução – envio de mais soldados.

O sorriso tornou-se a medida do sucesso da campanha norte-americana no Iraque. O enunciador de *Veja* engajou-se na batalha por sorrisos, já que isso era considerado fundamental. Ao lado de tanta destruição, *Veja* regoziza-se da vitória, cujo *lead* da reportagem é colocado estrategicamente ao lado de uma foto que retrata um garoto iraquiano (Figura 17), possivelmente nos braços do pai, beijando um soldado invasor. É a figurativização da vitória, ou do agradecimento pela invasão, como deixa implícito o enunciador na legenda.



Figura 17 Edição de *Veja* de 16/4/2003 p. 52 e 53

3.1 Créditos alheios

Ao contrário de *Veja*, que assumiu a defesa intransigente da invasão logo após os ataques aéreos de 11 de setembro, *Época* preferiu creditar essa defesa a outros

veículos, ou seja, eximiu-se de um apoio incondicional imediato e adotou a cautela como estratégia.

Muitos analistas e colunistas de jornais de prestígio recomendam a retaliação mesmo que as evidências de autoria não sejam 100 por cento. Dizem também que os Estados Unidos precisam estar preparados para infligir perdas ao inimigo, mesmo que ao custo de “danos colaterais”, eufemismo para a morte de civis inocentes. Nas guerras, isso é inevitável. (A RESPOSTA..., 17/9/2001, p. 39).

Época busca persuadir o leitor apostando na cautela, mas afirmando que veículos de prestígio defendem a guerra. Essa postura, entretanto, não significa que o enunciador adotará uma postura neutra. Na edição de 24 de setembro de 2001, a capa, com a manchete “A caminho da guerra” (*Época*, 24/9/2001, p. 1), marca o apoio de *Época* à guerra, ainda que tímido.

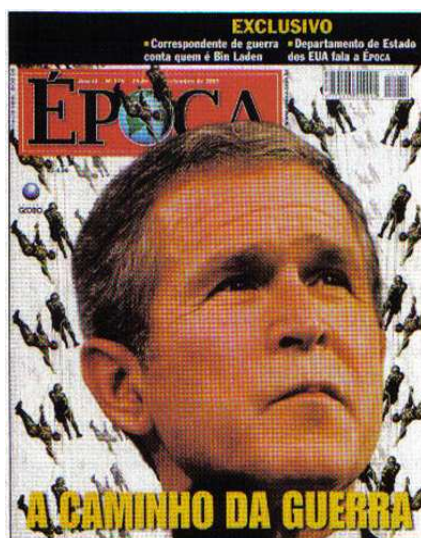


Figura 18 Capa de *Época* de 24/9/2001

A imagem da capa (Figura 18) é uma fotomontagem e mostra Bush, em close, com olhar firme, circunspecto, seguro de si, aplicado sobre um fundo composto por vários soldados amarrados em cordas. O olhar decidido, traduzido na foto, associado à manchete, não deixa dúvida: Bush está a caminho da guerra, e *Época* vai acompanhá-lo.

Época qualifica de histórico o discurso de Bush no Congresso norte-americano, feito dias após os ataques aéreos de 11 de setembro. O enunciador acentua que Bush passou de um chefe de Estado morno para um presidente na plenitude de seus poderes. Além disso, lança mão do uso de aspas para dizer por meio de outro, o que, na verdade, funciona como sanção: “Bush disse que ‘a nossa guerra não vai terminar até todo grupo

terrorista global ter sido encontrado, parado e derrotado.” (SARDENBERG, 24/9/2001, p. 35).

Depois de recorrer à opinião de outros veículos na aceitação da guerra, *Época* encontra eco na população norte-americana. “A população dos Estados Unidos aguarda por um golpe espetacular que ajude a esquecer a dignidade machucada, os amigos mortos, as cenas de horror que a memória não deixa apagar.” (SARDENBERG, 24/9/2001, p. 39). *Época* fica ao lado da população norte-americana e pede guerra.

O envio de um repórter ao local do conflito não garante isenção na cobertura. No entanto, pode resultar em algo um pouco diferente das matérias quase que totalmente editorializadas e abastecidas por agências internacionais. Com essa atitude, percebe-se uma mudança no tratamento do Outro. As vozes dissonantes aparecem e não são ridicularizadas como em *Veja*. Por exemplo, anteriormente fizemos referência ao verdadeiro motivo da invasão ao Afeganistão pelos EUA, o petróleo. *Época* dá voz a um cientista paquistanês que tem o mesmo entendimento: “Observadores como o cientista político Maqbool Bhatti acreditam que o verdadeiro objetivo americano é se implantar de vez no Novo Grande Jogo do gás e do petróleo na Ásia Central – o novo Oriente Médio em termos de energia.” (ESCOBAR, 1/10/2001, p. 40).

Época vê a invasão ao Afeganistão sob o ponto de vista do Paquistão. A explicação para isso é simples: o repórter do veículo está no país que faz fronteira com o Afeganistão. Diante disso, não deixa de ser inusitado um relato como este:

Muhamad Raza, um comerciante afegão de Sarak, perto de Jalalabad, estava a caminho de casa às 9 horas da noite do domingo 7, quando um míssil de US\$ 1 milhão explodiu a sua frente. No dia seguinte, Raza estava no Khyber Teaching Hospital de Peshawar, no Paquistão, com ferimentos na cabeça e no pescoço – mas ainda, milagrosamente, vivo. Raza é ninguém menos que uma das primeiras vítimas – civis – do terremoto pós-Guerra Fria: a “cruzada” contra o terrorismo da Casa Branca, do Pentágono e da CIA. (ESCOBAR, 15/10/2001, p. 66).

O enunciador, num estilo diferente de reportagem, incorpora à guerra o Outro, mas não rebaixado, inferior. Trata-o com dignidade. É oposto de *Veja*, que, invariavelmente, quando dá voz ao Outro, apresenta-o negativado.

Entretanto, *Época*, a exemplo de *Veja*, também ressalta a superioridade do aparato bélico norte-americano. “A primeira etapa está em andamento e é um sucesso, não apenas porque os americanos concentraram um poderio aéreo avassalador na região

– a Ásia Central -, mas também em razão da penúria militar do Afeganistão.” (SUPREMACIA..., 15/10/2001, p. 74).

Conforme, ocorreu em *Veja*, a intertextualidade se manifesta em *Época* em relação ao Vietnã. O conflito que atormenta a mente dos norte-americanos surge como um texto ‘implícito’, onde a sua simples menção já incorpora os seus efeitos. “O temor de um novo Vietnã, o maior desastre militar da história recente americana, está empurrando os americanos para outra solução.” (MOSCHELLA, PIMENTA e LOPES, 22/10/2001, p. 45).

Época explica que a outra solução que os americanos encontraram é colocar a Aliança do Norte na batalha terrestre. A lógica norte-americana funciona assim: o ataque aéreo, sim; ataque terrestre, que, certamente, fará vítimas, não. O negócio é enviar “um punhado de bons assassinos” (MOSCHELLA, PIMENTA e LOPES, 22/10/2001, p. 45), como diz Warner Schilling, professor de Relações Internacionais da Universidade de Columbia. A Aliança do Norte é um grupo armado que combateu a invasão soviética, nos anos 80, e é inimigo do Taleban.

A construção temática de *Época* dá voz ao Outro, mas sem rebaixá-lo, apesar do apoio à invasão ao Afeganistão. O enunciador poupa os civis, mas não os integrantes da milícia Taleban.

A ruína do Taleban trouxe liberdade ao Afeganistão. Após a fuga líder supremo do Taleban, mulá Mohamed Omar, *Época* busca persuadir o leitor de que a liberdade e a felicidade só chegaram ao Afeganistão com a intervenção dos EUA, os paladinos da justiça. Somente Bin Laden continua foragido.

Agora é pessoal. Derrubado o governo do Taleban, objetivo inicial da intervenção americana no Afeganistão, a máquina de guerra dos Estados Unidos se mobiliza para caçar Osama bin Laden, o líder da organização terrorista Al Qaeda e principal suspeito pelos ataques de 11 de setembro ao World Trade Center e ao Pentágono. (A CAÇADA..., 3/12/2001, p. 92).

O enunciador inverte as prioridades, já que o objetivo principal da ação no Afeganistão era caçar Bin Laden e o seu bando. No entanto, para não fazer crer ao leitor que houve uma derrota dos norte-americanos, inverte e coloca o que é primeiro em segundo plano.

[...] o presidente americano George W. Bush comemorava a queda do último reduto da milícia fundamentalista Taleban. “Outros países tentaram conquistar o Afeganistão e fracassaram”, discursou aos marinheiros. “Nós, os

Estados Unidos, fomos libertar o Afeganistão e tivemos sucesso.” (ESCOBAR, 10/12/2001, p. 91).

Época produz em seu discurso a mesma inversão que o governo Bush. Antes de iniciar a guerra, o objetivo era caçar Bin Laden; como a operação foi um fracasso, o sucesso da empreitada consistiu em levar a liberdade ao Afeganistão. É a mesma operação verificada em *Veja*. O enunciador de *Época*, no entanto, não demonstra reprovação ou não faz qualquer crítica, apenas sanciona o discurso hegemônico.

Em relação à invasão do Iraque, *Veja* propôs um contrato de sanção à invasão, não sem antes enumerar todos os perigos de uma decisão contra tudo e contra todos, que foi o que efetivamente aconteceu. *Época* apenas relata, sem, no entanto, apontar erros ou exercer qualquer crítica.

No campo de combate que se tornou o Conselho de Segurança da ONU, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, corre o risco de ficar sem nenhuma legitimidade internacional para levar adiante seu plano de invadir o Iraque e derrubar o ditador Saddam Hussein. (CAVALLARI, 3/3/2003, p. 58).

Época transfere termos de guerra para a área diplomática, ou seja, atribui valores bélicos a uma questão que envolve a consciência de pessoas, não uma luta. No trecho acima, há referência a combate. Da mesma forma, no título, “A batalha de Nova York” (CAVALLARI, 3/3/2003, p. 58) –cuja matéria incorpora o trecho apresentado anteriormente-, o enunciador utiliza o termo “batalha”. Além disso, questiona a legitimidade da ação caso Bush não obtenha o aval do Conselho de Segurança da ONU.

Na edição de 10 de março de 2003, *Época*, já no título, anuncia que “A guerra divide o mundo”. Com isso, o veículo faz crer ao leitor que a invasão é iminente em que pesem todas as negativas e derrotas sofridas pelos EUA no campo diplomático. Somem-se a isso relatórios de uma equipe da ONU que inspeciona o desarmamento do Iraque e aponta o cumprimento de algumas determinações.

Mas Bush tem pressa, e *Época* relata: “Bush, evidentemente, não está disposto a esperar tanto tempo. Numa entrevista coletiva na quinta-feira, o presidente ficou a um passo da declaração de guerra.” (FUSER; CAVALLARI, 10/3/2003, p. 57). Como se fosse uma trama folhetinesca, *Época* apresenta, na edição de 17 de março de 2003, o próximo capítulo e dá como certo o início da invasão a começar pelo título da reportagem “A um passo da guerra” (CAVALLARI, 17/3/2003, p. 44). O enunciador avisa: “O presidente americano, George W. Bush, o primeiro-ministro britânico, Tony

Blair, e o espanhol, José María Aznar, estão dispostos a ir à guerra mesmo sem o apoio da ONU.” (CAVALLARI, 17/3/2003, p. 44). A exemplo da edição anterior, *Época* relata a ameaça da invasão. A oposição moderno (Ocidente) ultrapassado (Islã) também está presente em *Época*, a exemplo de *Veja*.

Na quarta-feira, os iraquianos mostraram seu temido aparelho. Parece um aeromodelo, grande e tosco. Voa por controle remoto, mas seus operadores o comandam a olho nu, o que significa que não pode ir mais longe do que uns poucos quilômetros. Desenvolvido para realizar voos de reconhecimento, foi abandonado, segundo os iraquianos, porque apresenta problemas de aerodinâmica quando carrega câmeras ou outros instrumentos. Não assusta nem uma criancinha. A guerra de Bush deve começar sem nenhuma prova concreta contra Saddam Hussein. (CAVALLARI, 17/3/2003, p. 46).

Como se percebe, *Época* trata com desdém e fina ironia armas ou aparelhos dos iraquianos. Para o enunciador, o Iraque não assusta ninguém, mas será invadido sem prova concreta alguma contra Saddam Hussein. A guerra preventiva que surge em *Veja*, desaparece em *Época*.

O que *Veja* denominou de “apocalipse”, *Época* qualificou de “choque e pavor”, o que, por sinal, é a manchete do veículo na edição de 24/3/2003. “Nas semanas que antecederam o ataque, porta-vozes do Pentágono usavam a expressão ‘choque e espanto’ para definir o efeito que a máquina de guerra dos EUA causaria sobre o Iraque.” (FUSER; CAVALLARIA, 24/3/2003, p. 34).

Época propõe um contrato no qual sanciona a guerra. O efeito de comunicação produzido no leitor faz com que ele aceite a guerra como um processo natural e que os EUA sairão vencedores ao impor a sua máquina de guerra. O enunciador busca aparentar não ser adesista quando classifica o império americano de arrogante, além de atribuir à extrema direita dos EUA o sonho de dominar o mundo. No entanto, o enunciador corrobora todas as ações que têm esse domínio como meta, ao introduzir no campo discursivo elementos que não questionam o conflito.

O enunciador procura demonstrar indignação ao classificar a guerra de horror, mas para por aí. O restante nada mais é do que uma mera descrição do que ocorre no dia-a-dia da batalha, sempre na visão do Ocidente. Como acentuamos em *Veja*, trata-se de mera transcrição de *releases*, o que deixa isso claro são as fontes utilizadas, todas oficiais. Como a imprensa não tem acesso ao campo de batalha, fica na dependência dos *releases* divulgados pelo exército norte-americano. O Outro, como em *Veja*, só aparece subjugado, como na página abaixo (Figura 19).



Figura 19 Edição de *Época* de 24/3/2003, p. 35

Na imagem, distribuída pela Agência Reuters, que também foi utilizada por *Veja*, o olhar do leitor é levado para caminhar da esquerda para a direita, o mesmo sentido da leitura ocidental. Soldados iraquianos, alguns com as mãos à cabeça, são rendidos pelas tropas aliadas. Eles, na foto, estão numa posição de suposta superioridade em relação ao soldado aliado, que está no canto direito inferior. No entanto, a posição do soldado aliado, mesmo abaixo dos iraquianos, apresenta superioridade por meio da força, já que é único dentro do enquadramento que carrega uma arma. Na composição da página, a foto não deve ser observada isoladamente. No meio do texto verbal há um grafismo com uma frase em destaque: “O regime iraquiano terá de assumir, logo no início, que o fim é inevitável” Richard Myers, general americano. (FUSER; CAVALLARI, 24/3/2003, p. 35). A frase remete à foto. Os soldados, já rendidos, terão de admitir que o fim é inevitável.

A violência é inerente à guerra. No entanto, *Época* relata o receio das forças aliadas de que as forças iraquianas praticassem atos de violência contra civis. Ora, soa cínica a colocação. Por acaso, as tropas aliadas não praticam atos de violência quando despejam toneladas de bombas, ditas teleguiadas, e matam famílias inteiras de inocentes?

Outro receio era de que as forças iraquianas praticassem atos de violência – talvez, até, com o uso de armas químicas – contra a própria população civil a fim de lançar uma maré de refugiados no caminho dos invasores. Se algo se pode dizer com certeza, é que Saddam vivia no fim da semana passada seus derradeiros momentos de poder. (FUSER; CAVALLARI, 24/3/2003, p. 39).

No trecho acima, há algumas marcas a serem destacadas: 1) o medo da violência contra civis por parte das forças iraquianas, já comentado acima; 2) uma das raras vezes

que o termo “invasor” aparece; 3) certeza da vitória, como em *Veja*. Essas marcas demonstram que o contrato de *Época* não difere em essência do de *Veja*.

Época traz uma reportagem que tenta inverter a situação de desaprovação mundial da invasão ao Iraque. Aliás, essa estratégia da inversão de valores é comum no veículo e começa pelo título: “Nem todos contra Bush” (*Época*, 24/3/2003, p. 48). O enunciador busca fazer crer ao leitor que Bush não está sozinho, pois nas populações dos Estados Unidos e Inglaterra cresce o apoio à invasão.

O encadeamento argumentativo prossegue com as manifestações contrárias, que logo depois são amenizadas com os índices de aprovação nos EUA e na Inglaterra:

Uma onda de protestos contra a guerra no Iraque eclodiu na quinta-feira em cinco continentes. O “dia da vergonha”, apelido dado ao movimento por manifestantes britânicos, começou na Ásia e na Austrália e rapidamente alcançou o Oriente Médio, a Europa e a América. Em 30 cidades do planeta, centenas de milhares de pessoas saíram às ruas gritando slogans que se transformaram em bandeira universal: “no blood for oil”. A ideia de que a guerra é uma injustificável disputa pelo petróleo do Iraque fez a cabeça de manifestantes, na maioria jovens. [...] Nada menos que 71% dos americanos agora concordam com a invasão. Na Inglaterra, a oposição à guerra diminuiu. O apoio à invasão do Iraque alcançou 53% da população. (NEM TODOS..., 24/3/2003, p. 48-49).

No texto, constatamos a oposição favor/contra. Como afirmamos acima, *Época* utiliza a estratégia da inversão de valores para que não fiquem tão claras as oposições. Tal estratégia produz como efeito de comunicação a sensação de que a desaprovação à guerra não é tão grande, já que o que fica por último é a marca da aprovação. No entanto, não há como o enunciador desprezar o clamor das ruas e as imagens são todas contrárias à invasão (Figura 20).



Figura 20 Edição de *Época* de 24/3/2003 p. 48 e 49

As imagens figurativizam a onda de antiamericanismo que ficou mais forte após a invasão ao Iraque. O ato de queimar uma bandeira traduz imenso ódio e desprezo dos manifestantes por um país; a ridicularização de políticos é muito comum nestas manifestações. Na foto localizada no canto direito inferior, Bush é retratado como um vampiro, que suga o sangue dos iraquianos.

Época se caracteriza também por apresentar construções insólitas. Não foram raras as vezes que o veículo tratou o tema da inclusão do Brasil na guerra. O enunciador aponta ao leitor que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva era contra a guerra, mas agora torce por uma vitória rápida dos norte-americanos, tudo por causa da economia. “Depois de ficar contra a guerra, cabe-lhe agora torcer por uma vitória rápida dos americanos”, aponta *Época*. Mas a argumentação mais tola está presente numa legenda:

Perigo na vizinhança – O ataque dos EUA ao Iraque levanta a questão se o governo Bush não vai usar o mesmo método para eliminar os guerrilheiros das Farc na Colômbia [...]. O governo Lula continua, porém, a seguir a mesma política de FHC: é melhor não se intrometer nos assuntos internos dos outros (EVELIN e CAPARELI, 24/3/2003, p. 58).

O veículo propõe ao leitor refletir sobre a possibilidade de os Estados Unidos invadirem a Colômbia para caçar os guerrilheiros das Farc, a exemplo do que fizeram no Iraque para caçar Saddam Hussein. Além disso, envolve até o governo Lula, que prefere não se intrometer em assuntos alheios.

Tal como *Veja*, o final do conflito, que culmina com a tomada de Bagdá, é festejado pelos iraquianos com sorrisos. O encadeamento argumentativo é preciso. *Época* faz crer ao leitor que em vez de balas, os soldados americanos foram recebidos com sorrisos.

Os soldados da 3ª Divisão de Infantaria dos Estados Unidos que entraram no centro de Bagdá na madrugada de 9 de abril, depois de 21 dias de campanha no Iraque, estavam prontos para enfrentar uma luta de vida ou morte. A maioria dos analistas militares, dentro e fora dos EUA, anunciava uma nova Stalingrado, a batalha mais sangrenta da Segunda Guerra Mundial. Houve até quem comparasse os soldados iraquianos a guerrilheiros, lançando o fantasma do Vietnã, tamanha a resistência que os invasores deveriam esperar das tropas inimigas. Pura lenda. Em vez de adversários, os militares dos Estados Unidos encontraram civis de braços abertos e sorrisos de alegria. No lugar de trincheiras, avenidas desertas, sob medida para o desfile de seus tanques. (FUSER, 14/4/2003, p. 43).

Podemos verificar no trecho acima: 1) Os erros de prognósticos de analistas militares; 2) O fantasma do Vietnã; 3) Pura lenda: em vez de militares, civis. Os pontos elencados demonstram que o enunciador apresentou ao leitor uma situação diversa de uma guerra tradicional, onde, ao invés de inimigos, os soldados norte-americanos encontraram civis de braços abertos e sorrisos de alegria.

3.2 Mera repetição

IstoÉ se aproxima mais de *Época* que de *Veja*. Não se alinha incondicionalmente, mas não reprovava a invasão. Na edição de 26/9/2001 anuncia que estamos “A um passo da guerra” (FREITAS JR, 26/9/2001, p. 82). As estratégias discursivas englobam não-alinhamento total, como já frisamos, e apontamento de falhas do governo dos EUA.

No coração americano também queimava o desejo de vingança. Mas no restante do mundo o apoio à guerra esfriava. A coalizão construída a toque de caixa pelo governo de George W. Bush mostrava falhas estruturais capazes de fazê-la implodir. [...] Sintomaticamente, até o nome escolhido para a operação militar – “Justiça Infinita” – deverá ser alterado para não “ofender a fé islâmica”. (FREITAS JR., 26/9/2001, p. 82)

IstoÉ aponta duas preocupações no caminho da guerra: coalizão tem problemas; medo da reação do Islã. Tais preocupações não passavam de retórica, já que o enunciador logo à frente sanciona o discurso de Bush no Congresso e avisa: (Bush) “Disse também que este será um conflito não-convencional, e que deve demorar anos. De todo modo, não deixou dúvidas de que liberou seus cães de guerra.” (FREITAS JR., 26/9/2001, p. 84). De nada adianta a coalizão passar por problemas, a guerra já está decidida, é o que o diz o contrato proposto por *IstoÉ*. O encadeamento argumentativo do veículo acrescenta um novo elemento: a associação Osama bin Laden e Saddam Hussein. O próprio enunciador atribui a sua apuração a confirmação da informação. Afeganistão, acusado de abrigar Bin Laden, e Iraque, governado por Saddam Hussein, são os alvos imediatos dos EUA.

IstoÉ, diferentemente de *Veja*, não aparenta racismo ou desrespeito ao Islã, mas procura, dentro de suas limitações, contextualizar suas informações. Aponta as dificuldades na coalizão com os países muçulmanos. *IstoÉ* explica: “Tentativa de

George W. Bush de costurar aliança dos EUA e países muçulmanos contra o terrorismo esbarra em explosivas contradições do Islã. (MAGNOLI, 26/9/2001, p. 90).

A utilização demasiada de material de agências internacionais por parte de *IstoÉ* dificulta a construção de um posicionamento próprio. Certamente, essa construção será contaminada pela visão de outros. Esse problema é sério em *IstoÉ*.

Na edição de 3 de outubro de 2001, portanto, anterior à data do início da invasão, *IstoÉ* já anunciava o conflito.

A primeira guerra do século XXI será pitoresca e sem precedentes. É abissal a disparidade tecnológica entre os americanos e os terroristas do Taleban. É o que especialistas chamam de “guerra assimétrica”, em que os adversários têm forças de tipo e envergadura distintos. (MENCONI, 3/10/2001, p. 78)

No trecho, ocorre uma associação maldosa: *IstoÉ* qualifica os componentes do Taleban de terroristas. Na verdade, a milícia Taleban é fundamentalista. Associá-la ao terrorismo traz a intenção implícita de taxar todos os fundamentalistas de terroristas, associação comum em *Veja*. A oposição moderno/atrasado surge na classificação do equipamento bélico dos Estados Unidos e do Afeganistão. O próprio título, “David e Golias”, é uma oposição.

Como *IstoÉ* fez uma cobertura extremamente burocrática da invasão ao Afeganistão, baseando-se em fontes oficiais duvidosas e material de agência, a verdadeira realidade do Afeganistão, um país miserável, que antes do conflito já estava destruído, o que fez *Veja* questionar se havia mais alvos a serem atacados, praticamente inexistente em *IstoÉ*. O Outro dificilmente tem voz. O início do conflito foi assim relatado pelo enunciador:

Os Estados Unidos e o Reino Unido tinham iniciado os prometidos ataques aéreos ao Afeganistão. A primeira investida despejaria 50 mísseis de cruzeiro Tomahawk, disparados de navios e submarinos, e centenas de bombas saídas do bojo de vários bombardeiros B-52, B-1 e B-2, demolindo instalações militares do Taleban, a milícia que governa o Afeganistão, e do grupo terrorista Al Qaeda, chefiado pelo saudita Osama bin Laden. (FREITAS JR., 17/10/2001, p. 70).

IstoÉ propõe um contrato no qual somente são informadas ações do aliados e, portanto, sob o ponto de vista do Ocidente. A invasão do Iraque não apresentou diferenciais em relação à cobertura do Afeganistão. Como *Veja* e *Época*, *IstoÉ* também desaprovou, inicialmente, a ocupação. A manchete da capa já prenuncia: “Insensatez” (*IstoÉ*, 26/3/2003, p. 1).

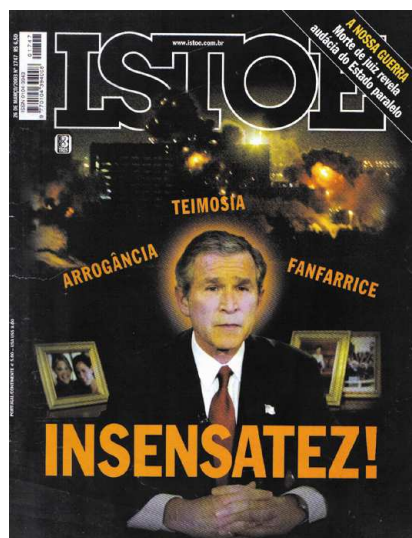


Figura 21 Capa de *IstoÉ* de 26/3/2003

A fotomontagem da capa (Figura 21) é feita com duas imagens, uma de Bush, em seu escritório na Casa Branca, tendo como fundo as explosões das bombas e foguetes despejados em Bagdá. A cabeça de Bush é circundada por uma auréola, não branca como as dos santos, mas com uma cor semelhante às chamas que saem dos edifícios bombardeados. A trindade que segue Bush, também não é a santa, mas a arrogância, a teimosia e a fanfarrice. As fotos dos filhos e esposa de Bush, enquadradas, estampam largos sorrisos, bem diferentes do sofrimento dos pais que perdem filhos e esposas nos ataques. Com a capa, o enunciador figurativiza a sua desaprovação diante da invasão do Iraque. Apesar dessa desaprovação da capa, a construção da invasão nas páginas internas não seguiu esse padrão. Os relatos soam como *releases* preparados pela assessoria de imprensa do Pentágono.

A nova guerra do Iraque começou na quarta-feira 19, à moda dos franco atiradores: com disparos calculados e esporádicos. Não aconteceu a chuva maciça de bombas prometida pelo alto comandante americano. A mudança no estilo na “hora H” nada teve a ver com dissimulação, mas sim com aquilo que se chamou “uma janela de oportunidade”. Traduzindo: houve uma tentativa de acertar o ditador Saddam Hussein com três dúzias de mísseis do tipo cruise (de cruzeiro) e mais um punhado de petardos do tipo GBU-28, pesando uma tonelada cada um e conhecidos como “aniquiladores de bunkers”. Esperava-se com isso “decapitar a liderança” iraquiana e ganhar uma guerra que, ao pé da letra, nem havia começado. Queria se dar à “raposa de Bagdá” o seu “Dia de Chacal”. (FREITAS JR., 26/3/2003, p. 26).

As informações sobre tipos de mísseis utilizados, números, peso e as estratégias configuram uma relato de “cozinha”, termo comum no jargão jornalístico quando se faz uma espécie de resumo de um texto já preparado por outro autor ou assessoria.

Para não parecer adesista e reprodutora de textos de agências, *IstoÉ* investe em algumas feridas que a invasão ao Iraque produziu. Por exemplo, em instituições multilaterais como ONU e União Europeia, já que Bush e seus aliados mandaram as duas “às favas” e invadiram o Iraque. O enunciador, por exemplo, chama Tony Blair, primeiro-ministro britânico de *poodle* de Bush.

Lamber os sapatos de George W. Bush está custando caro para Tony Blair, o primeiro-ministro britânico. Blair, que é chamado de poodle de Bush, perdeu seis membros de seu gabinete [...] em protesto contra a entrada do Reino Unido na guerra contra o Iraque sem o aval da ONU. (MELLO, 26/3/2003, p. 33).

O enunciador é até desrespeitoso. A partir da edição de 16 de abril de 2003 percebe-se que há uma alteração nas estratégias discursivas de *IstoÉ*. Em vez de simples relatos de operações das forças invasoras, que ainda permanecem, o Outro passa a ter voz e a destruição causada pelos bombardeios começa a aparecer.



Figura 22 Capa de *IstoÉ* de 16/4/2003

A cena retratada na foto que *IstoÉ* utiliza na capa (Figura 22) causou revolta no Iraque. Logo após a tomada de Bagdá, um soldado norte-americano cobriu o rosto de uma estátua de Saddam com a bandeira de seu país. O gesto foi considerado

desrespeitoso ao país, e o soldado logo retirou a bandeira. A capa, como dissemos, marca uma alteração nas estratégias de *IstoÉ*; com ela o enunciador demonstra a arrogância dos EUA, que não respeitam a soberania de outros países e os invadem sem pedir licença.

Sob o título “A marca humana” (MELLO, 16/4/2003, p. 88), *IstoÉ* passa a relatar as atrocidades cometidas pelas tropas anglo-americanas:

“A nossa casa era miserável. Por que eles a bombardearam? Quero saber se os médicos vão me dar braços novos. Se eu não recuperar as minhas mãos, vou me matar.” O comovente relato é de um menino de 12 anos, Ali Ismael Abbas, que se tornou símbolo das atrocidades que vêm sendo cometidas contra a população iraquiana nesta guerra. São inúmeros casos de civis feridos ou mortos em condições de barbárie. [...]

Por trás das câmeras que mostram iraquianos jubilosos com o fim da ditadura, existe uma realidade cruel pouco registrada pelas lentes de jornalistas estrangeiros, principalmente ocidentais. Nos corredores dos hospitais, crianças e adultos feridos se amontoam. Médicos exaustos correm de um lado para o outro. (MELLO, 16/4/2003, p. 88).

Há duas questões a serem colocadas em relação ao trecho acima: 1) dar voz ao Outro; 2) o que se passa por trás das informações oficiais, da pura propaganda. *Veja* e *Época* trouxeram iraquianos sorridentes com a chegada dos invasores, mas se esqueceram de relatar o que acontece por trás das câmeras.

O enunciador não traz um final feliz, ao contrário constrói um texto disfórico, a começar pelo título, “Sob o domínio do caos” (FREITAS JR., 23/4/2003, p. 72).

A liberdade é o caos. A assertiva é do secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld. Como prova de sua tese, exhibe-se a práxis das ruas de Bagdá que entraram em estado geral desordenado e indiferenciado de elementos que antecedem a intervenção do demiurgo, por meio do qual, um dia, ficará estabelecida a ordem universal. [...] Caos numa urbe, é isso: falta de água e eletricidade, quebra da infraestrutura hospitalar e sanitária. (FREITAS JR., 23/4/2003, p. 72).

O enunciador faz crer ao leitor que a invasão dos aliados só trouxe caos e destruição ao Iraque, sem um benefício qualquer, nem ao menos a liberdade, pois com caos não há liberdade.

3.3 Visão global

CartaCapital é exceção ao alinhamento com a política norte-americana entre as revistas: o enunciador busca entender o processo pelo qual passa o Oriente, adotando uma visão global, sem cair em estratégias maniqueístas.

Utilizando de fina ironia, *CartaCapital* coloca em dúvida as ações de Bush, além de qualificá-lo como pessoa de pouca inteligência. Com isso, busca persuadir o leitor no sentido de não entrar no jogo do Bem contra Mal, proposto por Bush, sempre com um alerta: desconfie de tudo o que vem de Bush Jr.

Na madrugada de sexta-feira, 21, após o discurso na sessão extraordinária do Congresso americano, o presidente George W. Bush colocou o mundo em pé de guerra. Entre outras de semelhante quilate, anunciou que usaria “todas as armas de guerra para esmagar o terrorismo” e exigiu do Taleban, além de Osama bin Laden, “todos os terroristas”. Bush júnior mais uma vez apelou para o velho maniqueísmo da Guerra Fria: todos os governos do mundo estão com os EUA – ou contra os EUA. (CARTA, 26/9/2001, p. 22).

A estratégia de *CartaCapital* é a desconstrução total do discurso de Bush, a cada intervenção do presidente norte-americano, o enunciador o desqualifica. Por exemplo: a frase que Bush disse e foi reproduzida por todos os veículos ocidentais, “Ou estão do nosso lado ou contra nós”. *CartaCapital* rebate e diz que tal frase é uma tentativa de reeditar o velho maniqueísmo da Guerra Fria, ou seja, algo já ultrapassado, fora de lugar.

Assim como os outros veículos, *CartaCapital* lança mão de especialistas como fontes, só que com um diferencial: não pertencem ao *establishment*. O enunciador utiliza uma dessas vozes para questionar a invasão ao Afeganistão:

Segundo cálculos de Clarke, haveria cerca de 50 terroristas responsáveis pelos recentes atentados nos EUA e mais umas 50 mil pessoas dando apoio à rede de terroristas. “Será que isso justifica bombardear o Afeganistão ou qualquer outro país?”, indaga Clarke. (CARTA, 26/9/2001, p. 23).

O especialista ouvido por *CartaCapital* é Michael Clarke, professor especializado em defesa na Universidade de Londres. O questionamento do professor coloca em xeque o motivo apresentado para invadir o Afeganistão que era o de caçar os terroristas responsáveis pelos atentados de 11 de setembro.

Mesmo com todos os tropeços de Bush, que invariavelmente cometia gafes em seus pronunciamentos, *CartaCapital* dava como definitiva a invasão ao Afeganistão. “A única certeza, na verdade, era a seguinte: a ação militar era inevitável” (CARTA,

3/10/2001, p. 34), já que não dependia do andar de Bush, mas dos interesses gerais dos EUA sob o governo republicano naquela composição. Entretanto, o enunciador postula questões, abre o campo para a investigação e o pensamento, colocando o jornalismo em sua função de questionar e de refletir sobre os fatos:

[...] quando os Estados Unidos, mais de duas semanas após os atentados contra Nova York e Washington, revidariam? [...] Quais seriam os países que dariam apoio militar aos EUA? O Afeganistão seria o primeiro alvo? O Iraque seria atacado? E como reagiriam os países árabes? (CARTA, 3/10/2001, p. 34).

Todos os questionamentos, com certeza, seriam respondidos em poucos dias, já que os EUA e seus aliados estavam próximos de invadir o Afeganistão. Na edição de 17 de outubro de 2001, sob o título “À luz das bombas” (LOBO, 17/10/2001, p. 28), *CartaCapital* anunciava o início dos ataques aéreos dia 7 de outubro.

Seguindo na estratégia de desconstrução do discurso oficial, o enunciador argumenta que os ataques liderados pelos Estados Unidos só servem de combustível para aumentar o rancor das populações árabes e muçulmanas. “Essa é uma percepção explorada por Bin Laden em seu ‘discurso da caverna’: ao vincular o fim das ações contra os EUA à conquista da paz para os palestinos.” (LOBO, 17/10/2001, p. 30).

À medida que a invasão vai se aprofundando, na mesma progressão a imprensa tem sua liberdade limitada, denuncia *CartaCapital*. Nos outros veículos, não se percebe esse tipo de protesto, já que é cômoda a posição deles no que se refere à adesão ao projeto de Bush.

Na edição de 26/3/2003, *CartaCapital* ressalta a afronta de Bush contra o Iraque, ONU e União Europeia, já que o presidente dos EUA não conseguiu aprovação para seu plano de invasão, e acentua a categoria de show do não-acontecimento, como Baudrillard nomeia a invasão do Iraque. Para esse autor, a guerra do Iraque é fantasmática, pois não tem vontade nem finalidade própria, já que com a invasão os EUA queriam purificar o acontecimento original, ou seja, os ataques de 11 de setembro. Baudrillard diz que a “guerra tem somente a forma de uma conjuração, a de um acontecimento que é justamente impossível de apagar.” (BAUDRILLARD, 2003, 68). Na capa (Figura 23), com a manchete “E o Júnior foi à guerra...”, o enunciador, com o uso de reticências provoca suspense, para, no olho, logo abaixo, acrescentar “invadiu o Iraque”. Seguindo a estratégia de desconstrução do discurso de Bush, *CartaCapital*, traz a reprodução da imagem do presidente norte-americano transmitida pela TV antes do

pronunciamento sobre o início da invasão do Iraque, quando, por erro, deixou-se mostrar sendo maquiado. Na visão do enunciador, trata-se de um presidente bronco que se arruma todo para anunciar que vai invadir um país e provocar mortes.



Figura 23 Capa de *CartaCapital* de 26/3/2003

CartaCapital aponta ainda que “é a estratégia choque e horror, confessadamente inspirada em Hiroshima, mas à prestação e em horário programado, para permitir às redes de TV agendarem a cobertura e os comerciais.” (COSTA, 26/3/2003, p. 27). Os ataques seletivos, utilizados no Iraque, que têm a função de estabelecer uma dominação rápida, foram inspirados no ataque nuclear a Hiroshima, quando foi utilizado o mesmo expediente.

Ao lado da desconstrução do discurso de Bush, *CartaCapital* também tem visão extremamente crítica em relação à invasão do Iraque e arremata: “Com suas ‘bombas inteligentes’ e ‘bombardeios humanitários’, a invasão do Iraque engrossa a imensa lista de equívocos brutais e patéticos da história militar.” (LOBO e ATHAYDE, 9/4/2003, p. 8). Enquanto as demais revistas fazem a apologia da tecnologia da máquina de guerra norte-americana, descrevendo em detalhes cada uma das armas utilizadas na guerra, *CartaCapital* caminha em sentido contrário e utiliza os artefatos de guerra para construir uma crítica dura à invasão do Iraque. O enunciador lança mão de adjetivos fortes, brutais e patéticos, para produzir no leitor um efeito de repulsa à invasão do Iraque.

Capítulo 4 Estado de exceção

A política belicista empregada por Bush e seus aliados logo após os ataques aéreos de 11 de setembro de 2001 determinou uma nova configuração nas relações internacionais, na qual a segurança foi um dos componentes principais e passou a ser perseguida obstinadamente por todos os países considerados alvos potenciais de ataques terroristas, como os próprios Estados Unidos, a Inglaterra, a Espanha, entre outros. O alcance global do acontecimento proporcionou uma forte sensação de insegurança, uma vez que os Estados Unidos, considerados a maior potência militar do planeta, foram atacados e não tiveram a menor chance de reação.

Porém, a necessidade de aumento de segurança não pode ser considerada a única motivação do governo norte-americano para adotar uma política fortemente militarista e intervencionista. Com a surpresa dos ataques, a hegemonia dos Estados Unidos foi colocada em xeque. Era preciso mostrar ao mundo que o país não se deixa subjugar e nem se curva a ninguém. Para que isso ficasse muito claro e a sua (dos EUA) capacidade de reação fosse inquestionável, a primeira vítima, ou o primeiro país a ser invadido foi escolhido a dedo: o Afeganistão, um país miserável, totalmente destruído pelas constantes guerras e sem nenhum poder de reação.

A necessidade imperiosa de mais segurança, e com ela a diminuição das liberdades individuais, a urgência na resposta ao agressor e o aval da Organização das Nações Unidas (ONU) à invasão do Afeganistão permitiram aos Estados Unidos pôr em prática suas políticas militarista e intervencionista, tudo associado a um sentimento que já estava impregnado no subconsciente das pessoas: medo, propositadamente produzido pelo próprio discurso hegemônico norte-americano.

Tal situação –uso da força das armas como único instrumento de ‘negociação’ associado ao medo de novos ataques e, conseqüentemente, medidas severas de segurança- culminou na instauração de um estado de exceção, nas palavras de Giorgio Agamben, desaguando em uma guerra generalizada, que discutimos no capítulo 3. No entanto, tal estratégia não alcançaria ‘sucesso’ se não obtivesse existência pública ou possuísse critérios de noticiabilidade. Isso só acontece por meio da mídia. Em nosso caso, especificamente, a mídia impressa teve papel fundamental na naturalização do

estado de exceção e disseminação do medo, pois, em sua maioria, corroborou o discurso oficial do governo norte-americano, como analisamos anteriormente.

“Ou estão do nosso lado ou do lado dos terroristas” (OU ESTÃO..., 26/9/2001, p. 40-41). *Veja* se apóia em uma declaração de Bush para buscar ‘reproduzir’ o sentimento da população frente ao acontecimento de 11 de setembro e, com isso, estabelecer-se como porta-voz dos desejos de sangue e de vingança. Ao corroborar a visão maniqueísta de Bush, *Veja* incorpora o medo como estratégia para fazer crer aos seus leitores que não há opções intermediárias: ou se fica do lado do Bem (EUA) ou do lado do Mal (Islã). Considerando-se que *Veja* apropriou-se de um discurso de outrem, já que utiliza aspas, o que, em tese, não seria apontado como posicionamento do veículo, o olho colocado a seguir não deixa dúvidas: “Com um fervor patriótico e união nacional nunca vistos desde a II Guerra Mundial, os Estados Unidos vão ao contra-ataque ao terror. Para a civilização ocidental, a opção é vencer ou vencer.” (OU ESTÃO..., 26/9/2001, p. 41). Ao apontar que não há opção a não ser a vitória, *Veja* corrobora a dualidade estabelecida por Bush, já que aponta que a única vencedora do conflito será a civilização ocidental. É interessante notar que não há menção ao inimigo, que aparece generalizado na palavra terror: é um inimigo sem rosto, mas com identidade terrorista. No entanto, duas fotos utilizadas desfazem essa possível dúvida sobre quem é o inimigo (Figura 24). A propósito, as fotos, neste caso, têm importância fundamental para a estratégia de *Veja*.



Figura 24 Edição de *Veja* 26/9/2001 p. 40 e 41

Duas fotos são colocadas lado a lado com cortes que projetam os olhos como essenciais em sua composição: de um lado, Bush, e do outro, uma pessoa cuja identidade não é possível identificar, no entanto, é explícita a sua vinculação com os chamados terroristas, trata-se de um árabe, com apenas os olhos à mostra: imagem fortemente associada aos radicais islâmicos. A legenda, por sua vez, dá mais uma pista: “**Guerra santa.** O ultimato de Bush: vamos fazê-los correr de um lugar para outro até que não haja mais refúgio ou descanso” (OU ESTÃO..., 26/9/2001, p. 41). Mais uma vez, a exemplo do título, *Veja* recorre a uma declaração de Bush para validar sua estratégia. Entretanto há um novo componente: guerra santa, termo associado ao islamismo e erradamente utilizado no Ocidente como tradução de *jihad*, que, na verdade, significa esforço ou empenho na execução de qualquer ação.

Para complementar a estratégia, o *lead* evoca a Guerra do Vietnã:

Sem raiva do inimigo, que eles mal conheciam, com a opinião mundial e doméstica fracamente contra, os militares americanos assim mesmo fizeram do Vietnã um campo experimental da brutalidade armamentista. Na guerra, que acabou em derrota para eles. Em 1973, os americanos utilizaram contra o inimigo vietnamita todo o arsenal moderno de destruição – armas químicas, bombas incendiárias e de fragmentação, bombardeios diuturnos a cidade e aniquilamento de aldeias inteiras. Só não usaram armas nucleares. O conflito declarado na quinta-feira passada por um discurso histórico do presidente George W. Bush ao congresso americano pode ser ainda mais devastador ao inimigo. (OU ESTÃO..., 26/9/2001, p. 41).

A alusão à Guerra do Vietnã traz implícitas duas intenções do enunciador: a) apressar-se em dizer que não haverá um novo Vietnã, já que o acontecimento serviu como “campo experimental da brutalidade armamentista”; b) afirmar que o conflito atual, prestes a ser iniciado, será “ainda mais devastador”. Com isso, *Veja* quer calar os críticos das ações armamentistas que os EUA e seus aliados iniciarão, já que a associação do conflito atual com a Guerra do Vietnã é inevitável.

Com isso, fecha-se a estratégia de *Veja*. Recordemos os elementos dessa estratégia: a) a visão maniqueísta, o Bem contra o Mal; b) a civilização ocidental é vencedora, não há outra opção; c) o alvo é o Islã; d) a guerra santa, associação à *jihad*, ou seja, contornos religiosos ao conflito; e) o conflito será mais devastador que o Vietnã. Já o medo, a que nos referimos anteriormente, é o elo entre os pontos destacados. Portanto, a estratégia assimila o discurso oficial do governo norte-americano.

Com a declaração de guerra, surgem medidas acessórias para proteção do território norte-americano e de sua população, que se concentram, basicamente, na área de segurança nacional, que consiste em colocar sob suspeição qualquer cidadão, principalmente os árabes. Essa política também se estende por toda a Europa. Diante disso, está instaurado o estado de exceção. Paulo Arantes (2007) aponta que a expansão do estado de exceção além das fronteiras norte-americanas instaura uma ordem cosmopolita.

[...] com a revolução nos assuntos militares e a doutrina da guerra preventiva, a exceção norte-americana não só extrapola as fronteiras nacionais daquele país, como instaura uma *ordem cosmopolita* cuja concepção conduz ao abandono do paradigma jurídico-político moderno e, reatando com as prerrogativas pré-modernas da guerra justa, funda-se na exceção soberana, doravante pensada em escala planetária e não mais restrita ao âmbito dos Estados nacionais. (ARANTES, 2007, p. 10, grifo do autor).

Arantes destaca dois pontos como os responsáveis pela ‘exportação’ do estado de exceção norte-americano: a) revolução nos assuntos militares, ou seja, os novos métodos e armas de ataque, como mísseis teleguiados e bombas inteligentes; b) a doutrina da guerra preventiva. Defendida por Bush e seus falcões, consiste em atacar potenciais inimigos antes que executem ou patrocinem atos terroristas.

Para Chomsky, “Um dos componentes da doutrina é que os Estados Unidos têm o direito de executar ações militares contra países que consideremos ameaças à nossa segurança porque possuem armas de destruição em massa.” (CHOMSKY, 2006, p. 68). O norte-americano destaca também um comentário de Henry Kissinger acerca da doutrina: “A doutrina é para nós, e para mais ninguém. Usaremos a força quando quisermos contra qualquer país que consideremos uma ameaça potencial, e talvez deleguemos esse direito a Estados-clientes, mas isso não é para todos.” (KISSINGER apud CHOMSKY, 2006, p. 68-69).

Apesar de não ser uma questão marginal, a doutrina Bush será mais importante em análises posteriores. Por hora vamos nos ater à ordem cosmopolita, citada por Arantes, que acrescenta novos elementos:

A novidade residiria, portanto, no modo como a ordem cosmopolita legitima e legaliza formalmente a guerra como sua política, por meio do estado de exceção. Vale dizer: no modo como o império formula o direito cosmopolita e o implementa tanto no centro quanto na periferia, não como um direito que emanaria de um Leviatã global ou de um Estado mundial, mas como operações “humanitárias” ou, por assim dizer, “técnico-administrativas” de

gestão de conflitos, concebidas à margem do direito internacional por coalizões entre os Estados mais poderosos. (ARANTES, 2007, p. 11).

Ou seja, essa ordem cosmopolita, que inclui vários países, não só os Estados Unidos, legitima e legaliza a guerra por meio do estado de exceção, “que é um conceito da tradição jurídica alemã que se refere à suspensão temporária da constituição e do império da lei, semelhante ao conceito de estado de sítio e à noção de poderes de emergência nas tradições francesa e inglesa (HARDT e NEGRI, 2005, p. 26). É uma guerra essa travestida de operações humanitárias. Acrescenta ainda que tais conflitos foram concebidos à margem do direito internacional, como é o caso da invasão ao Iraque, que foi levada adiante à revelia de decisões da ONU. Acrescentamos à discussão de Arantes o entendimento de Agamben acerca de estado de exceção, o que justifica nossa linha de análise. “O estado de exceção não é um direito especial (como o direito de guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito limite.” (AGAMBEN, 2004, p. 15).

De certa forma, essa ordem cosmopolita sustenta a ‘legalidade’ desse estado de exceção que, na verdade, não suporta uma análise mais profunda, pois confunde e não determina quais são os limites da liberdade individual, fundamental em qualquer democracia. Diante disso, é preciso concordar com a análise de Agamben: “O estado de exceção apresenta-se [...] como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo.” (AGAMBEN, 2004, p. 13). A atitude, principalmente dos Estados Unidos, de invadir Afeganistão e Iraque foi extremamente arrogante e prepotente, dando a Bush ares de um governante absolutista.

O interregno que nos permitiu a discussão do estado de exceção é importante para que prossigamos na análise das estratégias dos veículos pertencentes ao nosso *corpus*. Como acentuamos no início, *Veja* permeia sua estratégia pelo medo e corrobora o discurso hegemônico do governo dos EUA. No trecho a seguir, o enunciador de *Veja* apresenta os passos que serão seguidos pelo governo norte-americano para culminar no estado de exceção a que nos referimos.

O que se vai fazer imediatamente fora dos Estados Unidos é um trabalho complexo. Prevê-se um ataque militar inicial. O impacto dos bombardeios e o de uma provável invasão de tropas especiais serão seguidos de uma ofensiva diplomática de longo alcance no espaço e no tempo. Mas nada se compara em constrangimento ao que o governo americano prepara para impor a seus cidadãos em nome do combate aos ramais da rede de terrorismo islâmico que

acredita existir ainda em seu território. O governo Bush vai pedir ao Congresso, em resumo, que os cidadãos americanos sejam submetidos, pela primeira vez em sua história, a uma lei marcial. “A lei antiterror diminui a liberdade de todas as pessoas deste país”, lamentou o senador Patrick Leahy, um democrata que chegou a esboçar um decreto alternativo, menos invasivo que o da administração Bush. Algumas liberdades sagradas dos americanos serão tocadas. Entre elas, a que proíbe o governo de bisbilhotar a vida econômica dos cidadãos. Pela nova lei, que o governo espera ver aprovada até esta segunda-feira 24, o FBI ganha o direito de, sem ordem judicial, requisitar número e faturas de cartão de crédito de suspeitos de ajudar terroristas. Ela vai triplicar a quantidade de guardas na fronteira e ordenar que cada voo só saia do chão com um guarda armado em trajes civis.

Parecem mudanças simples. Na cultura liberal americana, no entanto, elas soam como invasão de privacidade, que, em muito menor grau, teria em situações de paz provocado a ira popular. “A verdade é que estamos abrindo mão de direitos e garantias individuais em nome de debelar o terrorismo interno”, diz o senador Leahy. Não se nota em seu comentário um tom de queixa, como seria de esperar anteriormente. Trata-se apenas de um comentário. Afinal, eles estão em guerra. (AS REDES..., 26/9/2001, p. 86-87).

Em relação ao trecho citado, há uma série de aspectos que merecem ser observados. O enunciador aponta que o trabalho a ser feito é complexo, mas nada comparado ao constrangimento que o governo norte-americano irá impor a seus cidadãos. O enunciador fala em lei marcial, situação-limite de um país em guerra. Mas guerra contra quem? Não há inimigo definido. Portanto, o enunciador quer fazer crer ao leitor que as medidas a serem adotadas são legítimas em função da guerra. Logo a seguir, há a declaração do senador democrata Patrick Leahy. Ele se refere à lei antiterror. No final do parágrafo, o enunciador aponta que o senador apenas comenta que os cidadãos estão abrindo mão de direitos individuais, mas em nome de uma causa maior, para logo depois frisar que se trata de um comentário e não de uma queixa. Agamben analisa a invasão de privacidade da seguinte maneira:

[...] O significado imediatamente biopolítico do estado de exceção como estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão aparece claramente na “military order”, promulgada pelo presidente dos Estados Unidos no dia 13 de novembro de 2001, e que autoriza a “indefinite detention” e o processo perante as “military commissions” (não confundir com os tribunais militares previstos pelo direito de guerra) dos não cidadãos suspeitos de envolvimento em atividades terroristas. (AGAMBEN, 2004, p. 14).

Essas comissões militares a que Agamben se refere não permitem qualquer chance de defesa ao acusado, daí a sua observação para não confundi-las (*military commissions*) com os tribunais militares, que são previstos pelo direito de guerra. Já em

relação à lei marcial, aspecto presente no trecho que destacamos de *Veja*, Agamben posiciona-se assim:

[...] a escolha da expressão “estado de exceção implica uma tomada de posição quanto à natureza do fenômeno que se propõe a estudar e quanto à lógica mais adequada à sua compreensão. Se exprimem uma relação com o estado de guerra que foi historicamente decisiva e ainda está presente, as noções de “estado de sítio” e de “lei marcial” se revelam, entretanto, inadequadas para definir a estrutura própria do fenômeno e necessitam, por isso, dos qualificativos “político” ou “fictício”, também um tanto equívocos. (AGAMBEN, 2004, p. 15).

Qualificar o ato de lei marcial é inadequado, pois não há relação direta com uma situação de guerra, como o discurso oficial do governo norte-americano quer fazer crer. Nas edições subsequentes de *Veja*, o que se nota é que não há desvio de rota na estratégia definida no início da cobertura, já que a edição de 26 de setembro, da qual destacamos vários trechos anteriormente, é fundamental nesse processo. Vale ressaltar que o posicionamento de *Veja*, às vezes, é colocado em xeque pelas próprias fontes da revista. O historiador inglês John Keegan foi o entrevistado das páginas amarelas na edição de 3 de outubro de 2001. O enunciador faz o questionamento: “A luta desencadeada pelos Estados Unidos contra o terrorismo deve figurar nas categorias das guerras justa?” (SALGADO, 3/10/2001, p. 13). A estratégia do enunciador, como já acentuamos, é clara: os EUA estão em guerra, como faz crer o discurso oficial do governo norte-americano. No entanto, a resposta desmonta a estratégia de *Veja*, que, obviamente não se deixa abater e não muda de direção.

A rigor, nem é uma guerra. Usamos esta palavra para definir conflitos entre Estados, o que não é o caso agora. São ações contra criminosos. Como agem no âmbito internacional, isso torna as coisas mais difíceis. Embora o presidente George W. Bush tenha usado a palavra guerra, legalmente é uma investigação criminal e tentativa de prender terroristas. (SALGADO, 3/10/2001, p. 13).

É interessante acompanhar a sequência da entrevista. Na próxima pergunta, o enunciador insiste: “Esses atentados não mudam o conceito tradicional de guerra?” (SALGADO, 3/10/2001, p. 13). E a resposta vem na mesma direção: “Pensando bem, mudam. Aliás, sempre achei limitada a forma tradicional como conceituamos guerra no Ocidente.” (SALGADO, 3/10/2001, p. 13). O que houve nessa situação? O enunciador, corroborado pelo entrevistado, ajustou o conceito de guerra à estratégia de *Veja*, não importa que haja contradições em um pequeno espaço. São duas frases marcantes:

- a) “Usamos esta palavra para definir conflitos entre Estados, o que não é o caso agora”. A afirmação é peremptória.
- b) “Aliás, sempre achei limitada a forma tradicional como conceituamos guerra no Ocidente”. Afirmação oposta à anterior.

Nesse momento, é importante que a questão da guerra e não-guerra seja colocada, conforme discutimos no capítulo anterior. Sobre isso, a análise de Agamben é fundamental:

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar-se radicalmente – e, de fato, já transformou de modo perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de comunicação. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

O que Agamben afirma é exatamente o que ocorre com os Estados Unidos, em que o estado de exceção passou a ser uma técnica de governo e tornou-se paradigma na política contemporânea. Podemos afirmar que a mídia tem papel fundamental na disseminação dessa política. Como acentuamos anteriormente, *Veja* permeia sua estratégia pelo medo, e isso se torna mais evidente na edição de 17 de outubro de 2001, com a manchete de página “O **medo** aumenta” (p. 56-57). O enunciador se refere à contaminação por anthrax de três funcionários da editora American Media, sediada em Boca Raton, na Flórida. No interior do texto, verificamos: “Por causa das ocorrências na Flórida, o medo de um ataque terrorista com anthrax passou a assombrar ainda mais a população americana.” (O MEDO..., 17/10/2001, p. 58).

A palavra medo volta a ser utilizada em títulos na edição de 7 de novembro de 2001: “Promoção contra o medo” (p. 40). No texto, o enunciador prossegue com sua estratégia:

O pânico reinante nos Estados Unidos atingiu novo patamar na semana passada. A onda de cartas com anthrax e a possibilidade admitida pela Casa Branca de que os terroristas de Osama bin Laden possam voltar a atacar criaram um clima de **pavor** generalizado. [...] O **medo** apagou um pouco do brilho e da graça do Halloween [...]. O serviço secreto canadense coletou informações que indicavam o **perigo** iminente de novos ataques aos Estados Unidos. Para garantir a continuidade do governo no caso de George W. Bush sofrer um atentado, o vice-presidente Dick Cheney, foi conduzido a um local secreto mais uma vez. O espaço aéreo em volta da Sears Tower, um dos cartões postais de Chicago, foi fechado. Não há prédio mais alto nos EUA desde a queda das torres de Nova York. (PROMOÇÃO..., 7/11/2001, p. 40-41, grifo nosso).

O medo é percurso passional constante dos textos do enunciador de *Veja*. Percebe-se que medo, perigo, pavor etc. estão sempre associados a medidas restritivas, características do estado de exceção. Na edição de 12 de março de 2003, dias antes do início da invasão do Iraque, *Veja* anuncia a intenção de os EUA invadirem o Iraque mesmo sem o aval da ONU. Não se nota no decorrer do texto qualquer sinal de crítica à posição norte-americana, fato que exemplifica, mais uma vez, a estratégia de corroborar a versão oficial. Vejamos:

Ao despachar mais de 250.000 soldados e cinco porta-aviões do poderio bélico mais moderno do planeta para a região do Golfo Pérsico, o presidente americano George W. Bush tornou sem volta sua decisão de invadir o Iraque e derrubar o ditador Saddam Hussein. No plano militar, não é difícil prever como a guerra vai terminar. Saddam deposto, seu exército prostrado e seu arsenal de armas químicas e biológicas, sejam quais forem suas reais dimensões, destruído. No campo diplomático, porém, Bush está perdendo a primeira batalha dessa guerra. Ela está sendo travada no Conselho de Segurança da ONU, o órgão que pode dar o aval da comunidade internacional a uma intervenção militar no Iraque. [...]

Na quinta-feira passada, Bush advertiu que o processo diplomático está “no último estágio” e deu um ultimato ao Conselho de Segurança para que tome uma decisão sobre um ataque ao Iraque “em questão de dias”. Mesmo que a decisão não seja favorável aos EUA, o presidente americano deu a entender que os planos para a invasão do Iraque vão prosseguir. [...] Para os americanos, o ataque a um país-membro da ONU sem autorização formal é um rugido de superpotência desmesurado para o tamanho do perigo. Nem durante a Guerra Fria, quando a União Soviética foi uma força bélica realmente capaz de ameaçar a integridade dos Estados Unidos e a de seus aliados, pintou-se o inimigo com cores tão assustadoras. Por isso, não é inexplicável o fato de em boa parte do mundo, entre ela a composta por amigos sinceros dos EUA, a decisão de atacar o Iraque esteja sendo vista mais como uma obsessão religiosa de George Bush do que como operação geopolítica inadiável no interesse da segurança do Ocidente. (BARELLA, 12/3/2003, p. 62).

A articulação discursiva presente no texto destacado retrata a decisão firme de invadir o Iraque, seja qual for o resultado da votação do Conselho de Segurança da ONU, ou seja, não há lei que faça diminuir o apetite voraz do governo de Bush. O enunciador utiliza de artimanha na composição dos elementos discursivos: aponta a opinião dos outros em relação à atitude de Bush, como rugido de superpotência desmesurado pelos norte-americanos ou obsessão religiosa para os amigos sinceros dos EUA, sem, no entanto, expressar claramente sua aprovação ou não. Entretanto, a intenção do enunciador é declarada quando afirma que não é difícil prever como a guerra vai terminar: Saddam deposto, seu exército prostrado e seu arsenal destruído. Além da menção à Guerra Fria, uma atitude intertextual na tentativa de comparar períodos ou situações diferentes.

4.1 Medo constante

Época não foge à estratégia empregada por *Veja*: a diferença está na articulação discursiva, ou seja, como são dispostos os elementos discursivos que compõem o campo discursivo. O enunciador abre a primeira página da edição especial (17/9/2001) sobre os ataques aéreos de 11 de setembro com o título “Medo” (Figura 25).



Figura 25 Edição de *Época*, 17/9/2001, p. 32

A histeria coletiva que tomou conta dos norte-americanos contaminou sobremaneira a mídia, e *Época* reflete isso. O título “Medo” aparece parte em um cenário desolador, parte um fundo preto. Essa composição é importante para fortalecer a estratégia de *Época*, em que o medo é estampado desde o início e, logo em seguida, aparecerá associado ao cerceamento das liberdades individuais. O texto de abertura, logo abaixo do título, encerra os elementos discursivos expostos pelo enunciador.

A espessa nuvem de fumaça que cobria o céu de Nova York na manhã de 11 de setembro parecia indicar o nascimento de um **novo tempo**. Ao despertar do século XXI, o mundo está diante da mais **terrível das ameaças**, o **terrorismo** alimentado pelos avanços inexoráveis da tecnologia, a que produziria um novo iluminismo. O **inimigo** pode estar ao lado, a qualquer hora e em qualquer lugar – mesmo no Pentágono, em Washington, supostamente um dos endereços mais seguros do planeta, também atingido por um voo suicida na semana passada. Os atentados acenderam o **estopim** de uma modalidade inédita de conflito: a **guerra mundial contra o terror**. (MEDO, 17/9/2001, p. 32, grifo nosso).

Época constrói um panorama sombrio para o mundo pós-11 de setembro e o classifica como um novo tempo de trevas, sujeito a terríveis ameaças terroristas que podem acontecer a qualquer hora e em qualquer lugar, além de classificar o que virá a seguir como guerra mundial contra o terror, algo que *Veja* não fez, sem antes apoiar-se em um discurso oficial. Para o enunciador de *Época*, não há mais lugar seguro, o inimigo pode atacar a qualquer momento. O campo discursivo está moldado para o que virá a seguir. Na mesma edição de 17 de setembro, na página 36, há o título “Segurança versus liberdade”. Tal título funciona como uma espécie de senha para que o leitor aceite como normal a incorporação do discurso oficial para a instauração do estado de exceção. Além disso, é importante ressaltar que o medo retorna na mesma edição figurativizado na morte, uma maneira de o enunciador reforçar sua estratégia (Figura 26).



Figura 26 Edição de *Época*, 17/9/2001, p. 83

O título “Vôos da morte” aparece vazado em um fundo preto, a exemplo da página citada anteriormente. Há coincidências na foto, já que as torres são o foco. A única diferença encontra-se no instante da foto. Nesse caso, há o registro do segundo avião indo em direção a uma das torres. No caso anterior, os choques já haviam ocorrido.

Diferentemente de *Veja*, que apresentou os motivos para a instauração do estado de exceção na segunda edição após os ataques aéreos, *Época* fez isso em sua terceira edição após o acontecimento, e com uma estratégia que nenhum dos outros veículos utilizou: traça um paralelo entre os impérios romano e norte-americano. Sob o título

“Quando os impérios atacam” (MOREIRA, 1/10/2001, p. 44-45), o enunciador apresenta semelhanças e diferenças nas estratégias adotadas tanto por romanos quanto norte-americanos no enfrentamento do inimigo. Vejamos:

Roma começa a se mexer. No momento em que o **presidente George W. Bush**, como um **genuíno César**, anunciou a longa e implacável guerra que contrapor os “nossos” aos “outros”, o mundo compreendeu que o império está disposto a arrancar soluções definitivas. E, quando uma **potência como os Estados Unidos**, cujos domínios têm extensão e singularidades só **comparáveis às da Roma Antiga**, se mexe para valer, o que vem pela frente são tempos de confusão, horror e profunda crise de valores estabelecidos. [...] Sua diplomacia se especializou em dividir para reinar, patrocinando desavenças e alianças inimagináveis, à semelhança, evidente, do atual bailado dos Estados Unidos pela coalizão internacional. [...] **Jamais houve na história ocidental dois lugares tão solitariamente mais fortes que os outros como Roma e os Estados Unidos**. O vigor dessas duas potências também fundamentos similares, que os historiadores costumam relacionar: o conceito de cidadania, as compensações e contrapesos para evitar o absolutismo do Poder Executivo, a capacidade de aprender com o inimigo e adotar rapidamente as novidades, a determinação de espalhar por todos os cantos de seus domínios uma particular visão de mundo – um *way of life*. [...] **Olhando ambos os casos, percebe-se que esses alicerces de civilização foram produto da razão, não da vontade**. O conjunto de direitos que hoje são percebidos como “naturais” foi construído ao longo dos séculos pela inteligência humana por meio da consciência. **É essa obra que agora está em julgamento, quando os Estados Unidos embrulham um pacote antiterror que, para aumentar a segurança de seus cidadãos, pode ameaçar liberdades alcançadas pelo trabalho de gerações**. [...]

O falcões guerreiros se assanham nessas horas e cada manifestação soturna do secretário de Justiça, John Ashcroft, pode parecer um tijolo a mais na edificação de um Estado policial. O ponto crucial, no entanto, para determinar se há um avanço sobre as conquistas civis, ou apenas um compreensível soluço autoritário em resposta ao ataque do terror, é a separação dos Poderes – o processo essencial de afirmação da República. [...] Mesmo descontando o tom inflamado ou apressado das primeiras reações, a blitz jurídica de Ashcroft nos Estados Unidos contém aspectos que habitam os dois lados da linha que garante a separação dos Poderes. Vários deles devem ser classificados mais como aporrinhão que supressão de liberdades clássicas. [...] Difícil é achar pontos negativos em possibilidades como o fim dos paraísos fiscais, circulação de dinheiro desconhecido ou contas secretas no sistema financeiro internacional. [...]

Quando se fala, porém, em deportar imigrantes legais sem prova contundente, trilha-se um caminho que presenteia burocratas do Executivo com poderes irretiráveis. [...]

Outros dispositivos ainda vão gerar muita polêmica e é arriscado prever quantos deles deslizarão pela garganta do povo americano. Facilidades para armar grampos telefônicos, agentes federais bisbilhotando dados pessoais e recolhendo até amostras de DNA suspeitos, devassas sobre a internet são cenas complicadas de imaginar naquelas paisagens, mesmo levando em conta o tamanho do estrago feito na cabeça de quem sofreu a invasão difusa de seu território por inimigos desconhecidos. (MOREIRA, 1/10/2001, p.44-48).

A intertextualidade reforça o claro propósito do enunciador em avaliar a instauração do estado de exceção, mesmo que em alguns trechos do texto possa transparecer certa ironia, ou mesmo reprovação. É importante salientar que o conceito

de império volta a ser usado equivocadamente, diferentemente do entendimento de Hardt e Negri, logo no título da matéria e depois se repete no decorrer do texto.

Para Fairclough, “o conceito de intertextualidade toma os textos historicamente, transformando o passado [...] no presente” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 115). O que detectamos no trecho acima exemplifica o entendimento de Fairclough. De início, o enunciador apresenta Bush como um genuíno Cesar. Esse paralelismo perdura durante o texto todo. Há um exagero formal e despropositado em *Época*, já que são situações incomparáveis: no entanto, há uma forte intenção em fazer-creer ao leitor que Roma Antiga e Estados Unidos são “impérios” (no entendimento de *Época*, é claro) equivalentes, tanto nos governos quanto nas estratégias de guerra e de dominação. Mas esses elementos discursivos são utilizados para disfarçar o açodamento de *Época* em relação ao estado de exceção. O enunciador ora parece discordar, ora concorda, isso é o que se nota em sua construção discursiva, pois sua articulação funciona como um vai-e-vem. Essa é a principal diferença em relação ao posicionamento de *Veja*, que é contundente na defesa das ações norte-americanas. Essa indecisão leva a um mascaramento provocado pelo uso de palavras que procuram suavizar situações graves, como: poder absoluto transforma-se em *Época* em “poderes irretratáveis”; estado de exceção é tratado como “solução autoritário”.

4.2 Medo intenso

IstoÉ, a exemplo de *Época* e *Veja*, ratifica o medo como parte de sua estratégia. Ele surge mais intensamente, o que é comum em todos os veículos, logo após o acontecimento de 11 de setembro, como já comentamos anteriormente. Os elementos são dispostos no campo discursivo de modo a permitirem uma articulação que justifique o estado de exceção. Os veículos chegam a questionar as decisões do governo norte-americano, mas o fazem superficialmente, e com *IstoÉ* não é diferente. No trecho abaixo, observamos que o ponto de partida do enunciador é o discurso de Bush, no qual o presidente norte-americano promete perseguir os responsáveis pelos ataques aéreos onde quer que eles estejam. Esse é o mote para que seja instaurado o estado de exceção, ou a “lógica marcial”, como denomina *IstoÉ*. Ressalte-se que o enunciador, constantemente, busca suavizar, como já vimos anteriormente, as ações despóticas de Bush.

[...] Bush prometeu não apenas perseguir os responsáveis e fazê-los pagar pelo que fizeram, mas também eliminar os santuários, os sistemas de apoio e “acabar com os estados que patrocinam o terrorismo, na definição do subsecretário de Defesa, Paul Wolfowitz. Em outras palavras, deixaram-se de lado as **nuances diplomáticas** e se **escancararam as fronteiras do conflito**. A dureza dessa **estratégia intervencionista** é o sinal inequívoco de que os EUA mudaram definitivamente. Os quatro boeings sequestrados que os terroristas arremeteram contra as Twin Towers e o Pentágono naquele sinistro 11 de setembro fizeram mais do que alterar a fisionomia de Manhattan ou criar uma figura geométrica impossível: a do Pentágono de apenas quatro lados. Explodiram também o *modus vivendi* americano, o icônico american way of life, **substituindo liberdades individuais**, prosperidade e a busca da felicidade, de que fala sua Constituição, pelo **medo, a dor e a lógica marcial: olho por olho, dente por dente**. [...] No entanto, **guerrear é verbo intransitivo direto**. E as **vítimas são os cidadãos e as suas liberdades**. “Não podemos ter liberdades individuais quando a coletividade está ameaçada”, dispara o republicano Trend Lott, líder da minoria no Senado. “Não se pode defender a Previdência Social, quando a Segurança Nacional está ameaçada”, ecoa o poderoso senador Orin Hatch. Os predicados destas sentenças têm muitas coincidências em suas análises e nenhuma delas causal. Ambas sintetizam o autoritarismo. A primeira pressupõe **fraturas nos direitos do cidadão, uma clara afronta aos conceitos mais caros da democracia americana**. (FREITAS JR., 19/9/2001, p. 36, 39).

IstoÉ entende que Bush abandona as nuances diplomáticas e escancara as fronteiras do conflito. Acrescenta que tal estratégia intervencionista prova que os EUA mudaram, a ponto de substituir as liberdades individuais por medo, dor e pela lógica marcial: olho por olho, dente por dente. Apesar de já ter apontado a supressão de liberdades individuais dos norte-americanos, o enunciador volta a tratar sobre o assunto no parágrafo seguinte. Um senador republicano diz que não é possível ter liberdade individual quando a coletividade está ameaçada. Essa declaração é estrategicamente colocada no decorrer do texto para que o enunciador busque ocultar sua adesão ao discurso norte-americano.

Antes de continuarmos, é fundamental pontuarmos que a instauração do estado de exceção tem como justificativa a guerra, de acordo com o discurso hegemônico do governo norte-americano e devidamente incorporado por *IstoÉ*. Para que não fiquem dúvidas, já que para haver guerra é necessário conhecer o inimigo, como definimos anteriormente, o enunciador aponta que “na guerra globalizada, o inimigo é um sujeito oculto” (FREITAS JR. 19/9/2001, p. 39), ou seja, nesse o poder é absoluto.

Para arrematar e fechar o campo discursivo, o medo surge de modo peremptório. Com o título “Sob o domínio do medo” (Figura 27), o enunciador apresenta na capa uma série de elementos para justificar esse temor.

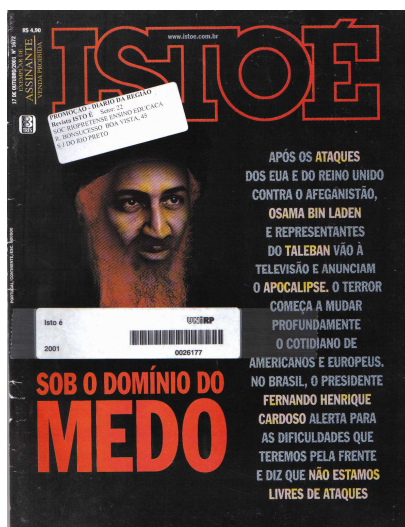


Figura 27 Capa de *IstoÉ* de 17/10/2001

Sob um fundo preto, surge o rosto fantasmagórico de Osama bin Laden. Ao lado, segue um texto pontuado por algumas palavras vazadas em fundo branco, denotando a impressão de estarem destacadas do texto, cuja cor base é o azul. Algumas das expressões são: ataques, Osama bin Laden, Taleban, apocalipse, não estamos livres de ataques. Todas, sem exceção, carregam o imperativo do medo.

Contrapondo-se a *IstoÉ*, *Veja* e *Época*, *CartaCapital* adota postura extremamente crítica em relação aos atos de Bush e o trata como uma figura caricata, um bronco, que só comente gafes. Diante disso, em momento algum se nota adesão ao discurso oficial, ao contrário, constata-se ironia extrema no tratamento dado ao texto. Ou seja, a estratégia adotada por *CartaCapital* é desqualificar as ações empreendidas pelo governo norte-americano e posicionar-se radicalmente contra. Por exemplo, enquanto *Veja*, *Época* e *IstoÉ* sequer questionam a guerra sem inimigo, *CartaCapital* afirma: “Bush precisa definir o que entende por ‘guerra’ - e quem é seu inimigo.” (CARTA, 26/9/2001, p. 23). A declaração é atribuída a Michael Clarke, professor especializado em defesa na Universidade de Londres. Apesar de o enunciador recorrer a uma fonte não-alinhada, entende-se que também comunga deste mesmo entendimento.

4.3 Distanciamento e desqualificação

A estratégia de desqualificar ações do governo norte-americano provoca em *CartaCapital* um distanciamento dessas mesmas ações. Atrevemo-nos a afirmar que o enunciador substituiu o medo, apontado como ligação e motivação para a instauração do estado de exceção, pela fina ironia constante na realização da intertextualidade. Há referências curtas ao medo: “Nestes tempos de guerra, a Europa está com medo.” (CARTA, 17/10/2001, p. 32).

Já em relação ao estado de exceção, as críticas são ácidas.

Além das limitações às liberdades individuais, a liberdade de imprensa começa a ser explicitamente atacada pelos ditos defensores do “mundo livre”. Um mundo, nestes dias, acuado por homens nas cavernas. (LOBO, 17/10/2001, p. 31).

É triste constatar que, para alguns que mais se beneficiam do estado de direito e da liberdade garantida pela Constituição dos EUA, os direitos civis e de privacidade só valem se não atrapalham e que a tortura só é crime se não for necessária.

Uma vez legalizado esse abuso, ficará difícil distinguir a ética do governo daquela dos terroristas. Como em outras caças às bruxas da história, a tortura física e psicológica logo deixaria de ser uma maneira de descobrir a verdade para se tornar a forma de forçar os acusados a confirmar a visão de mundo dos inquisidores.

Seria bom para o futuro dos Estados Unidos que, antes de chegar a esse ponto, os patrióticos editorialistas viessem constatar in loco, em delegacias de polícia, presídios e internatos de menores, o que significou e continua significando a aplicação de tortura nos países periféricos. (COSTA, 31/10/2001, p. 37)

O enunciador reconhece que há limitações às liberdades individuais, mas aponta seu discurso contra o cerceamento à liberdade de imprensa por parte do governo norte-americano. Num segundo trecho, critica o editorial do jornal *Wall Street Journal*. Na verdade, o editorial do veículo norte-americano serve apenas de motivação (à *CartaCapital*) para ataques ao governo Bush, a ponto de compará-lo aos terroristas, caso torne legais os abusos ao estado de direito, o que de fato aconteceu.

Capítulo 5 Fundamentalismo e barbárie

O uso do vocábulo “fundamentalismo” passou a ser mais difundido a partir dos ataques aéreos de 11 de setembro de 2001, mas incorporado à expressão “fundamentalismo islâmico”. Ocorre que, por conveniência, a mídia, em sua maioria, optou por ignorar quando, onde e como surgiu o fundamentalismo, passando a utilizá-lo de forma pejorativa, constantemente associado a terror e violência. Mas antes que passemos a esse ponto, outra discussão se faz necessária: o uso do termo fundamentalismo islâmico na mídia é correto? Assim como a utilização da palavra, esta discussão também não é nova; mesmo assim, seu uso continua duvidoso. Antonio Flavio Pierucci, em seu livro *Ciladas da Diferença* (2000), propõe o debate. Para ele, o uso duvidoso desvirtua seu verdadeiro significado e taxa pejorativamente os islâmicos.

[...] para denominar os radicalismos islâmicos, os ocidentais só dispõem de termos pejorativos e ofensivos. Ao invés de tradicionalistas e integristas, dizer que são fundamentalistas implica de certo modo aludir ao seu fanatismo e obscurantismo. Implica apontar para a sua rejeição à ciência, à história, ao esclarecimento. Seu repúdio à modernidade, enfim. (PIERUCCI, 2000, p. 196).

Na verdade, a associação entre radicais islâmicos e fundamentalismo e as consequentes qualificações, sempre negativas, como aponta Pierucci, só acentuam a incompreensão do Ocidente em relação ao Islã. Mais incorreto ainda seria qualificá-los (os islâmicos) de integristas, já que “[...] o integrismo é antes de tudo católico.” (PIERUCCI, 2000, p. 192).

Demant é incisivo nessa discussão e também desaconselha o uso do termo fundamentalismo islâmico:

[...] é preciso dizer que o termo “fundamentalismo islâmico” é um neologismo impróprio, apesar de comum. [...] Existem termos alternativos, mas não muito melhores. Autores franceses usam a palavra integrismo, mas apenas copia um fenômeno paralelo no catolicismo. O termo islã político é aceitável, assim como revivalismo islâmico. (DEMANT, 2004, 194).

Ocorre que, como aponta Demant, o uso jornalístico de “fundamentalismo islâmico” suplantou todas as considerações conceituais e tornou-se largamente utilizado, pejorativamente, diga-se de passagem, como acentuou Pierucci, e que constataremos logo mais em nossas análises.

Nascido na modernidade, o movimento (fundamentalista), inicialmente religioso e monoteísta, é construído pela mídia na pós-modernidade de um modo, no mínimo,

controverso: está carregado de negatividade, pois, constantemente, aparece associado ao terror e à violência, como acentuamos. A origem do fundamentalismo é cristã e não islâmica. Pierucci (2004) acentua que “como figura histórica original, o fundamentalismo é cristão, ocidental e protestante. Mais especificamente, filho do protestantismo conservador do sul dos Estados Unidos. O Estado do Tennessee é seu ícone geográfico.” (PIERUCCI, 2004).

Não deixa de ser um paradoxo, o fundamentalismo nascer nos Estados Unidos e, na atualidade, estar associado, erroneamente, ao Islã, em tese, o principal foco da carga de negatividade que o termo assumiu a partir do evento de 11 de setembro. Para Arbex Jr., “[...] a associação imediata, feita pela mídia, entre ‘fundamentalismo’ e ‘Islã’ não só manifesta um grave preconceito cultural, como expressa pura ignorância de fatos históricos” (ARBEX JR., 2003, p. 29-30).

Quando surgiram, entre 1909 e 1915, os fundamentalistas norte-americanos se colocavam em uma posição contrária à modernidade, ou seja, eram antimodernos. Ressalte-se que o termo “fundamentalismo” só veio a ser utilizado em 1920 pelo reverendo Curtis Lee Laws, editor do jornal *Watchman Examiner*. “Seu objetivo básico era defender o princípio da plena inspiração divina da Bíblia. Para os fundamentalistas, a Bíblia foi totalmente inspirada por Deus. [...] Estando escrito no livro sagrado, não há o que discutir.” (PIERUCCI, 2004). Pierucci explica:

Quando o reverendo Curtis Lee Laws, editor do jornal batista *Watchman Examiner*, inventou o termo “fundamentalismo” em 1920, o nome foi honrosamente assumido por seus colegas batistas e presbiterianos como algo que denotava seu empenho de ir à luta “pelos pontos fundamentais da fé.” (PIERUCCI, 1999, p. 193).

Não é exagero afirmar que o fundamentalismo nasce no contexto da modernidade, mas negando a própria modernidade. A principal reação se dá contra a teoria evolucionista de Darwin, isto em 1925. Como a Bíblia diz que Deus criou o homem, os fundamentalistas lançaram-se em luta obsessiva contra a tese darwinista, que afirma que o homem descende do macaco por seleção natural. Negando a evolução biológica, os fundamentalistas acabariam por contaminar o próprio nome, deixando-o carregado de negatividade. “Foi uma interessante reviravolta mediada pela mídia: perante a opinião pública, a agressiva militância fundamentalista acabou maculando seu nome com a pecha de intolerância-com-ignorância.” (PIERUCCI, 2004).

Isso, sem dúvida, explica, em parte, e nisso comungamos da opinião de Pierucci, porque a mídia ocidental trata de maneira ofensiva os radicais islâmicos que pertencem

a movimentos político-religiosos. A imagem de intolerância sempre esteve associada aos fundamentalistas, o que, no entanto, não exclui a responsabilidade da mídia impressa em aumentar a tensividade em relação aos povos islâmicos, pois tal designação (fundamentalistas) é utilizada não apenas para nomear movimentos religiosos, mas também pessoas que defendem posições radicais em outros setores como mercado, política etc.

É importante ressaltar que não nos interessa somente apresentar o fundamentalismo como um produto exclusivo da modernidade, pois ele tem sua faceta pós-moderna, que se materializa no *jihadismo* global de Osama bin Laden. O movimento de Osama bin Laden é reconhecido como neofundamentalista. Trata-se de uma ruptura radical com o Islã histórico. A globalização da *jihad* de Osama bin Laden ocorreu logo após o 'exército de fiéis' de Al Zawahiri ter se instalado no Afeganistão. Demétrio Magnoli explica que o

Jihadismo global, movimento ao qual pertence bin Laden e seu grupo, é um herdeiro legítimo da ruptura Wahabi com o islã histórico mas é também uma ruptura com o próprio fundamentalismo, em vários níveis. Os neofundamentalistas islâmicos rejeitam o monopólio dos ulemás (sábios corânicos) sobre o debate religioso e incorporam a linguagem antiimperialista à sua jihad. Eles não são pré-modernos, mas pós-modernos. (MAGNOLI, 2005, p. 6).

A pós-modernidade do movimento de Osama bin Laden materializa-se na utilização da internet para recrutar militantes para a Al Qaeda, uso de tecnologias na execução de atentados e movimentação de capital financeiro nas Bolsas, entre outros. Aliás, essa adaptação do movimento de Osama bin Laden ao capitalismo global mereceu as seguintes indagações de Žižek:

As "organizações terroristas internacionais" não são o duplo obscuro das grandes corporações multinacionais -a máquina rizomática absoluta, onipresente-, embora sem uma base territorial clara? Não são elas a forma como o "fundamentalismo" nacionalista e/ou religioso se adaptou ao capitalismo global? (ŽIŽEK, 2001. p. 10-11).

A organização Al Qaeda assume uma posição vanguardista do ponto de vista político, como acentua o historiador inglês T. J. Clark, no sentido de ser a única que oferece uma forma efetiva de oposição ao poderio dos Estados Unidos. É claro que Osama bin Laden sabe que não pode confrontar os EUA nos campos político, econômico e militar, mas impôs um castigo que humilhou os norte-americanos: o ataque às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono. Essa foi a forma encontrada

para contestar o império.

Os norte-americanos são vistos pelos fundamentalistas islâmicos como o Grande Satã, o inimigo que deve ser exterminado. Os EUA representam para os muçulmanos o fundamentalismo do mercado, cujo deus é o capital, além de encarnar a figura do colonizador que pretende impor a democracia sob o ponto de vista do Ocidente.

A utilização precisa dos recursos da mídia é componente essencial na estratégia de Osama bin Laden. Os ataques aéreos de 11 de setembro de 2001 são exemplos disso. O saudita conseguiu fazer com que a mídia levasse sua mensagem ideológica para o mundo todo.

Na pós-modernidade, a perversão se vê livre para manifestar-se em várias formas, como violência urbana, terrorismo, é o resultado da falta de lei. A estetização da violência apresentou-se como um ritual islâmico, onde os suicidas, no caso dos ataques aéreos, ofereceram-se, em sacrifício, para serem vistos, seduzindo a todos para suas justas causas. A violência tornou-se mercadoria.

Como acentuamos no início deste trabalho, o ataque aéreo trouxe definitivamente para o centro da mídia impressa a relação fundamentalismo-violência-terrorismo. Antes de prosseguirmos é importante apresentar o comentário do professor Basyouni Ibrahim Hamada (2003):

A mais significativa discussão atual é a posição islâmica oficial para o terrorismo e a violência refletida na Conferência Islâmica, que ocorreu em Casablanca, em dezembro de 1994. A conferência anunciou um código de conduta, incluindo o seguinte: 1) o islamismo é inocente de todos os atos de terrorismo que visem ao assassinato de pessoas inocentes, pois é proibido por Deus; 2) condena fortemente os realizadores daqueles crimes sérios que são cometidos sob a justificativa de implantar o islamismo ou outro qualquer; 3) Luta dos povos para não permitir a colonização ou a ocupação estrangeira e terem direito à auto-determinação não constitui um ato de terrorismo. O islamismo condena toda a pessoa fanática ou extremista e insiste na moderação e tolerância em relação aos não-muçulmanos. No alcorão, a única guerra permitida é a da auto-defesa. Os muçulmanos não podem cometer hostilidades. (HAMADA, 2003, p. 102).

O comentário de Hamada mostra como é equivocado o posicionamento da mídia impressa ao associar fundamentalismo-violência-terrorismo. Na verdade, o que se depreende é a tendência de a mídia taxar todos os muçulmanos, fundamentalistas ou não, de criminosos e associados ao terrorismo. Tal percepção se torna ainda mais verdadeira quando apresentamos a síntese de uma pesquisa realizada pelo mesmo professor Hamada. Em seu estudo sobre a imagem que os profissionais ocidentais da mídia (especificamente jornalistas) têm sobre os árabes, encontrou uma predominância

negativa da imagem árabe.

[...] 85,7% disseram que os árabes são fundamentalistas; 78% percebem os árabes como anti-Occidente, e 69% apontam que os árabes são agressivos. Quanto aos valores, 97% dos profissionais ocidentais da mídia avaliam que fundamentalismo é o principal do valor que o árabe está promovendo; 54% dizem que a violência é o valor básico dos árabes; 40% apontam o terrorismo como o valor que os árabes promovem. Mais importantes são as consequências negativas da imagem árabe. Aos profissionais ocidentais da mídia foi perguntado: Quais as consequências negativas de uma imagem árabe distorcida? A maioria (87%) disse que uma imagem árabe distorcida justifica toda a agressão armada contra os árabes; e 81% disseram que podem mobilizar a opinião pública internacional para agir contra os árabes. Mais de três quartos dos jornalistas ocidentais pesquisados relataram a ameaça à segurança árabe e o isolamento dos países árabes como consequências negativas da imagem distorcida. (HAMADA, 2003, p. 104).

Diante dos números apresentados acima, torna-se imperiosa nossa análise sobre o tema ora em questão na mídia impressa, já que é incontestável o preconceito com que são tratados os islâmicos na imprensa ocidental.

A associação de fundamentalismo ao terror e, conseqüentemente, ao Islã retira qualquer positividade na significação do termo, pois reduz tudo à violência desmesurada que é utilizada em sua forma mais vil, ou seja, na morte de pessoas inocentes.

Dentre os quatro veículos que fazem parte de nosso *corpus*, *Veja*, assim como já constatamos em outros temas, é a que mais incorpora o discurso oficial do governo norte-americano. A oposição moderno/atraso também se faz presente em relação ao fundamentalismo, sendo que os fundamentalistas islâmicos sempre estão associados ao atraso, além de serem tratados de modo pejorativo.

Dentre todos os textos em que *Veja* faz referência ao fundamentalismo islâmico, os publicados na edição de 10 de outubro de 2001 são os que identificam com precisão as estratégias comunicativas do veículo em relação ao fundamentalismo islâmico.

O enunciador de *Veja* apresenta-se despudoradamente radical, a começar pela capa (Figura 28): com a palavra fundamentalismo sobre uma tarja preta, traz a manchete “Fé cega e mortal” (*Veja*, 10/10/2001, p. 1). A manchete é ratificada pela foto, que apresenta uma mulher vestida com a burca. A vestimenta impede que a mulher, além de, logicamente, ter a visão dificultada mostre o rosto. A manchete é parcialmente figurativizada na mulher, já que vocábulo “cega” refere-se à forma como se veste, à pura obediência, sem racionalidade; já “mortal” não traz referenciais passíveis de figurativização, pois aponta para a violência dos radicais islâmicos. Logo abaixo, em um dos olhos, o enunciador ratifica sua posição: “Os fundamentalistas querem dominar

o mundo em nome de Alá” (*Veja*, 10/10/2001, p. 1). Ou seja, o enunciador tem uma visão totalmente distorcida do fundamentalismo e a propaga.



Figura 28 Capa de *Veja* de 10/10/2001

Na parte interna, *Veja* apresenta ao leitor o que querem os fundamentalistas islâmicos. Partindo de um apagamento intencional da memória, *Veja* subverte a história, sequer informa corretamente que o fundamentalismo tem origem protestante, ao contrário associa-o maliciosamente ao Islã. É uma construção cínica, carregada de adjetivos ofensivos aos povos islâmicos e a sua fé. A imagem que abre a matéria já aponta para onde irá caminhar o texto verbal. De acordo com o discurso maniqueísta de Bush, *Veja* apresenta suas estratégias nesse mesmo caminho: o Ocidente é apresentado como o mundo dos bons, já o Islã é satanizado, onde ocorrem todas as maldades possíveis.



Figura 29 Edição de *Veja* de 10/10/2001 p. 50 e 51

A imagem (Figura 29) ocupa duas páginas. Traz pessoas encapuzadas e uma delas segura o Corão. São homens ou mulheres? É impossível saber o sexo de cada um deles. Os rostos cobertos demonstram a estratégia de *Veja* em apresentá-los como foras-da-lei ou bandidos. A única identificação é o Corão. A associação que primeiro nos remete é que são islâmicos, já que o título agrega mais informações: são fundamentalistas. Ou seja, a imagem retrata fundamentalistas islâmicos. As cores seguem o padrão de *Veja* para as reportagens sobre os ataques aéreos: a predominância do preto e do vermelho.

Logo no texto aplicado em fundo preto, *Veja* aponta ao leitor o que querem os fundamentalistas: 1) combater, destruir e matar o inimigo até que esteja completamente aniquilado; 2) unir todos os muçulmanos numa mesma comunidade, seguindo os preceitos do Corão. Percebe-se que as duas grandes metas atribuídas por *Veja* aos fundamentalistas islâmicos trazem incorporadas a violência e o terror.

A seguir, as oposições ou antagonismos se tornam mais claros e agressivos em relação aos islâmicos. Vejamos:

Para isso, os governos dos países muçulmanos considerados corrompidos pela influência ocidental – ou seja, todos, com exceção do Afeganistão, onde já reina o fundamentalismo mais radical – devem ser varridos do mapa. Sem fronteiras nacionais, unificados sob esse governo ideal, chamado califado, os verdadeiros crentes se lançariam então rumo à etapa final – arrebatam o resto do planeta. “Chegará o tempo em que vocês desempenharão papel decisivo no mundo, de forma que a palavra de Alá seja suprema e as palavras dos infiéis sejam subjugadas”, prometeu ele a seus seguidores. Em qualquer uma dessas etapas, o dever dos muçulmanos é empregar todas as armas possíveis para atacar os inimigos de Alá. O título do documento em que faz essa afirmação diz tudo: “A Bomba nuclear do Islã”. (O QUE..., 10/10/2001, p. 52).

A construção argumentativa de *Veja* tem como eixo de ligação o medo, que já apontamos no capítulo 4. O enunciador quer fazer crer ao leitor que os fundamentalistas islâmicos pretendem dominar o mundo depois de terem varrido do mapa todos os países muçulmanos corrompidos pelo Ocidente. De acordo com *Veja*, todos menos o Afeganistão, que à época em que a reportagem foi produzida ainda era governado pelo Taleban, milícia considerada fundamentalista, que seguia literalmente os preceitos do Corão.

O campo discursivo instaurado por *Veja* é composto de elementos que resultam em um discurso que não permite nuances, produzindo oposições bem definidas, como no trecho a seguir:

A forma aberrante de fanatismo religioso pregada por Laden, porém, tem raízes bem fincadas na história da religião muçulmana, constantemente marcada por esse desejo de mergulhar na fonte original, de beber da palavra mais pura do *Corão*, de reviver um passado mítico. Esse movimento é chamado, genericamente, de fundamentalismo e está entranhado no próprio código genético do Islã, religião que tem uma visão totalizante do mundo e apresenta um modelo para tudo o que se faz em qualquer das esferas da vida, públicas ou privadas. Na ótica fundamentalista, a união da religião e do Estado é um ideal ordenado por Deus – e sua separação, uma invenção ocidental que provocou o declínio do mundo muçulmano. Para retornar ao “verdadeiro Islã”, todas as sociedades muçulmanas devem se unir numa comunidade única, chamada ummah. Tudo isso sob o signo da charia, a lei corânica tal como foi estabelecida há quase 1.400 anos, com castigos coerentes com a sociedade tribal da época: amputação de membros para os ladrões, decapitação para assassinos ou hereges, apedrejamento para adúlteras. (O QUE..., 10/10/2001, p. 52, grifo do autor)

O enunciador defende a idéia de que o fundamentalismo está entranhado no código genético do Islã, o que caracteriza uma inverdade, já que não é exclusividade dos islâmicos. Podemos utilizar o presidente Bush como exemplo, ele que é um convicto fundamentalista protestante, que sempre associou a luta contra o terrorismo a uma missão divina. Isso ficou claro quando logo após os ataques contra as torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono (Bush) denominou a caçada aos autores do acontecimento de Justiça Infinita, numa clara referência aos valores divinos, além de afirmar que se tratava de uma luta do Bem (representado pelos Estados Unidos e aliados) contra o Mal, o Outro fundamentalista (terroristas e os países que os abrigam).

Apesar de a violência estar implícita entre os valores negativos estabelecidos por *Veja* aos fundamentalistas islâmicos, ela (violência) só aparece explicitamente mais à frente na reportagem.

Chegamos, assim, àquilo que distingue o fundamentalismo em sua vertente mais extremada: o recurso à violência como meio não só legítimo como obrigatório. Ancorados em textos do *Corão* ou ensinamentos do profeta e seus seguidores, evidentemente interpretados da maneira mais literal, os fundamentalistas aperfeiçoam há séculos uma teoria da violência total. (O QUE..., 10/10/2001, p. 53)

Com a introdução da violência, o enunciador termina por qualificar e associar o fundamentalismo ao Islã com valores extremamente negativos: terror e violência. Na verdade, fundamentalismo não pressupõe terror e violência.

Essa violência que assistimos desde os ataques aéreos contra os Estados Unidos e, posteriormente, com as invasões do Afeganistão e do Iraque, deixa claro o fundamentalismo dos dois lados, o do terror e o de Bush. O teólogo Leonardo Boff aponta no artigo *Fundamentalismo mundial* (2004) que é próprio do fundamentalismo responder terror com terror. E não estamos apenas nos referindo aos executores dos ataques, pois Bush também pratica atos de terror ao invadir o Afeganistão e o Iraque e matar milhares de civis com suas bombas inteligentes e mísseis teleguiados.

É próprio do fundamentalismo responder terror com terror, pois se trata de conferir vitória à única verdade e ao bem e destruir a falsa "verdade" e o mal. Foi o que ambos, Bush e Bin Laden fizeram. Enquanto predominarem tais fundamentalismos seremos condenados à intolerância, à violência e à guerra (BOFF, 2004).

Vivemos hoje sob o império de vários fundamentalismos, o cristão, o islâmico, o do mercado etc. E nesse contexto podemos afirmar que movimentos fundamentalistas usam o terrorismo e a violência como método de ação política. Há um deslocamento das ações e uma inversão de papéis.

Época, ao contrário de *Veja*, não associa, inicialmente, fundamentalismo islâmico a violência e terror. Durante as reportagens que enfocavam a invasão ao Afeganistão, o Taleban não foi qualificado como fundamentalista. O enunciador se referia ao grupo como milícia radical islâmica. *Época* eximiu-se de entrar na discussão sobre o fundamentalismo. A oposição modernidade/atraso ficou mais patente na invasão ao Iraque:

O mais preocupante, aos olhos dos EUA, é a intenção, que alguns religiosos já anunciaram abertamente, de implantar no Iraque uma república islâmica à imagem e semelhança do Irã dos aiatolás. Para quem acabou de promover a primeira batalha contra o Eixo do Mal, esse desfecho inesperado seria equivalente a uma comédia de erros. Para a população do Iraque, mal se livrando da ditadura de Saddam, seria um novo mergulho no atraso. (FUSER, 28/4/2003, p. 65)

O enunciador propõe um contrato ao leitor onde a implantação de uma república islâmica nos moldes do Irã traria atraso ao Iraque. Dessa forma, ratifica os valores ocidentais, já que o libertador do país havia sido os EUA, após uma dura batalha contra o Eixo do Mal. *CartaCapital*, que tem se destacado com um discurso menos adesista, não promoveu debates acerca do fundamentalismo.



Figura 30 Capa de *CartaCapital* de 31/10/2001

O enunciador de *CartaCapital* no olho (Figura 30), colocado abaixo da manchete *Wanted morto*, apresenta “Bush ordena à CIA: “matem bin Laden”. Mas o terror e o fundamentalismo não morreriam com ele” (*CartaCapital*, 31 de outubro de 2001, p. 1). O enunciador apresenta ao leitor a ordem de governo Bush de matar Osama bin Laden, no entanto, aponta que tal ato não seria eficiente, já que o terror não depende apenas de um homem.

IstoÉ também não discute o fundamentalismo em profundidade a exemplo de *Época* e *CartaCapital*. A discussão do veículo fica restrita a um texto de Demétrio Magnoli, publicado na edição de 26 de setembro de 2001, no qual há uma análise sensata sobre o tema. Destacamos dois trechos:

O fundamentalismo islâmico estrutura-se em torno da antiga noção da *umma* – a comunidade dos fiéis unidos pela obediência ao Corão. A *umma* representou o vetor da expansão medieval muçulmana na Ásia Meridional e Central, Norte da África e Sul da Europa. O advento do nacionalismo contemporâneo dissolveu a *umma*, instalando os Estados territorialmente delimitados.

Mas o fracasso dos regimes modernizantes no mundo muçulmano propiciou o renascimento do fundamentalismo, cujas bases foram formuladas por Sayyid Qutb na obra *Sinalizações na estrada*, em 1964. Qutb anunciou o esgotamento do nacionalismo e o fim da liderança da civilização ocidental. (MAGNOLI, 26/9/2001, p. 90).

Na prática, o fundamentalismo islâmico desdobrou-se em movimentos singulares, cujas identidades foram moldadas pelos conflitos específicos das nações árabes e muçulmanas. Bush insiste em conclamar a guerra contra os “terroristas sem pátria”, mas as organizações fundamentalistas têm pátria. A principal exceção é Osama bin Laden e a sua Al Qaeda. Esses “guerreiros do Islã” são, verdadeiramente, internacionalistas. (MAGNOLI, 26/9/2001, p. 91).

No trecho acima, Magnoli aponta aspectos caros do fundamentalismo, como a rejeição à modernidade, que pode ser considerada uma das principais características do movimento e que propiciou o seu surgimento. Outro aspecto importante destacado por Magnoli é a questão dos terroristas sem pátria, cuja caça o governo Bush procurou empreender. No entanto, os terroristas têm pátria, sim, pois suas ações sempre estão vinculadas a lutas do próprio país a que pertencem. A exceção, segundo Magnoli, seria Osama bin Laden e a Al Qaeda, considerados internacionalistas, já que reúnem representantes de vários países e, por isso, as ações empreendidas reivindicam algo além de suas nacionalidades, como a retiradas das bases militares norte-americanas da Arábia Saudita.

5.1 Homem-bomba

O conceito de homem-bomba difundido no Ocidente, assim como outros que analisamos aqui, está impregnado, como não poderia deixar de ser, de equívocos. É uma discussão complexa, já que se trata de um ato que envolve, na maioria das vezes, a morte de civis inocentes. Constantemente, a mídia relaciona o homem-bomba a atentados suicidas. Caracterizá-los como suicidas seria reduzir a sua significação a apenas um ato egoísta, onde determinada pessoa dá cabo de sua vida por motivos unicamente pessoais. No entanto, o ato de um homem ou uma mulher explodir-se envolve um contexto ampliado. Tal ato traz como referência uma causa, ou seja, sai da esfera pessoal e amplia-se para uma esfera política. Na verdade, o que há para os protagonistas de tais atos é uma entrega em sacrifício, ou seja, uma autoimolação. Trata-se aqui de compreender tais atos sob a ótica de seus executores. Demant atribui o homem-bomba ao “[...] desenvolvimento dos Tigres Tâmeis de Sri Lanka.” (DEMANT, 2004, p. 341). Os Tigres Tâmeis são uma organização política armada que luta para tornar independente o povo tâmil do Sri Lanka, com a criação do Estado Tamil Eelam. O grupo pratica atos ditos suicidas desde 1972.

No encadeamento argumentativo construído nas narrativas da mídia semanal, a associação ao suicídio é corriqueira. A estratégia é apresentar o ato como uma motivação apenas pessoal de alguns loucos com tendência suicida. *Veja* faz isso na

reportagem intitulada “Como eles se preparam para matar ou morrer” (COMO..., 10/10/2001, p. 60). O enunciador aponta Mohamed Atta como piloto suicida. “[...] Mohamed Atta – apontado como o piloto suicida que pulverizou um Boeing 767 no primeiro choque com as torres do World Trade Center – tinha se tornado um crente fiel do Islã, mas não dava indícios de que iria tão longe em seu fanatismo.” (COMO..., 10/10/2001, p. 60).

CartaCapital também não consegue fugir da armadilha do suicídio, entretanto vai um pouco além e apresenta ações, segundo ela, suicidas, em outras nações, ampliando, assim, a discussão e enfatizando que esses atos não são praticados apenas por islâmicos. Na reportagem intitulada “A arma do suicídio” (COSTA, 17/10/2001, p. 42), *CartaCapital* realiza a intertextualidade ao relacionar, em sua construção argumentativa, uma série de acontecimentos. Vejamos:

A maioria dos historiadores, hoje, acredita que os bombardeios estratégicos da Segunda Guerra Mundial tiveram pouco efeito real contra as máquinas de guerra do Eixo ou dos Aliados. [...]

Quase igualmente suicidas eram os rapazes que os generais franceses e ingleses obrigavam a marchar contra os ninhos de metralhadoras alemães (e vice-versa) nas batalhas da Primeira Guerra Mundial, pois tinham de mostrar serviço e não lhes ocorria nada menos estúpido.

[...] Já na Idade Média, a seita muçulmana dos nizaritas era famosa por recrutar fanáticos para cometer atos terroristas contra os cruzados.

[...] Inevitável associar os suicidas fedayin de hoje à lembrança dos hashashin. Mas nenhum dos grupos muçulmanos associados ao terrorismo moderno é sucessor direto dessa seita [...].

[...] Recuando um pouco mais no tempo, chega-se ao saudoso dom Sebastião dos portugueses e a cavaleiros e clérigos do tempo das Cruzadas que igualmente preferiram afogar-se ou realizar ataques suicidas contra os mouros a ser feitos prisioneiros.

[...] Um predecessor ainda mais antigo para o terrorismo palestino – judeu, cristão ou muçulmano – são os zelotes, extremistas judeus como Barrabás e os dois “ladrões” crucificados com Jesus, que, na Palestina do tempo dos evangelhos, cometiam atos terroristas e suicidas contra as forças de ocupação romanas.

[...] Nações e ideologias precisam do medo da morte para impor a ordem quando são poderosas, mas precisam de pessoas que aceitem morrer em seu nome, quando se sentem ameaçadas. Ao longo da história, o martírio e sua forma mais extrema, o terrorismo suicida, foram as armas desesperadas dos relativamente fracos, enquanto os suficientemente poderosos para dispensar esses meios se horrorizam com essa irracionalidade e posam de humanistas, mesmo se, no passado, tiveram de usar os mesmos recursos que hoje condenam. (COSTA, 17/10/2001, p. 42-44).

Nos trechos destacados acima há várias ocorrências:

- 1) *CartaCapital* busca relacionar o ato de suicídio a episódios históricos. Por exemplo: Primeira Guerra Mundial, Segunda Guerra Mundial, Idade Média etc.

- 2) Ao dispor elementos que apontam que o suicídio com fins políticos não é exclusivo dos islâmicos em seu campo discursivo, faz crer ao leitor que desde os tempos de Cristo os atos suicidas foram utilizados como armas para combater o opressor. O enunciador cita os zelotes, grupo do qual faziam parte Barrabás e os dois ladrões crucificados com Cristo, como organização responsável por atos terroristas e suicidas.
- 3) A construção argumentativa é encadeada de maneira que no último parágrafo da reportagem haja um repúdio à prática de tais atos tanto por parte dos fracos quanto dos poderosos. *CartaCapital* qualifica o terrorismo suicida de arma desesperada dos fracos.

É importante destacar que *CartaCapital*, apesar de não ser categórica na condenação de tais atos, apresenta um argumento fatal contra a utilização desse estratégia por parte do Islã:

[...] o *Alcorão* é categórico em sua condenação do suicídio: “Ó crentes... não patriqueis suicídio, pois Alá é misericordioso para convosco. Aquele que tal fizer, perversa e iniquamente, introduzi-lo-emos no fogo infernal, porque isso é fácil a Alá (Suratas 4:29-30)”. (COSTA, 17/10/2001, p. 44, grifo do autor).

Nota-se que, com a reprodução do trecho do Alcorão, o enunciador desqualifica qualquer tentativa de, pelo menos, justificar a utilização de tais atos, já que é taxativo: “o Alcorão é categórico em sua condenação ao suicídio”. Como nos posicionamos acima, entendemos que tal ato não deve ser entendido como suicídio, mas como ato de imolar-se em sacrifício. *CartaCapital* faz referência à imolação em um dos olhos da reportagem, mas não chega a desenvolver essa tese. O olho traz: “Pilotos japoneses se imolavam conscientemente [...]” (COSTA, 17/10/2001, p. 43). O enunciador apenas faz essa referência, que se aproxima mais de nosso entendimento, mas não amplia a discussão.

Já ao discutir, especificamente, o homem-bomba, na edição de 9/4/2003, *CartaCapital* o faz de forma diferenciada: na capa (Figura 31), da fumaça escura de uma explosão forma-se uma imagem de um homem-bomba e o enunciador coloca “Homem-bomba: santo ou demônio”. Não há uma sanção rápida, do tipo bem-mal, mas uma análise que se espera de um bom jornalismo, pois o tema é complexo, como já

colocamos, e a grande tarefa do jornalismo é menos oferecer sanções radicais do que motivar o debate:

Os atuais homens-bomba árabes, junto aos famosos camicases japoneses, reforçam a idéia de que a autoimolação – em especial aquela na qual quem se mata leva consigo os inimigos – é coisa do Oriente. Mas é bom lembrar que o primeiro camicase conhecido da história é Sansão, protagonista bíblico de primeira grandeza. (SANTOS..., 9/4/2003, p. 38).



Figura 31 Capa de *CartaCapital* de 9/4/2003

Ao contrário da reportagem analisada anteriormente, nesta a que nos referimos agora, *CartaCapital* coloca no debate o sacrifício. A construção argumentativa segue um outro caminho: traz ao debate diferentes vozes, como a do xeque Ali Abdouni, que aponta que “O martírio pela defesa de uma causa nobre e justo é permitido e não contradiz a Lei Divina de se tirar a própria vida [...]” (SANTOS..., 9/4/2003, p. 40), que tanto sancionam quanto condenam o ato dos homens (e mulheres)-bomba. Dessa forma, o contrato proposto ao leitor não tem a função de sancionar ou condenar o ato, mas de trazê-lo ao debate e fazer com que tenha argumentos para se posicionar contra ou a favor.

IstoÉ, por sua vez, apresenta uma construção argumentativa de sanção ao discurso hegemônico, ou seja, qualifica os homens-bomba como ameaça. O título da reportagem, “Camicases de Saddam” (MELLO e KADAOKA, 9/4/2003, p. 74-75) leva o leitor a crer que homem-bomba é sinônimo de camicase, o que se transforma numa visão reducionista do ato. O enunciador busca desqualificar o executor do ato, apresentando vozes que sancionam esse discurso, o que resulta numa visão maniqueísta

de bem e mal. Já comentamos neste trabalho o uso de aspas por parte do enunciador, que se utiliza de um discurso alheio para sancionar sua construção argumentativa. É o caso de *IstoÉ*. Uma das vozes do veículo, Murhaf Jouejati, do Centro de Estudos de Oriente Médio de Washington, define assim o homem-bomba: “Eles vêm de classes baixas. São jovens humildes e alienados. [...]” (MELLO e KADAOKA, 9/4/2003, p. 75). Além dessa simplificação, ao definir valores extremamente negativos aos adeptos dessa prática, mostrados como alienados, o que é uma inverdade, já que, em hipótese alguma, fazem uma opção política ao se decidirem por praticar tal ato. *IstoÉ* não apenas de se utiliza de outras vozes para condenar o ato, mas também recorre a qualificações próprias: “O pior é que esta arma humana poderá não cessar em um gesto insano de se acabar com o adversário, mas corre-se o risco de a expressão máxima do absurdo virar uma prática banal.” (MELLO e KADAOKA, 9/4/2003, p. 75). As qualificações são as seguintes: arma humana, gesto insano e expressão máxima do absurdo. O campo discursivo está repleto de elementos, como já acentuamos anteriormente, que levam o leitor a ter uma visão simplista de um assunto extremamente complexo.

Capítulo 6 Hegemonia, ideologia e cartão de crédito

Em nossas análises anteriores fica claro que os Estados Unidos se impõem como potência hegemônica ao utilizar sua máquina de guerra como instrumento de dominação. Além disso, buscam impor aos invadidos, Afeganistão e Iraque, sua política belicista sob o angelical argumento de levar liberdade à população oprimida por governos ditatoriais. Em nossos capítulos anteriores discutimos terror, guerra, estado de exceção, fundamentalismo e globalização, ou seja, temas que dominaram o campo discursivo da mídia impressa semanal, nosso objeto de análise nesta pesquisa. Agora se faz necessário que fechemos o ciclo e analisemos temas e subtemas que circundam os (temas) anteriormente citados e que são fundamentais na construção do inimigo, o Outro-Islã.

Antes de iniciarmos nossas discussões propriamente ditas, é importante que seja feita uma espécie de retrospecto do que já expusemos neste trabalho. Os ataques aéreos de 11 de setembro de 2001 foram o acontecimento motivador para as ações subsequentes dos Estados Unidos: as invasões ao Afeganistão em 2001 e ao Iraque em 2003. A conseqüente *Guerra ao terror* declarada pelo presidente norte-americano George W. Bush teve como ponto nodal o inimigo, o Islã. A partir dessa costura significativa, os EUA criaram condições de espalhar sua política belicista.

Há ainda um elemento importante que se junta aos outros até agora identificados: a condição de vítima dos EUA. Como comentamos na introdução deste trabalho, a posição de vítima foi fundamental para o governo norte-americano, já que constituiu uma espécie de justificativa para as ações posteriores. Tal condição de vítima funciona como um cartão de crédito. É como se todas as ações e barbáries cometidas no Afeganistão e Iraque fossem transformadas em créditos a receber pelos EUA.

A mídia impressa semanal, em sua maioria, sancionou o discurso hegemônico norte-americano, optando pela vinculação simplista entre Islã, terror e, conseqüentemente, violência. Além disso, reduziu o fundamentalismo a uma característica apenas dos islâmicos, levando a uma formulação maniqueísta entre o Bem (Ocidente) e o Mal (Islã). Esta breve trajetória de nossa pesquisa serve como introdução ao que discutiremos a seguir: hegemonia e ideologia, que irá incorporar subtemas como choque de civilizações e orientalismo.

Partimos do entendimento que hegemonia engloba ideologia. Antonio Gramsci define hegemonia como a capacidade de um Estado ou de um grupo social de exercer predomínio sobre outro Estado ou grupo por meio do convencimento, da persuasão e do consenso de que os interesses que representa são comuns e devem prevalecer. É importante ressaltar que para Gramsci essa dominação é cultural (ideológica e política). Dessa forma, a prevalência de interesses da qual nos referimos e que conflui para a unificação de determinado grupo ou Estado se dá por meio da ideologia.

Terry Eagleton aponta que Gramsci lança mão da palavra hegemonia, como acentuamos acima, “para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio – apesar de, é verdade, empregar o termo ocasionalmente para designar o consentimento e a coerção” (EAGLETON, 1997, p. 105). Portanto, nota-se uma diferença entre hegemonia e ideologia, já que as ideologias podem ser impostas à força, o que não ocorre com hegemonia. Por isso, como afirmamos, a hegemonia inclui a ideologia, “[...] mas não pode ser reduzida a ela.” (EAGLETON, 1997, p. 105). Para Eagleton, a hegemonia pode ser dividida ou seccionada em vários aspectos ideológicos:

A hegemonia, então, não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos. A ideologia refere-se especificamente à maneira como as lutas de poder são levadas a cabo no nível da significação, e, embora tal significação esteja envolvida em todos os processos hegemônicos, ela não é em todos os casos o nível *dominante* pelo qual a regra é sustentada. (EAGLETON, 1997, p. 106).

Com a afirmação de Eagleton, compreende-se que ideologia, apesar de ser componente da hegemonia, está restrita às lutas de poder e nem sempre é o nível dominante, pois possui conotações mais estáticas. Ao passo que hegemonia tem um caráter mais dinâmico, já que nunca é conquistada definitivamente e precisa ser renovada ou recriada continuamente.

Fairclough, por sua vez, observa que:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. (...) Hegemonia é a construção de alianças e integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Fairclough aponta que hegemonia é construção de alianças, ou seja, é necessário haver negociação e integração, não só dominação, ou coerção, como diz Gramsci.

Introduzimos a conceituação de Gramsci e os comentários de Eagleton para que funcionem como suportes de nossa análise da mídia impressa semanal. Para complementar, destacaremos a relação entre ideologia e razão cínica desenvolvida por Žižek, que considera haver uma ingenuidade constitutiva na definição de ideologia. O próprio Žižek apresenta um exemplo, segundo ele, clássico:

[...] a noção ideológica da “liberdade” burguesa compreende, inclui certa liberdade – a que tem o trabalhador de vender sua força de trabalho –, liberdade esta que é a própria forma de sua escravidão; do mesmo modo, a relação de troca funciona, no caso da troca entre a força de trabalho e o capital, como própria forma de exploração. (ŽIŽEK, 1992, p. 59).

A “ingenuidade” a que Žižek se refere está no fato de a “liberdade” burguesa passar a impressão de que o trabalhador tem liberdade na venda de sua força de trabalho, o que, na verdade, não ocorre, já que a relação ela (força de trabalho) e capital é de exploração e, portanto, forma de escravidão. Daí, Žižek lembrar da definição de ideologia de Marx, “disso eles não sabem, mas o fazem”.

A razão cínica a que Žižek se refere é a tese de Peter Sloterdijk, que afirma, ao contrário de Marx, “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem”. “A razão cínica já não é ingênua, é o paradoxo de uma ‘falsa consciência esclarecida’: estamos perfeitamente cômicos da falsidade, da particularidade por trás da universalidade ideológica, mas, ainda assim, não renunciamos a essa universalidade...” (ŽIŽEK, 1992, p. 59-60, grifo do autor). Por trás de interesses mostrados como nobres, como os dos Estados Unidos de levarem liberdade ao Afeganistão e Iraque, estão verdades inconfessadas de sede ilimitada de poder, violência etc.

O interesse particular, dos EUA, é claro, de hegemonizar o discurso e, dessa forma, fazê-lo prevalecer perante os demais, leva-nos a crer, como afirmamos, que “a ideologia funciona cada vez mais de maneira cínica” (ŽIŽEK, 1992: 59). O modo de ação dos Estados Unidos, no sentido estritamente ideológico, pode ser associado ao que diz Sloterdijk em seu livro *Crítica da Razão Cínica* (1987): “próspera e miserável ao mesmo tempo, essa consciência já não se sente afetada por nenhuma crítica ideológica; sua falsidade já está reflexivamente amortecida.” (SLOTERDIJK 1987, p. 5).

O modo ostensivo com que os Estados Unidos, sob Bush Jr., impuseram seu discurso pode ser encarado como cínico. Senão vejamos: a impostura dos norte-

americanos em conclamar “Ou vocês estão conosco ou estão contra nós” não caracteriza essa falsa consciência esclarecida? Apesar de tacitamente defenderem as regras do jogo, entendendo-se isso como agir dentro da legalidade, o que se viu foi exatamente o oposto. Como somos (EUA) força hegemônica, estamos autorizados a fazer o que bem entendermos, e invadirmos qualquer nação sem autorização prévia de quem quer que seja para defendermos o mundo democrático contra o terrorismo. Para Žižek,

O cínico vive da discordância entre os princípios proclamados e prática – toda a sua “sabedoria” consiste em legitimar a distância entre eles. Por isso a coisa mais insuportável para a postura cínica é ver transgredir a lei abertamente, declaradamente, isto é, alçar-se a transgressão à condição de um princípio ético. (ŽIŽEK, 1992, p. 60).

Bush Jr. e seu governo nada mais fizeram do que legitimar a prática ilegal de atacar a soberania de outros países, sem pedir licença, e institucionalizá-la. Quando o presidente norte-americano é apresentado como um fora-da-lei, não há exagero em tal qualificação. Mas Žižek não permanece apenas na discussão da falsa consciência esclarecida. Ele avança e lança uma provocação:

Ora, mas será que devemos dizer que, com a “consciência cínica”, saímos do campo ideológico propriamente dito e entramos no universo pós-ideológico em que um sistema ideológico se reduz a um simples meio de manipulação, que não é levado a sério nem mesmo por seus inventores e propagadores? (ŽIŽEK, 1992, p. 61).

O questionamento de Žižek tem fundamento, pois no momento em que há o afrontamento às leis e o que prevalece é a particularidade ocorre um deslocamento ou uma saída do campo ideológico, que fica reduzido a um mero jogo de manipulação, ou seja, “o cinismo não é uma postura de imoralidade direta, mas, antes, a própria moral colocada a serviço da imoralidade” (ŽIŽEK, 1992, p. 60). Essa postura ideológica, se é que assim podemos denominá-la, ou essa manipulação cínica e imoral dos Estados Unidos buscou a hegemonia do discurso, como salientamos anteriormente.

6.1 Dominação e democracia

A pretensa democracia liberal norte-americana esconde, na verdade, um desejo de dominação, transformando o segundo (Europa) e terceiro mundos em colônias-

satélite ou meros ratificadores de suas posições. Essa “suposta” legitimação global teria o poder de tornar a ação (*Guerra ao terror*) legítima. Ainda em referência à questão da dominação é importante salientar também a *onipotência* dos EUA ao dividir o mundo em dois: os que estão ao nosso lado pertencem ao Bem, os inimigos políticos, os adversários, pertencem ao Mal. Essa junção de fora-da-lei cínico e divindade conferem a Bush e a sua doutrina uma espécie de terra arrasada ou estado de exceção (que já discutimos neste trabalho), como analisa Christian Ingo Lenz Dunker (2005, p. 56). Ou seja, ou escolhemos a democracia liberal globalizada ou optamos pelo terror.

Segundo Dunker, para Žižek, esse não seria o verdadeiro problema (a escolha entre democracia e terror), mas sim “saber qual será a posição tomada pelo segundo mundo, a Europa” (DUNKER, 2005, p. 57). Isso se explica: de acordo com Žižek, há uma forma de a Europa responder a essa tentativa de colonização ideológica pós-11 de setembro, que é a apropriação, por parte da esquerda, do *slogan* da Europa unificada e utilizá-lo como contrapeso ao globalismo americano.

Apesar de apresentar a esquerda como a única com capacidade de liberar a Europa do jugo norte-americano, Žižek é extremamente crítico em relação a sua atuação, a ponto de questionar: “Com essa ‘esquerda’ quem precisa de direita?” (ŽIŽEK, 2003, p. 71).

Saliente-se ainda que as invasões ao Afeganistão e ao Iraque podem ser encaradas como ataques preventivos, pois a simples ameaça de novos ataques forçou tais ações (invasões). Žižek acentua que toda estrutura de poder precisa de uma ameaça implícita subjacente: “(...) a ameaça do ataque terrorista provoca uma série interminável de ataques preventivos contra potenciais terroristas.” (ŽIŽEK, 2005, p. 4).

A dualidade apresentada anteriormente, entre democracia liberal globalizada (direita populista) ou terror, tem uma série de desdobramentos em relação ao 11 de setembro e seus atos consequentes. O entendimento de Žižek sobre a política dos Estados Unidos, apresentados como o espaço da arquipolítica tradicionalista, é fundamental para que possamos prosseguir nossa análise. Parker traduz:

A caracterização de Žižek dos Estados Unidos como uma sociedade global é projetada para apresentar este país como o espaço da arquipolítica tradicionalista – um fechamento da diferença entre os distintos setores do mundo, quando o primeiro mundo finalmente triunfa sobre o ‘terceiro mundo’ colonizado, e agora, pós-colonial, e os estados pós-estalinistas do velho ‘segundo mundo’ – enquanto o capitalismo impõe a globalização cultural e econômica. (PARKER, in PRADO e DUNKER, 2005, p. 162).

Para Žižek, arquipolítica “[...] é aquela tentativa de buscar um fechamento – ‘um espaço social homogêneo, organicamente estruturado, fechado, tradicional, que não permite nenhum vazio no qual o evento ou momento político possam emergir.’” (ŽIŽEK, 1998a, p.991 op. cit.; PARKER in PRADO e DUNKER, 2005, p. 153). Nos EUA, segundo Žižek, repetimos, domina a arquipolítica, pois o país buscou uma homogeneidade em seu discurso e que permitiu a costura significativa em torno do inimigo, o Islã.

Quando se refere a democracia liberal globalizante, Žižek, na verdade, está se referindo, por exemplo, à política da era Bush Jr. Sob o manto de guardião do universo, esconde-se um governo de direita, extremamente conservador, que semeia a violência e o desrespeito às leis.

[...] no decurso do século XX, (...) os Estados Unidos, longe de serem essa nação singular e democrática que seus fundadores imaginaram, um Império de Liberdade, foram o autor de projetos imperialistas diretos e brutais, tanto interna como externamente. A figura do governo americano como xerife do mundo e mentor da repressão das lutas de libertação em todo o mundo não nasceu, realmente, na década de 1960, nem mesmo no advento da própria guerra fria, mas vem da revolução soviética, talvez até de antes. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 195).

Hard e Negri apontam que a personagem de xerife do mundo vivida pelos Estados Unidos não é recente, talvez venha antes da revolução soviética. Portanto, esse comportamento arrogante e prepotente vitima outros países há décadas.

6.2 Violência e ato revolucionário

A respeito da tal democracia globalizante é oportuno ressaltar que uma das missões que Bush, em sua capa de paladino da justiça, propõe aos Estados Unidos é levar a democracia aos países onde ela não exista, isto é, impor um regime com o uso da força. Da imbricação entre democracia e *Guerra ao terror* resulta a violência. Violência esta tanto do lado dos norte-americanos quanto dos terroristas. Ou seja, a mesma lógica utilizada pelo terror: “assumir a obscenidade suja do outro lado do poder: a atitude heroica de que alguém tem de fazer o trabalho sujo, então mãos à obra” (ŽIŽEK, 2003, p. 45), é utilizada pelos EUA. Essa identificação com o gesto heroico é apontada por Žižek como o núcleo da paixão pelo real, entendido aqui como o elemento traumático

que resiste a ser integrado simbolicamente na vida social e/ou realidade psíquica. Aliás, a violência, como acentua Dunker, é um outro problema na agenda teórica de Žižek.

Uma vez que a idéia de uma revolução sem excessos está descartada, pois seria uma revolução sem revolução, e uma vez que o excesso por si mesma nada legítima, nem mesmo o desejo de erradicá-lo, como pensar uma violência revolucionária que não seja baseada na obscenidade do supereu? Nesta via Žižek se dedica a pensar a curiosa figura do reverso espelhado da Bela Alma, a atitude heroica daquele que entende que sua missão é fazer o “trabalho sujo”, o crime pela pátria ou o mártir stalinista que procura, por seu ato, recuperar a fé incerta, provando a consistência da lei. (DUNKER, in PRADO e DUNKER, 2005, p. 58).

Apesar de Žižek relacionar violência e ato revolucionário, esse mesmo propósito se observa no sacrifício da vida de terroristas suicidas. Os sequestradores dos aviões que foram jogados contra as torres gêmeas do WTC praticaram um ato heroico, ou seja, atingir a maior potência econômica e militar do planeta dentro de seu próprio território, mesmo que para isso milhares de pessoas inocentes fossem mortas.

A mídia impressa semanal sancionou o discurso hegemônico do governo norte-americano. Essa sanção se deu, primeiramente, na qualificação de império aos Estados Unidos. Essa qualificação, errônea, diga-se de passagem, pois o país é parte dele (império), traz implícita a idéia de que a ideologia ocidental prevalece sobre os invadidos, além de simplificar os acontecimentos a uma luta entre o Bem e o Mal.

Veja é defensora incontestada da ideologia norte-americana. Na matéria intitulada “Os novos imperialistas” (GRYZINSKI, 26/3/2003, p. 68), o enunciador aponta:

Duas doutrinas recentemente criadas amparam a nova política de segurança nacional americana: a da guerra preventiva e a da supremacia incontestada dos Estados Unidos. Seus proponentes fincaram-se no centro do poder americano e conquistaram a aquiescência do presidente George W. Bush. São chamados de neoconservadores, para se diferenciar, pelo ímpeto intervencionista e pelo propósito declarado de reformar o mundo, dos conservadores tradicionais. Também atendem por “imperialistas democráticos” e “unipolaristas”, denominações autoexplicativas. São os novos ideólogos do império americano. (GRYZINSKI, 26/3/2003, p. 68-69).

No trecho acima, podemos apontar os seguintes temas: 1) supremacia incontestada; 2) propósito de reformar o mundo; 3) imperialistas democráticos. Estes três pontos denotam, sem sombra de dúvida, que a construção argumentativa de *Veja* pressupõe ao leitor a supremacia dos valores norte-americanos sobre as outras nações.

Época também segue a mesma construção argumentativa de *Veja*. Na reportagem “O império mais forte” (FUSER, 17/12/2001, p. 34-35), o enunciador declara que “Os Estados Unidos saem do conflito no Afeganistão com um poderio sem paralelo na história” (FUSER, 17/12/2001, p. 35). Os elementos dispostos no campo discursivo de *Época* fazem crer ao leitor que os EUA exercem supremacia incontestável diante do mundo. O enunciador acrescenta: “Apesar das aparências, os EUA nunca abandonaram o unilateralismo. O que eles fizeram, na opinião de muitos analistas, foi tirar proveito dos atentados para reforçar sua hegemonia.” (FUSER, 17/12/2001, p. 36). Neste trecho, podemos trazer o que discutimos anteriormente sobre o entendimento de Baudrillard: a posição de vítima funcionou como um cartão de crédito para espalhar a política belicista dos EUA.

IstoÉ, com uma construção mais oblíqua, não deixa de sancionar a supremacia norte-americana:

[...] a geopolítica americana seria semelhante à do valentão de porta de padaria. Aquele que exhibe músculos, xinga quem passa, ameaça a todos, e consegue sempre o que deseja. Afinal, ele já arrancou a pele de um sujeito que o desrespeitou. É a pressão e o blefe vencendo cartadas mais elaboradas. (FREITAS JR., 23/4/2003, p. 69).

O enunciador apresenta a comparação: geopolítica americana = valentão de porta de padaria. Apesar de uma comparação um tanto depreciativa, pois leva a questão da supremacia a um debate superficial, os Estados Unidos são apresentados pelo enunciador como um sujeito que consegue o que quer, até arrancar a pele de alguém que os desrespeitaram. O leitor é levado a crer que os Estados Unidos são a potência que não teme ninguém e alcançam com suas garras quem quer que seja.

CartaCapital, diferentemente dos outros veículos, apresenta uma construção dissonante. Apresenta a tese da dominação global e a discute sem sancionar. Vejamos:

A derrubada de Saddam Hussein e a ocupação militar do Iraque avançam mais uma casa num projeto cuja finalidade última é a dominação global pelos Estados Unidos. À força militar, se for necessário, e sem admitir rival.

[...] a elite política de Washington usa o eufemismo “liderança global” para não falar em império. O diabo, aponta o jornalista Hendrik Hertzberg, da revista *New Yorker*, é que a visão estratégica da Casa Branca não pode ser chamada de outra coisa senão de domínio do mundo.

[...] O governo Bush não vê mais a força como recurso de última instância; o poder militar é agora o instrumento prioritário e mais efetivo da ação de Estado.

[...] Na Guerra Fria, o inimigo era claro: os soviéticos e o comunismo. No mundo de hoje, argumentam os radicais de Bush, os inimigos são difusos e os

Estados Unidos não podem se dar ao luxo de enfrentar alguns e ignorar outros. Logo, devem se preparar contra ameaças reais e potenciais, presentes e futuras, conhecidas e imaginadas. Viver numa paranoia bélica, enfim. (MENDES, 23/4/2003, p. 58-59).

O enunciador apresenta ao leitor uma construção argumentativa que dá conta da nova empreitada norte-americana: impor sua liderança pela força, pelo uso do poderio militar, já que foi a única coisa que restou aos EUA para fazer frente ao resto do mundo, uma vez que sua economia, por exemplo, está se esfacelando. É importante ressaltar que a Casa Branca em documentos oficiais, como acentua uma das vozes da reportagem, não quer usar a palavra império, que é utilizada pela mídia impressa semanal sem nenhuma cerimônia. Algumas oposições são usadas para realçar a nova política do governo Bush: reais/potenciais; presentes/futuras; conhecidas/imaginadas. Tais oposições são utilizadas em um contexto no qual os EUA devem estar preparados para qualquer tipo de inimigo, pois, como afirma o enunciador, eles (os inimigos) são difusos.

6.3 Sanção pela iconização

A questão hegemônica também passa pela oposição Oriente/Ocidente, que é analisada neste trabalho por meio de duas obras, *Choque de Civilizações*, de Samuel Huntington, e *Orientalismo*, de Edward Said. Antes, porém, de iniciarmos esta discussão, é importante que analisemos dois personagens que são construídos como ícones, mas em oposição.

A forte oposição construída entre Bush Jr. e Bin Laden, sendo o primeiro colocado como ícone da democracia e da liberdade e o segundo, da morte e do terror, mantém invisível a conexão entre ambos, o que atesta a falta de acesso à memória histórica que liga estes personagens à CIA dos anos 80. Conforme analisa Arbex Jr. (in PRADO, 2008), a mídia semanal representa Bush como moderno, avançado, enquanto Bin Laden personifica o atraso e o terror, o que sustenta a oposição entre Ocidente e Oriente. Em geral, evita-se afirmar que Bin Laden foi abastecido pelos EUA, com armas e dinheiro para lutar contra a invasão soviética no Afeganistão.

Veja não economiza nos adjetivos e apresenta Bin Laden como o inimigo número 1 da América, ou seja, delimita o campo discursivo a polarização entre Bem e Mal.

O terrorista é tão mais assustador porque está sempre associado a um verbo no condicional – ele seria, ele teria. Laden jamais reivindicou a autoria das brutalidades que levam a sua marca. Assassina, massacra e amedronta, mas se mantém na sombra, renunciando ao narcisismo que costuma caracterizar as ações terroristas. (O INIMIGO..., 19/9/2001, p. 68).

A construção de *Veja* assusta: massacra, amedronta, mantém-se na sombra. Com isso, apresenta ao leitor um personagem demoníaco, que sempre está à espreita para fazer o mal. No entanto, sua vinculação com os EUA aparece perdida no meio do texto, o que pressupõe que o enunciador não deseja que o leitor incorpore esse elemento em sua construção. “[...] o atual inimigo número 1 dos americanos pode ter recebido treinamento da CIA, que gastou 3 bilhões de dólares para ajudar os rebeldes afegãos.” (O INIMIGO..., 19/9/2001, p. 70). Note-se que o enunciador não dá como certa a vinculação entre Bin Laden e os EUA, pois coloca a frase na condicional: pode ter.

Época, a exemplo de *Veja*, também apresenta Bin Laden como o inimigo número 1. No entanto, não se mostra um enunciador que incorpora a dor dos americanos, ao contrário, incorpora-lhe valores positivos: “Rico, polido e devoto, o saudita Bin Laden é apontado como o suposto responsável pelos atentados” (O INIMIGO..., 17/9/2001, p. 46). Logo à frente, apresenta-o como a encarnação do demônio, mas credita a qualificação a outra voz, o governo dos Estados Unidos. Ou seja, o enunciador esconde-se atrás de outra voz, o que provoca uma sanção indireta. “Ele fala com voz pausada e tem uma expressão melancólica, mas é, de acordo com o governo dos Estados Unidos, a encarnação do demônio.” (O INIMIGO..., 17/9/2001, p. 46).

Já *CartaCapital* constrói Bin Laden como um ex-colaborador do governo norte-americano e revela que o Bush Jr. tinha um plano secreto para assassinar o saudita, o que foi interrompido pelos ataques aéreos. No veículo, há a oposição entre Bin Laden e Bush Jr., mas sem a valoração negativa do inimigo.

IstoÉ apresenta uma construção argumentativa oposta aos outros veículos: constrói Bin Laden como um milionário que pratica negócios ilícitos. Dessa forma, retira a ligação que Bin Laden sempre procurou fazer entre sua figura e o Islã.

Aprende tudo sobre o capitalismo que combate e, nas barbas de Alá, fere indiretamente o versículo 2:275 do *Alcorão*, a bíblia dos muçulmanos, que diz que “os que vivem de juros não se levantarão de seus túmulos senão

como aqueles que o demônio esmaga”. Deus, no Alcorão, aniquila o juro. (CHAIM, 3/10/2001, p. 86, grifo do autor).

Como vimos, Bin Laden é construído como alguém que busca o lucro e afronta o Alcorão. Além dessa construção enfatizada pela forte oposição entre Bin Laden e Bush Jr., a mídia impressa procura ressaltar outros aspectos que envolvem Bin Laden.

Alguns fatos históricos, por exemplo, são convocados para comparar o terrorismo atual com a esquerda revolucionária na Guerra Fria. Na edição de 26/9/2001, *Veja* compara Bin Laden a Che Guevara, que também é demonizado pela publicação: o título “O Che Guevara do Islã” (O CHE..., 26/9/2001, p. 61), é acompanhado do comentário: “O saudita Osama bin Laden, provável mentor de uma tragédia anunciada, é a encarnação do mal para os americanos. Mas boa parte do mundo muçulmano o considera um ídolo.” (O CHE..., 26/9/2001, p. 61). O enunciador se mostra surpreso com tal comparação: “Outro espanto foi verificar que, em diversos países do Oriente Médio e adjacências, Laden é considerado um herói. O Che Guevara do Islã. Assim como o revolucionário comunista, o terrorista tem seu rosto e frases estampados em pôsteres e camisetas.” (O CHE..., 26/9/2001, p. 62). A associação de Bin Laden e Che Guevara é estapafúrdia, já que Che lutava por um ideal, ao passo que Bin Laden usa do medo e da intimidação para espalhar violência e morte.

A satanização de Osama bin Laden, que ocorre na maioria dos veículos, como em *Veja* de 17/10/2001, de 12/12/2001, e *IstoÉ* de 17/10/2001, participa diretamente da construção do Outro islâmico, orientada pela idéia de choque de civilizações, termo desenvolvido por Samuel Huntington, que fala de uma nova ordem mundial ao afirmar que o conflito entre as civilizações se daria agora (após a Guerra Fria) no campo cultural e não no ideológico, como se os campos não fossem interdependentes.

A cultura “moderna” do Ocidente se choca com a do Oriente, “atrasada” e “violenta”. O Oriente é visto com um olhar extremamente preconceituoso, com costumes e ideais bárbaros aos olhos ocidentais, ou seja, a partir de uma visão deturpada, ideia que explica o fato das mídias enunciarem que a guerra seria curta, pois o povo iraquiano, após ser subjugado e humilhado por tal barbárie estaria sedento de liberdade. Esse dualismo impede a mídia semanal de examinar a relação Ocidente-Oriente do ponto de vista da política mundial globalizada, em que cultura e economia estão extremamente interligadas.

6.4. Inimigo

No encadeamento argumentativo construído nas narrativas da mídia semanal, iniciado com os ataques aéreos contra os EUA, há um fio condutor constante, tecido ao redor do seguinte ponto nodal: o inimigo é o Islã, associado à violência e ao fundamentalismo. Esse estranhamento em relação ao Outro oriental é um tema já debatido há muito. Nos anos 90, Edward Said discutiu essa representação que o Ocidente constrói do Oriente em seu livro *Orientalismo*. Há figuras-clichê do árabe circulando sem cessar no Ocidente: a odalisca que dança a erótica dança-do-ventre, o ladrão árabe, o árabe sujo e/ou fortemente erótico e as figuras das mulheres de burca como sinônimo de reprimidas.

A questão é que tais clichês reduzem o Outro a poucas figuras. Apesar de ter alguns cuidados para evitar estereótipos das figuras e temas ligados ao árabe, distinguindo muçulmanos de terroristas árabes, a mídia, principalmente depois de 2001, não conseguiu evitar a naturalização dos povos islâmicos como ligados ao Mal. A ideia do choque de civilizações, de Samuel Huntington, naturaliza a violência como posta do lado dos árabes, fazendo esquecer que foram os próprios EUA que prepararam a Al Qaeda nos anos 80 para enfrentar a URSS no Afeganistão.

Como diz Arbex Jr. (in PRADO, 2008), a mídia, ao analisar o terrorismo, não acessa a memória histórica, o que poderia inclusive lembrar o leitor que o terrorismo não é criação dos árabes: o que seriam a bomba de Hiroshima e o napalm jogado sobre as populações do Vietnã, senão terrorismo de estado por parte dos EUA? O terrorismo está nas raízes da cultura política das nações, conforme afirma Arbex Jr.

A questão política surge quando o Estado e a religião fundamentalista se unem, como ocorre hoje em alguns países. A associação entre violência e fundamentalismo, promovida pela mídia sem memória histórica, nos conduziu nos últimos anos a construções temáticas e figurativas do Outro islâmico carregadas de negatividade, de modo encaixado ao discurso norte-americano de revide e de invasão.

Um dos veículos brasileiros que mais expressam em seu discurso a construção negativa do Outro islâmico é *Veja*, assumindo um posicionamento favorável aos EUA. Na reportagem de capa “O vírus anti-EUA” (*Veja*, 3/10/2001, p. 1), o enunciador trata como demagogos os que culpam os EUA pelo acontecimento, em função de suas posições em relação ao mundo árabe. O seguinte trecho da reportagem demonstra isso:

“Mal se contaram os mortos nos atentados e já viajava pelo mundo a ideia de que os Estados Unidos foram, em última análise, os causadores da tragédia que se abateu sobre eles.” (O VÍRUS..., 3/10/2001, p. 55).

Ora, não se trata de defender essa ideia, mas de examinar o panorama complexo das difíceis relações, historicamente constituídas, entre Ocidente e Oriente, em que o papel dos EUA não foi o de paladino da justiça, como, por exemplo, nas relações com a Pérsia. Esta negativização do Outro islâmico ocorre, de modo menos enfático, mas na mesma direção em *Época* e *IstoÉ*. *CartaCapital* posiciona-se de modo diferenciado nesta construção do Islã, como no trecho: “[...] Os ataques liderados pelos EUA [...] só fazem aumentar o rancor das populações árabes e muçulmanas, que veem dois pesos e duas medidas na política da superpotência para o Oriente Médio.” (LOBO, 17/10/2001, p. 30). O rancor a que *CartaCapital* nos reporta é o combustível gerado por essa construção do Islã num sentido de extrema desvantagem e inferioridade.

IstoÉ, num texto de Demétrio Magnoli, recorre ao malfadado choque de civilizações de Huntington, mas não sanciona a tese do norte-americano, apenas a cita. “O Ocidente e o Islã emergiriam como pólos opostos do principal eixo de ‘choque entre civilizações’. Ele acreditou que a geopolítica pode ser deduzida a partir das estruturas culturais que moldam as civilizações.” (MAGNOLI, 26/9/2001, p. 90). Este embate que Huntington prega e que *IstoÉ* não aceita é rebatido por Said. “O meu ponto de vista é que o orientalismo é fundamentalmente uma doutrina política imposta ao Oriente porque este era mais fraco que o Ocidente, que eliminava a diferença do Oriente com a sua fraqueza.” (SAID, 1990, p. 210).

Dentre as várias imagens com que a mídia opera, a da mulher afegã é um caso exemplar. Se os homens sob a liderança do Taleban são construídos como sujeitos, miseráveis e habitantes das cavernas, a mulher é construída como submissa e oprimida. A burca, tradição milenar da cultura afegã, figurativiza, para o olhar ocidental, prisão e submissão.

O enunciador de *Época* vaticina em uma das legendas: “Opressão: a renda na frente dos olhos é o único elo das mulheres com o mundo.” (ESCOBAR, 24/9/2001, p. 47). Em um trecho da reportagem, o enunciador afirma: “[...] as mulheres sempre viveram encapadas em uma burca: olhavam o mundo exterior da prisão de uma janelinha de renda.” (ESCOBAR, 24/9/2001, p. 49). O enunciador reduz a mulher a um

objeto encapado, reduzindo sua importância a quase nada, tratando-a como um ser inferior.

Veja vai mais adiante: “E por toda parte aquelas imagens que já se tornaram um símbolo: grupos de figuras idênticas, sem forma e sem rosto, coberta da cabeça aos pés em suas túnicas – as burcas.” (O QUE..., 10/10/2001, p. 52). Na revista com manchete de capa, “Fé cega e mortal” (*Veja*, 10/10/2001, p. 1), aparece a foto de uma mulher vestida com a burca, mas associada a outro componente, o fundamentalismo. A questão é que burca nem sempre é sinônimo de fundamentalismo e opressão. O olhar da mídia ocidental revela desconhecimento da cultura afegã, ao tratar da burca, um de seus elementos centenários, como sinônimo de cegueira, submissão e vergonha. A imposição da burca pelo poder político, num estado em que política e religião estão unidos de forma conservadora e reacionária, não foi a regra milenar do uso da burca.

Além disso, como acentua Arbex Jr. (in PRADO, 2008), o efeito de estranhamento construído pela mídia sobre a condição da mulher oriental de burca não é proposto, pela mesma mídia, para o leitor examinar a violência sofrida constantemente pelas mulheres brasileiras, principalmente no ambiente doméstico.

Considerações finais

A mídia impressa semanal ocidental, ao cobrir os ataques aéreos de 11 de setembro de 2001, construiu no imaginário do leitor, à semelhança do discurso hegemônico do governo norte-americano, a necessidade de retaliação contra um inimigo, o Outro islâmico. A análise do *corpus* dessa pesquisa, as revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital*, resultou em um painel vivo sobre o discurso construído pelos veículos citados em reportagens publicadas durante duas ações que foram consequência dos ataques aéreos: as invasões do Afeganistão, em 2001, e do Iraque, em 2003.

O discurso do governo norte-americano sempre foi construído na dualidade, nas oposições, invariavelmente reduzido a uma atitude maniqueísta: são apenas dois lados, o do Bem e o do Mal. Nesse contexto reducionista, nada escapa à relação: nós (os EUA e os que com ele estão) somos o lado do Bem, os que são contrários a nós estão do lado Mal. Durante a Guerra Fria, por exemplo, essa dualidade ficou evidente: os países de regime comunista, alinhados à União Soviética, eram os vilões, os inimigos a serem derrotados, portanto pertenciam ao lado do Mal. Já os países alinhados aos Estados Unidos, os ditos democráticos, ou capitalistas, defendiam o Bem. E esse discurso maniqueísta permaneceu até o final, quando a União Soviética esfacelou-se e os países comunistas deixaram de sê-lo um a um.

Após os ataques aéreos, a oposição Bem/Mal se anunciou. Dias após o acontecimento, o presidente George W. Bush, em discurso no Congresso norte-americano, cunhou a frase: “Ou estão do nosso lado ou contra nós”. A partir daí instaurou-se o discurso contra o Outro islâmico. A construção segue a lógica de que os países que apoiam os Estados Unidos na caça aos terroristas que praticaram os ataques, desde o início qualificados de islâmicos, mesmo sem provas (mais tarde, no entanto, haveria a comprovação), estão do lado do Bem, ao passo que os que não se engajarem nessa luta ou darem guarida a grupos terroristas estão do lado do Mal. Dessa forma, tudo se resume a esse binário, ocultando-se uma série de nuances.

No entanto, mesmo reduzido a uma fórmula simplista, o discurso tornou-se hegemônico no Ocidente e a imprensa tratou de disseminá-lo, numa atitude, podemos afirmar, inconsequente, já que num posicionamento como esse transparece a total incompreensão do outro lado, qualificado como inimigo, o Outro islâmico. Apontamos em nossa pesquisa que apesar de haver variações no tratamento, com mais ou menos

intensidade na sanção ao discurso hegemônico do governo norte-americano, as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* utilizaram suas estratégias na construção (ou corroboração) da dualidade Bem/Mal. A exceção ficou por conta de *CartaCapital*, que optou por não cair na armadilha da simplificação do discurso e utilizou estratégias que complexificaram (ou contextualizaram) os acontecimentos.

O discurso hegemônico do governo norte-americano permeou os textos midiáticos em todos os temas investigados neste trabalho. Nas análises construídas em cada um deles (acontecimento global; terror e medo, a confluência da tragédia; zona de guerra; estado de exceção; fundamentalismo e barbárie; e hegemonia, ideologia e cartão de crédito), foi possível identificar posicionamentos políticos (afirmação ou não da política belicista dos EUA) e os consequentes direcionamentos na proposição de contratos de comunicação pelos veículos aos seus leitores. Tais temas foram fundamentais para mapearmos as estratégias comunicativas utilizadas na construção do Outro islâmico. Entre as principais e mais contundentes estratégias destacamos a associação do Islã (em geral) ao terror e à violência, ao atraso, contrário à modernidade, enfim, inferiorizado em relação aos ocidentais.

Não é novidade e já se tornou lugar-comum afirmar que não há imparcialidade no jornalismo, que se trata de paradigma que não deve mais ser considerado. Apesar disso, seria de se supor que os veículos fossem mais cuidadosos em suas escolhas, uma vez que o que se verificou foi uma tendência em apresentar o Outro negativado, inferiorizado. Quando destacamos a globalização do acontecimento, observamos que nas 271 matérias analisadas em nosso trabalho a utilização de fontes oficiais, aquelas que representam órgãos públicos e, em consequência, sancionam o discurso hegemônico do governo norte-americano, foi maioria, ao passo que os veículos deram pouco espaço às vozes que se contrapõem a esse mesmo discurso.

Isso não quer dizer, no entanto, que houve uma cobertura equivocada em todos os sentidos, já que os fatos que envolveram os ataques aéreos e, posteriormente, as duas invasões, foram relatados e interpretados, segundo a linha editorial de cada veículo. Com isso, houve interpretações particularizadas (de cada veículo) de informações. Em *Veja*, por exemplo, constatamos que a utilização de fontes oficiais deu-se de maneira mais frequente. O discurso de *Veja* jamais apresentou desvios em suas estratégias: houve sanção total ao discurso hegemônico. *IstoÉ* e *Época* operaram em uma faixa intermediária, oscilando entre a sanção total, como foi o caso da invasão ao

Afeganistão, e a crítica pontual, por exemplo, em relação ao posicionamento do presidente Bush ao desconsiderar resolução da ONU contrária à invasão ao Iraque. A exceção ficou por conta de *CartaCapital*, que optou pela crítica loquaz das ações dos EUA, dando voz a personalidades não-alinhadas aos norte-americanos.

Constatamos que o fechamento discursivo em torno do Islã foi construído com habilidade pelo governo norte-americano e encampado pela mídia. Nos temas analisados na sequência de nosso trabalho não houve uma mudança de rota na articulação discursiva dos veículos que fazem parte de nosso *corpus*. Na verdade, o que produzimos com os temas terrorismo, guerra total, estado de exceção, fundamentalismo e hegemonia constituiu-se num mapeamento completo das estratégias utilizadas pelos veículos da mídia impressa semanal. Tal conclusão permite a divisão de nosso *corpus* em três grupos: 1) *Veja*; 2) *IstoÉ* e *Época*; 3) *CartaCapital*.

O grupo 1, representado por *Veja*, é caracterizado pela sanção total ao discurso hegemônico do governo dos EUA e, conseqüentemente, às ações que resultaram dos ataques aéreos (invasão ao Afeganistão e ao Iraque), além da negativização completa do Outro islâmico, inclusive com utilização de termos pejorativos e pouco elegantes como “turma do turbante” e “barbudos”. Para que essas estratégias funcionassem, *Veja* optou por subverter a história, ou seja, omite (ou falseia) fatos relevantes para fazer valer seu ponto de vista, como é o caso da vinculação entre Osama bin Laden e os EUA à época da invasão soviética ao Afeganistão. Há ainda casos de falseamento de informação, como, por exemplo, a afirmação peremptória do veículo de que os fundamentalistas querem dominar o mundo em nome de Alá (edição de 10/10/2001). O enunciador baseia-se apenas em suposições e superestima o poder de fogo de Osama bin Laden e da Al Qaeda.

Já o grupo 2, representado por *IstoÉ* e *Época*, como destacamos, operou em uma zona intermediária, o que resultou em um discurso confuso e pouco eficaz, pois não tem posições claramente definidas. Por exemplo, após os ataques aéreos, ambos os veículos sancionaram o discurso hegemônico dos EUA, ao posicionarem-se favoravelmente à invasão ao Afeganistão. Em um segundo momento, em relação à invasão ao Iraque, posicionam-se contrariamente à ação, inclusive utilizando termos fortes em relação ao presidente Bush, como insensato (ou insano), por ter desprezado totalmente resolução da ONU em sentido contrário à invasão. No entanto, posteriormente, apoiaram as ofensivas aliadas em território iraquiano, o que resultou em um discurso ineficaz e

confuso. Em relação ao Outro islâmico, a construção é a mesma, em alguns momentos representa o atraso, a violência, o terror, em outros, tem voz e é apresentado como injustiçado e subjugado, como um escravo do Ocidente.

CartaCapital, que representa o grupo 3, optou por estratégias diferenciadas ao questionar constantemente as ações norte-americanas, ancorando-se em vozes dissonantes que não sancionaram o discurso hegemônico, a ponto de levantar hipóteses em relação à autoria dos ataques aéreos (creditando-os a uma possível ação da extrema-direita norte-americana, responsável pelo atentado de Oklahoma City, já discutido neste trabalho). O veículo tem posicionamentos político e ideológico bem claros: está à esquerda dos demais veículos (que fazem parte de nosso *corpus*) e é refratário a qualquer atitude imperial dos EUA. Em relação ao terror, por exemplo, *CartaCapital* o tratou como um negócio e ressaltou a questão do terrorismo de Estado, tema pouco abordado pelos outros veículos, já que implicaria em crítica acentuada aos EUA, acusado (por quem?) inúmeras vezes dessa prática.

Em linhas gerais, as reportagens são deficientes no acesso à memória histórica, pois não há uma preocupação do enunciador em tecer relações e contextualizações com fatos ocorridos anteriormente para que haja uma perfeita compreensão do que acontece no momento. Por exemplo, no momento em que ocorreram os ataques aéreos de 11 de setembro, a imprensa relacionou esse acontecimento a Pearl Harbor. Só que houve um apagamento de fatos importantes relacionados a tal acontecimento que fez com que os EUA entrassem na Segunda Guerra Mundial. Destacou-se apenas a coincidência de um ataque-surpresa, já que era apenas isso o que realmente interessava. No entanto, nada se disse sobre a Inteligência norte-americana ter sido avisada com antecedência do iminente ataque dos japoneses. Exatamente o mesmo que ocorreu com os ataques aéreos, pois a Inteligência norte-americana recebeu inúmeros sinais de que um ataque de proporções espetaculares estava para acontecer. Em outro momento, os veículos, ao questionarem a violência dos ataques aéreos com a consequente morte de civis, deixaram de mencionar, por exemplo, o ataque a Hiroshima que provocou a morte de milhares de civis. Ou ainda os treinamentos realizados pela CIA ao grupo de Osama bin Laden à época da dominação soviética no Afeganistão. Ou ao apoio do Paquistão, aliado incondicional dos EUA, ao Taleban para combater os invasores soviéticos.

A imprensa tem opções de narrativa, no entanto, suas escolhas são feitas levando-se em conta apenas seus posicionamentos políticos e ideológicos, o que

forçosamente provoca o “apagamento” da memória. As narrativas escolhidas desprezaram o contexto, a memória histórica, o que permitiu proposições de contratos comunicacionais aos leitores deficientes em suas construções discursivas, proporcionando uma visão completamente distorcida do Outro islâmico, constantemente associado à violência, ao fundamentalismo e ao terror.

Na verdade, essa visão distorcida foi afetada por teses como a de Samuel Huntington descrita em *Choque de Civilizações*, que apresenta um Ocidente superior ao Islã. Em consequência, o que ocorre é uma sanção ao discurso hegemônico do governo norte-americano, como enfatizamos diversas vezes em nosso trabalho.

Por outro lado, a imprensa brasileira, e em nosso caso a mídia impressa semanal, transformou-se em mera caixa de ressonância do que a imprensa norte-americana publicava, deixando de exercer um papel de protagonista em seu próprio país.

Já não é sem tempo de a mídia impressa semanal promover reflexões sobre sua conduta editorial. Não queremos com isso propor que haja um pensamento único e linear sobre os acontecimentos a serem cobertos, mas um aprofundamento na construção das reportagens: é importante que sejam observados e contemplados todos os contextos e as nuances e que circundam determinado tema. Dessa forma, haverá uma informação de qualidade mais apurada e construções discursivas menos dirigidas.

Enfim, não basta somente a informação, a notícia pura e simples, mas uma visão política plural, mais democrática, menos impositora de distorções e que, em função disso, possibilite a existência de um leitor que possa fazer suas escolhas baseadas em construções argumentativas que privilegiem o senso crítico.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo. 2004.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. *Medios de comunicacion ante el terrorismo*. Barcelona (Espanha): Icaria. 1991.
- ANTES, Peter. *O Islã e a política*. São Paulo: Paulinas. 2003.
- ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo. 2007
- ARBEX JR., José. *Showrnlismo, a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela. 2002.
- _____. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Casa Amarela. 2003.
- BADIOU, Alan. *Para uma nova teoria do sujeito*. Trad. Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.
- _____. *O ser e o evento*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1996.
- _____. *Introducción a el ser y el acontecimiento*. Acontecimiento. n. 16. 1998. Disponível em <<http://www.grupoacontecimiento.com.ar>>. Acesso em: 24 mar. 2005.
- _____. *Consideraciones filosoficas sobre algunos acontecimientos recientes*. Acontecimiento. n. 23. 2002. Disponível em <<http://www.grupoacontecimiento.com.ar>>. Acesso em: 24 mar. 2005
- BARROS, Diana Luz de. *Teoria Semiótica do Texto*. 4ª ed. São Paulo: Ática. 2001.
- _____. *Teoria do Discurso*. São Paulo: Ática. 1994.
- _____. *Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos*. In *Cruzeiro Semiótico*. nº 11-12. 1989-1990. Porto (Portugal): Nobar. 1989-1990.
- BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Tradução de Isabel Pascoal. Lisboa (Portugal): 70. 1982.
- BAUDRILLARD, Jean. *Power Inferno*. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina. 2003.
- _____. *A Transparência do mal*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Campinas. Papirus. 1996.
- _____. *A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos*. Trad. Manuela Torres. Lisboa (Portugal): Terramar. 1992.
- _____. *O espírito do terrorismo*. Tradução de Fernanda Bernardo. Porto (Portugal): Campos das Letras. 2002.
- _____. *D'un fragment l'autre*. Paris (França): Albin Michel. 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.
- BECK, Ulrich. *Sobre el terrorismo y la guerra*. Barcelona (Espanha): Paidós. 2003.
- BENETTI, Marcia. *O jornalismo como gênero discursivo*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- BOFF, L. Fundamentalismo mundial. Consciência. Net. 9 jan. 2004. Disponível em: <www.consciencia.net/2004/mes/01/boff1.html>. Acesso em: 20 mar. 2005).
- BONI, Luis Alberto de. *Fundamentalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1995.
- BOORSTIN, Daniel J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Vintage. 1992.
- BRODSKY, Anne. *Por baixo da burca*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Senhora. 2005.

- BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror. Diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
- BURUMA, Ian; MARGALIT, Avishai. *Ocidentalismo: o Ocidente aos olhos de seus inimigos*. Tradução de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto. 2006.
- CHOMSKY, Noam. *Ambições Imperiais*. Rio de Janeiro: Ediouro. 2006.
- CODERCH, Marcel. *Entrevista a Chomsky*. Disponível em: <<http://www.antroposmoderno.com>>. Acesso em 24 de março de 2005.
- COSTA, Darc; EARP, Fábio Sá; LESSA, Carlos. *Depois do Atentado*. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.
- COX, Christoph; WHALEN, Molly. *On Evil: An Interview with Alain Badiou*. Disponível em: <<http://www.cabinetmagazine.org/issues/5/alainbadiou.php>>. Acesso em 24 de março de 2005.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34. 1997.
- DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto. 2004.
- DORNELES, Carlos. *Deus é inocente: a imprensa, não*. São Paulo: Globo. 2002.
- DUNKER, Christian (org.); PRADO, José Luiz Aidar (org.). *Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker. 2005.
- DREHER, Martin N. *Para entender fundamentalismo*. São Leopoldo: Unisinos. 2002.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo e Unesp. 1997.
- EICHENBERG, F. Conflito no Iraque só existiu para apagar o verdadeiro acontecimento: os atentados de 11 de setembro. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, p. 8, 28 abr. 2003.
- ELIHU, Katz; DAYAN, Daniel. *A História em Directo – Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Trad. Ângela e José Carlos Bernardes. Coimbra (Portugal): Minerva. 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB. 2001.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática. 1996.
- _____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto. 1997.
- _____. *Algumas considerações sobre o medo e a vergonha*. In *Cruzeiro Semiótico*. Nº 16. Janeiro, 1992. Porto (Portugal): Fundação Eng. Antonio de Almeida. 1992.
- _____. *Semiótica e Comunicação*. In: *Revista Galáxia*. Nº 8. 2004. São Paulo: Educ. 2004.
- FLOCH, Jean-Marie. *Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral*. Documentos de Estudo do Centro de Pesquisas Sociosemióticas. Nº 1. 2001. São Paulo: CPS. 2001.
- FRANCA, Vera; PAIVA, Raquel; SOVIK, Liv; WEBER, Maria Helena (org.). *Livro do XI Compós*. Porto Alegre: Sulina. 2003.
- GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.
- GIDDENS, Antony. *Para além da esquerda e da direita*. Tradução de Alvaro Hattner. São Paulo: Unesp. 1996.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no Jornalismo*. São Paulo: Hacker/Edusp. 2003.
- _____. *Jornalismo e Ciências da Linguagem*. São Paulo: Hacker/Edusp. 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995.

- GREIMAS, Algirdas Julien; COUTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix. 1979.
- _____.; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática. 1993.
- _____. *Semiótica: Dicionário Razonado de la Teoría Del Lenguaje*. Madrid: Gredos. 1990.
- _____. *Da imperfeição*. São Paulo: Hacker. 2002.
- GUIMARÃES, Luciano. *As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume. 2003.
- HAMADA, B. I. Media, Violence and Terrorism in the Arab World. **Media: violence and terrorism**, Paris (França), Unesco, p. 101-106, 2003.
- HARD, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record. 2005.
- _____. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record. 2001.
- HOURANI, Albert. *O pensamento árabe na era liberal*. Tradução de Rosaura Eichenberf. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Tradução de M.H.C. Cortês. São Paulo: Objetiva. 1996.
- IANNI, Octávio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.
- KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial. 2003.
- KURZ, Robert. (1992). *O colapso da Modernização*. 6ª edição. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra. 1992.
- LACLAU, Ernesto. *Misticismo, retórica y política*. Cidade do México (México): Fondo de Cultura Económica. 2002.
- _____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires (Argentina): Nueva Visión. 1993.
- _____.; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. 2ª ed. Buenos Aires (Argentina): Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A. 2004.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática. 1998.
- LANDOWSKI, Eric. *A Sociedade Refletida*. São Paulo: Educ. Pontes. 1992.
- _____. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva. 2002.
- _____.; DORRA, Raul; OLIVEIRA, Ana Claudia de. *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: Educ/UAP. 1999.
- _____.; OLIVEIRA, Ana Claudia de. *Do inteligível ao sensível*. São Paulo: Educ. 1995.
- LEWIS, Bernard. *Os assassinos*. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
- MAGNOLI, D. Diante da jihad global. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 6 mar. 2005. Caderno Mais!, p. 7.
- MARRONE, Gianfranco. *Da opinião pública ao corpo político*. In: Revista Galáxia. Nº 2. 2001. São Paulo: Educ. 2001.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda*. São Paulo: Summus. 1978.
- MOUFFE, Chantal. *Gramsci & Marxist Theory*. London: RKP, 1979.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. Campinas: Unicamp. 1988.
- PAVON, Hector. *Las democracias están en guerra contra los pobres*. Disponível em: <<http://www.grupoacontecimiento.com.ar>>. Acesso em 24 de março de 2005.

- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. 2ª edição. São Paulo: Editora 34. 2000.
- _____. *Criacionismo é fundamentalismo: o que é fundamentalismo?* ComCiência – Revista eletrônica de jornalismo científico. n. 56, jun. 2004. Disponível em: <www.comciencia.br/200407/reportagens/12.shtml>, acessado em 20/11/2005.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso*. São Paulo: Hacker Editores. 1999.
- PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *Sexo, afeto e era tecnológica: um estudo de chats na internet*. Brasília: UnB. 1999.
- _____; MOUILLAUD, Maurice (org.). *O jornal – Da forma ao sentido*. Brasília: UnB. 2002.
- PRADO, José Luis Aida. *A invenção do mesmo e do outro na mídia semanal*. PUC-SP, São Paulo, 2008, 1 CD-ROM
- RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto. 2006.
- ROMANO, Roberto. *O desafio do Islã. Outros Desafios*. São Paulo: Perspectiva. 2004.
- SAFATLE, V. A paixão pelo real. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 30 nov. 2003. Caderno Mais!, p. 4-7.
- SAID, Edward W. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- _____. *Cultura e Política*. Tradução de Luis Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo. 2003.
- SLOTERDIJK, Peter. *Critique of Cynical Reason*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- SODRÉ, Muniz. *Reiventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. 4ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes. 1996.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Tradução de Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes. 1993.
- SOUZA, Jorge Pedro. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2004.
- TORFING, Jacob. *New theories of discourse*. EUA: Blackwell Publishers. 1999.
- TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa (Portugal): Comunicação & Linguagens. 1999.
- VERÓN, Eliseo. *Construir el acontecimiento*. Barcelona (Espanha): Gedisa. 2002.
- WAINBERG, Jacques A. *Mídia e terror: comunicação e violência política*. São Paulo: Paulus. 2005.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo. 2003.
- _____. *Eles não sabem o que fazem – O sublime objeto da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1992.
- _____. *La suspensión política de la ética*. Tradução de Marcos Mayer. México: Fondo de Cultura Económica. 2005.
- _____. Senhores e servos. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 11 nov. 2001. Caderno Mais!, p. 10-11.
- _____. A vítima é o criminoso. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 27 mar. 2005, Caderno Mais!, p. 4.

Periódicos

- A CAÇADA a Bin Laden. *Época*. São Paulo, p. 92-94, 3 dez. 2001.
- A CAMINHO da guerra. *Época*. São Paulo, p. 1, 24 set. 2001.
- A DERROTA do terror. *Veja*. São Paulo, p. 38-44, 12 dez. 2001.
- A DESCOBERTA da vulnerabilidade. *Veja*. São Paulo, p. 48-59, 19 set. 2001.
- A GUERRA ao alcance de todos. *Veja*. São Paulo, p. 50-57, 26 mar. 2003.
- A GUERRA real ao fanatismo. *Veja*. São Paulo, p. 40-44, 31 out. 2001.
- A GUERRA será suja e longa. *Veja*. São Paulo, p. 44-51, 26 set. 2001.
- A RATOEIRA está armada. *Veja*. São Paulo, p. 40-51, 3 out. 2001.
- A RESPOSTA do império. *Época*. São Paulo, p. 34-39, 17 set. 2001.
- A SEGUNDA derrota americana. *Época*. São Paulo, p. 48-50, 22 out. 2001.
- AS REDES do terror. *Veja*. São Paulo, p. 84-90, 26 set. 2001.
- ALCANTARA, E. A máquina de guerra. *Veja*. São Paulo, p. 58-62, 26 mar. 2003.
- APOCALIPSE ao vivo. *Veja*. São Paulo, p. 1, 26 mar. 2003.
- ATAQUE ao império. O mundo mudou. *CartaCapital*. São Paulo, p. 1, 19 set. 2001.
- ATHAYDE, P.; LOBO, F. Humor negro na guerra. *CartaCapital*. São Paulo, p. 8-14, 9 abr. 2003.
- BARELLA, J. E. Bush atacará com ou sem a ONU. *Veja*. São Paulo, p. 62-64, 12 mar. 2003.
- CAÇADA aos assassinos. *Época*. São Paulo, p. 40-43, 17 set. 2001.
- CAMARGO, C. Uma internacional terrorista? *IstoÉ*. São Paulo, p. 44-45, 19 set. 2001.
- CAPARELLI, E.; EVELIN, G. *Época*. São Paulo, p. 56-58, 24 mar. 2003.
- CARTA, G. A hora do espanto. *CartaCapital*. São Paulo, p. 22-26, 26 set. 2001.
- _____. A nova desordem. *CartaCapital*. São Paulo, p. 34-35, 3 out. 2001.
- _____. Ataque ao “monstro”. *CartaCapital*. São Paulo, p. 36-38, 10 out. 2001.
- _____. Embaixador dos EUA. *CartaCapital*. São Paulo, p. 32-33, 17 out. 2001.
- CAVALLARI, M. M; FUSER, I. Inferno em Bagdá. *Época*. São Paulo, p. 32-39, 24 mar. 2003.
- _____. A guerra divide o mundo. *Época*. São Paulo, p. 56-59, 10 mar. 2003.
- _____. Inferno em Bagdá. *Época*. São Paulo, p. 32-39, 24 mar. 2003.
- _____. A batalha de Nova York. *Época*. São Paulo, p. 58-60, 3 mar. 2003.
- _____. A um passo da guerra. *Época*. São Paulo, p. 44-46, 17 mar. 2003.
- CHAIM, C. Um capitalista das arábias. *IstoÉ*. São Paulo, p. 86-87, 3 out. 2001.
- CHOQUE e pavor. *Época*. São Paulo, p. 1, 24 mar. 2003.
- COMO eles se preparam para matar e morrer. *Veja*. São Paulo, p. 60-62, 10 de out. 2001.
- COSTA, A. L. M. C. Bush Jr. ataca. Iraque, ONU e EU. *CartaCapital*. São Paulo, p. 22-28, 26 mar. 2003.
- _____. A arma do suicídio. *CartaCapital*. São Paulo, p. 42-44, 17 out. 2001.
- _____. Marcha para trás. *CartaCapital*. São Paulo, p. 36-37, 31 out. 2001.
- E AGORA? *Época*. São Paulo, p. 34-35, 15 out. 2001.
- E O MUNDO mudou. *CartaCapital*. p. 6-11, 19 set. 2001.
- ESCOBAR, P. A ansiedade do Paquistão. *Época*. São Paulo, p. 38-41, 1 out. 2001.
- _____. O planeta afegão. *Época*. São Paulo, p. 46-50, 24 set. 2001.
- _____. Reação incandescente. *Época*. São Paulo, p. 66-69, 15 out. 2001.
- _____. Derrotados e humilhados. *Época*. São Paulo, p. 90-95, 10 dez. 2001.
- ESCOLAS de terror. *Veja*. São Paulo, p. 104-14, 19 set. 2001.

- ESTE mundo nunca mais será o mesmo. *Veja*. São Paulo, p. 45-47, 19 set. 2001.
- ESTE país já está arrasado. *Veja*. São Paulo, p. 52-59, 26 set. 2001.
- FÉ cega e mortal. *Veja*. São Paulo, p. 1, 10 out. 2001.
- FILHO, E.; FERREIRA, S. O terror por aqui. *Época*. São Paulo, p. 34-41, 22 out. 2001.
- FIORI, J. L. O Império e a pobreza. *CartaCapital*. São Paulo, p. 24-32, 19 set. 2001
- FREITAS JR., O. A um passo da guerra. *IstoÉ*. São Paulo, p. 82-87, 26 set. 2001.
- _____. Preparar mísseis. *IstoÉ*. São Paulo, p. 36-43, 19 set. 2001.
- _____. Aposta arriscada. *IstoÉ*. São Paulo, p. 82-84, 14 nov. 2001.
- _____. Insegurança geral. *IstoÉ*. São Paulo, p. 79-82, 24 out. 2001.
- _____. A grande caçada. *IstoÉ*. São Paulo, p. 91-95, 10 out. 2001.
- _____. Sombras no paraíso. *IstoÉ*. São Paulo, p. 69-73, 17 out. 2001.
- _____. A guerra como ela é. *IstoÉ*. São Paulo, p. 110-111, 5 dez. 2001.
- _____. Em nome de Bush. *IstoÉ*. São Paulo, p. 26-31, 26 mar 2003.
- _____. Sob o domínio do caos. *IstoÉ*. São Paulo, p. 72-73, 23 abr. 2003.
- _____. Bush dá as cartas. *IstoÉ*. São Paulo, p. 67-69, 23 abr. 2003.
- FUSER, I. A ditadura que sumiu. *Época*. São Paulo, p. 40-47, 14 abr. 2003.
- _____. O império mais forte. *Época*. São Paulo, p. 35-40, 17 dez. 2001.
- _____. O desafio dos aiatolás. *Época*. São Paulo, p. 64-65, 28 abr. 2003.
- GONÇALVES FILHO, A. A cultura do genocídio. *Época*. São Paulo, p. 24, 17 dez. 2001.
- GRAIEB, C. O Islã na mira. *Veja*. São Paulo, p. 13, 26 set. 2001.
- GRYZINSKI, V. Os novos imperialistas. *Veja*. São Paulo, p. 68-71, 26 mar. 2003.
- GUERRA contra o terror. *Época*, São Paulo, p. 1, 17 set. 2001.
- GUERRA na América. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, p. 2, 12 set. 2001.
- IMPÉRIO em debate. *Época*. São Paulo, p. 83-85, 84, 24 set. 2001.
- INSENSATEZ. *IstoÉ*. São Paulo, p. 1, 26 mar. 2003.
- ISSO FOI só o começo. *Veja*. São Paulo, p. 50-51, 28 nov. 2001.
- KADAOKA, F. F. A face do terror. *IstoÉ*. São Paulo, p. 98, 14 abr. 2003.
- _____; MELLO, K. Camisetas de Saddam. *IstoÉ*. São Paulo, p. 74-75, 9 abr. 2003.
- KLINTOWITZ, J. Rumo a Bagdá. *Veja*. São Paulo, p. 42-53, 2 abr. 2003.
- _____, J. O novo inimigo mora ao lado. *Veja*. São Paulo, p. 55-59, 23 abr. 2003.
- LIRIO, S. O ataque da paranóia. *CartaCapital*. São Paulo, p. 24-27, 24 out. 2001.
- LOBO, F. À luz das bombas. *CartaCapital*. São Paulo, p. 28-31, 17 out. 2001.
- _____. E o mundo mudou. *CartaCapital*. São Paulo, p. 6-11, 19 set. 2001.
- LOPES, R.; MOSCHELLA, A.; PIMENTA, A. *Época*. São Paulo, p. 45-47, 22 out. 2001.
- MAGNOLI, D. União impossível. *IstoÉ*. São Paulo, p. 90-91, 26 set. 2001.
- MAIEROVITCH, W. F. De caçador a caça. *CartaCapital*. São Paulo, p. 16-23, 19 set. 2001.
- MAIS uma face do terror. *Veja*. São Paulo, p. 88-90, 3 out. 2001.
- MEDO. *Época*. São Paulo, p. 32, 17 set. 2001.
- MELLO, K. A marca humana. *IstoÉ*. São Paulo, p. 88-91, 16 abr. 2003.
- _____. Feridas à mostra. *IstoÉ*. São Paulo, p. 32-33, 26 mar. 2003.
- MENCONI, D. David e Golias. *IstoÉ*. São Paulo, p. 78-79, 3 out. 2001.
- MENDES, A. N. Sem vergonha de ser império. *CartaCapital*. São Paulo, p. 58-59, 23 abr. 2003.
- NEM TODOS contra Bush. *Época*. São Paulo, p. 48-49, 24 mar. 2003.
- O CHE Guevara do Islã. *Veja*. São Paulo, p. 60-66, 26 set. 2001.

- O ERRO de Bush. *Veja*. São Paulo, p. 1, 19 mar. 2003.
- O INIMIGO número 1 da América. *Veja*. São Paulo, p. 68-72, 19 set. 2001.
- O MAL invisível. *Veja*. São Paulo, p. 46-52, 24 out. 2001.
- O MEDO aumenta. *Veja*. São Paulo, p. 56-59, 17 out. 2001.
- MOREIRA, D. Quando os impérios atacam. *Época*. São Paulo, p. 44-49, 1 out. 2001.
- O MUNDO mudou. *Época*. São Paulo, p. 1, 19 set. 2001.
- O MÍSSIL e o barbudo. *Veja*. São Paulo, p. 48-55, 17 out. 2001.
- O QUE querem os fundamentalistas. *Veja*. São Paulo, p. 50-55, 10 out. 2001.
- O TERRORISMO invisível. *Época*. São Paulo, p. 51, 1 out. 2001.
- O VÍRUS anti-EUA. *Veja*. São Paulo, p. 1, 54-63, 3 out. 2001.
- _____. *Veja*. São Paulo, p. 54-63, 3 out. 2001.
- OS EUA preparam a hora da vingança. *IstoÉ*, p. 1, 19 set. 2001.
- OS TENTÁCULOS de Bin Laden. *Veja*. São Paulo, p. 43-48, 10 out. 2001.
- OU ESTÃO do nosso lado ou do lado dos terroristas. *Veja*. São Paulo, p. 40-43, 26 set. 2001.
- POTÊNCIA isolada. *Veja*. São Paulo, p.46-50, 19 mar. 2003.
- PROMOÇÃO contra o medo. *Veja*. São Paulo, p. 40-41, 7 nov. 2001.
- SALGADO, E. O novo terrorismo. *Veja*. São Paulo, p. 11-15, 19 set. 2001.
- _____. A guerra irracional. *Veja*. São Paulo, p. 9-13, 3 out. 2001.
- SANTOS ou demônios? *CartaCapital*. São Paulo, p. 38-43, 9 abr. 2003.
- SARDENBERG, I. Guerra sem fronteiras. *Época*. São Paulo, p. 34-39, 24 set. 2001.
- SEGURANÇA versus liberdade. *Época*. São Paulo, p. 36, 17 set. 2001.
- SUPREMACIA aérea. *Época*. São Paulo, p. 74-75, 15 out. 2001.
- TERROR químico. *IstoÉ*. São Paulo, p. 1, 3 out. 2001.
- TERROR, a conexão brasileira. *Época*. São Paulo, p. 1, 22 out. 2001.
- UM NOVO tipo de terrorismo. *Época*. São Paulo, p. 48-49, 17 set. 2001.
- VÔOS da morte. *Época*. São Paulo, p. 83-89, 17 set. 2001.
- WANTED morto. *CartaCapital*. São Paulo, p. 1, 31 out. 2001.

CartaCapital – edições nº 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 169, 172, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 245, 247, 250 e 255.

Época – edições nº 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 195, 197, 212, 213, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 269, 270, 271, 273, 274 e 275.

IstoÉ – edições nº 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1676, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1687, 1688, 1691, 1693, 1694, 1749, 1750, 1751, 1752, 1755, 1758, 1762, 1764, 1765, 1767 e 1769.

Veja – edições nº 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1739, 1731, 1735, 1736, 1737, 1739, 1792, 1793, 1794, 1795, 1797, 1798, 1799, 1780, 1802, 1803, 1806, 1807, 1812, 1813, 1814, 1815 e 1817.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)